

RODRIGO MUSTO FLORES

**O JOGO DE LUZ E SOMBRAS: OS USOS E ABUSOS DE UMA
MEMÓRIA SOBRE A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
(1945 – 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título *Magister Scientiae*.

Orientador: Luiz Lima Vailati

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2019**

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

F634j
2019 Flores, Rodrigo Musto, 1989-
O jogo de luz e sombras : os usos e abusos de uma memória sobre
Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2017) / Rodrigo Musto Flores.
- Viçosa, MG, 2019.
188 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Luiz Lima Vailati.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Memória. 2. Brasil - Desmobilização - Aspectos sociais. 3. Ex-combatentes. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 940.541281

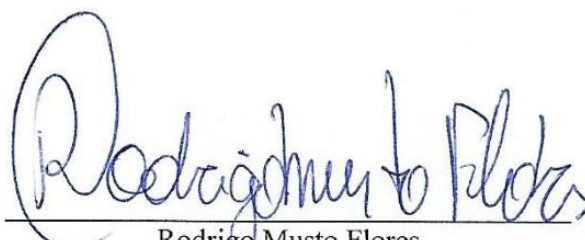
RODRIGO MUSTO FLORES

**O JOGO DE LUZ E SOMBRAS: OS USOS E ABUSOS DE UMA
MEMÓRIA SOBRE A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
(1945 – 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para a obtenção do título *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de setembro de 2019

Assentimento:



Rodrigo Musto Flores
Autor



Luiz Lima Vailati
Orientador

Antônio de Pádua Inhan - In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Neste momento de fechamento de um ciclo extremamente importante da minha vida profissional dedico este trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que ele se tornasse um sonho possível. Aos professores vinculados ao Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Viçosa que desde a graduação e, posteriormente, no mestrado ofereceram um ensino de qualidade e excelência em especial. Ao Professor Luiz Lima Vailati pelas orientações, direcionamentos, sugestões e comentários que foram de suma importância para a conclusão dessa pesquisa. Agradeço também a professora Patrícia Vargas Lopes de Araújo (UFV) e ao professor Francisco César Alves Ferraz (UEL) pela leitura atenta, indicações e sugestões realizadas no exame de qualificação que, sem sombra de dúvidas, possibilitaram um aprofundamento da pesquisa.

Aos meus pais que apesar das dificuldades me incentivaram e me deram o apoio incondicional e necessário à minha formação e, sobretudo, me fizeram acreditar que era possível sonhar com a mudança da nossa realidade através da educação.

Não posso deixar de mencionar aqui os alunos, colegas de profissão e amigos que, ao longo dessa trajetória, me ouviram compartilhar as dificuldades e o fascínio a cada etapa que galgava ao longo dessa pesquisa. Agradeço em especial aos meus colegas de república, da turma de 2013 da graduação em história e da turma de 2017 do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Agradeço também a Professora Alessandra Mendes Tostes pela oportunidade de, ao longo dos dois anos em que realizei esta pesquisa, trabalhar ao seu lado no Colégio da Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp-COLUNI).

Gostaria de manifestar sinceros agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram desta pesquisa. Aos associados da ANVFEB-JF e da AECB-JF, à Fatima Regina Inham pelo auxílio e disponibilidade, aos filhos de veteranos que cederam sua colaboração para este trabalho e, sobretudo, aos veteranos da FEB Antônio de Pádua Inham e José Maria da Silva Nicodemos que se propuseram a, mais uma vez, compartilhar comigo suas memórias sobre a Guerra.

Agradeço, especialmente, a Ana Paula Sena Gomide que esteve ao meu lado nos momentos de pesquisa, escrita e correções de texto abdicando de momentos de descanso para me ajudar. Me sinto extremamente grato por estar ao seu lado e compartilhar com você esse momento tão importante.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

*“A posteridade, é a vingança dos que sofrem
desdém no seu tempo.”*

Machado de Assis

RESUMO

FLORES, Rodrigo Musto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2019. **O jogo de Luz e Sombras: os usos e abusos de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2017).** Orientador: Luiz Lima Vailati.

Entendendo que a memória é fundamental para a tomada de conhecimento do passado e que, seus usos e manipulações produzem discursos e estes, por sua vez, estão relacionados ao contexto de formação da identidade. Este trabalho, tem como objetivo investigar as formas de utilização coletivas nas quais as memórias dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira, são empregadas. Promover uma análise historiográfica da memória contemporânea, amplamente difundida pelas associações, reafirmada pelos monumentos e praticada nas comemorações é uma das maneiras de perceber os meandros da construção coletiva da memória e a que práticas, esses discursos estão vinculados. Nesse sentido, as fontes essenciais para a construção deste trabalho além das fontes orais, obtidas através da participação de veteranos da Força Expedicionária Brasileira e seus descendentes, são os documentos produzidos no interior das associações atas, panfletos, materiais de divulgação e documentos que, de alguma forma, veiculassem os discursos produzidos pelas instituições. Os estudos já realizados acerca da memória coletiva, identidade e reintegração social dos veteranos da FEB foram fundamentais para este trabalho e também, para uma análise crítica dos processos inerentes à construção, usos e abusos relacionados as memórias que envolvem a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Este trabalho, vem ao encontro das propostas pensadas no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania uma vez que, promove uma análise não só sobre os monumentos, mas sobretudo das memórias que esses artefatos suportam.

Palavras-chave: Memória. Reintegração Social. Veteranos de Guerra

ABSTRACT

FLORES, Rodrigo Musto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2019. **The Game of Light and Shadows: The Uses and Abuses of a Memory of the Brazilian Expeditionary Force (1945 - 2017)** Advisor: Luiz Lima Vailati.

Understanding that memory is fundamental to the knowledge of the past and that its uses and manipulations produce discourses and these, in turn, are related to the context of identity formation. This work, aims to investigate the forms of collective use in which the memories of former combatants of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) are used. Promoting a historiographical analysis of contemporary memory, widely disseminated by associations, reaffirmed by monuments and practiced in commemorations, is one of the ways to understand the intricacies of the collective construction of memory and to which practices these discourses are linked. In this sense, the essential sources for the construction of this work besides the oral sources, obtained through the participation of veterans of the FEB and their descendants, are the documents produced within the minutes, leaflets, promotional materials and documents that somehow convey the speeches produced by the institutions. The studies already carried out about the collective memory, identity and social reintegration of FEB veterans were fundamental for this work and for a critical analysis of the processes inherent in the construction, uses and abuses related to the memories that involve the participation of Brazil in World War II. This work, meets the proposals thought in the Professional Master in Cultural Heritage, Landscapes and Citizenship since, promotes an analysis about not only the monuments, but also especially the memories that these artifacts support.

Keywords: Memory. Social Reintegration. War Veterans

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Descobrimento do Monumento ao Expedicionário

Figura 2: Ex-Combatentes à Frente do Monumento na Cerimônia de inauguração

Figura 3: Aspecto do Monumento ao Expedicionário

Figura 4: Aspecto Lateral do Monumento ao Expedicionário

Figura 5: Detalhe do Monumento

Figura 6: Placa comemorativa afixada ao monumento

Figura 7: Dedicatória do monumento

Figura 8: Fotomontagem dos detalhes do monumento

Figura 9: Homenagens prestadas à frente do monumento

Figura 10: Homenagem prestada ao Dia do Soldado

Figura 11: Aspecto do Monumento às Armas

Figura 12: Fotomontagem dos brasões das Forças Armadas no Monumento às Armas

Figuras 13: Detalhe das grades que cercam o Monumento às Armas

Figura 14: Carro de Combate na “Praça do Canhão” em Juiz de Fora

Figura 15: Monumento aos Pracinhas – Heróis da Segunda Guerra Mundial

Figura 16: Homenagem dos comerciantes da cidade aos expedicionários

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Reintegração profissional

Tabela 2: Retorno à vida civil

Tabela 3: Retorno à vida militar

Tabela 4: Localização na Hierarquia

Tabela 5: Seções associativas por estado da federação

Tabela 6: Monumentos à FEB (1945-1984)

LISTA DE SIGLAS

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FAB – Força Aérea Brasileira

DIE – Divisão de Infantaria Expedicionária

ANVFEB – Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira

AECB – Associação dos Ex-Combatentes do Brasil

FUNALFA – Fundação Alfredo Ferreira Lage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	24
DE NÁPOLES AO RIO DE JANEIRO: A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS VETERANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA.....	24
1.1 - Chegada ao Brasil, desmobilização e festividades.....	24
1.2 - A Guerra aos meus olhos: A participação da FEB na Segunda Guerra Mundial por seus principais agentes de memória	36
1.3 - Reintegração social e Profissional.....	49
CAPÍTULO II.....	57
AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES: CONTINUAÇÃO DA FEB?	57
2.1 - As associações de Ex-Combatentes: o surgimento da agremiação de Juiz de Fora.....	57
2.2 - Espaços de Recordação: a atuação da AECB de Juiz de Fora na construção e preservação de uma memória sobre a FEB.....	64
2.3 - Entre Consensos e Dissensos: O surgimento da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB	74
CAPÍTULO III	84
A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO: MONUMENTOS, DISCURSOS E MEMÓRIAS EM DISPUTA.	84
3.1 - A FEB e seus Monumentos: O memorial da FEB em Juiz de Fora.....	84
3.2 - Entre a participação no front e a atribuição de significados: A Função dos discursos de memória sobre a Força Expedicionária Brasileira.....	97
3.3 - A memória dos próximos: Os familiares como agentes de memória.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA	121
PARTE II	125
A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA ..	126
1.1 – Pensando a produção de memória no espaço escolar	126
1.2 – Breve preâmbulo do material proposto	128
1.3 - Paradidático O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial	130
ANEXOS	176
Ilustrações	176
Fontes documentais	183
Referências Bibliográficas	184

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, conflito iniciado em setembro de 1939, opôs durante os anos de 1939 a 1945 grandes potências econômicas mundiais que, mediante os sacrifícios de milhares de vidas, disputavam a hegemonia da ordem mundial ferida no período entre guerras com a proliferação de regimes totalitários por grande parte do continente europeu.

Maria Helena Capelato¹ aborda que o período entre guerras se torna propício ao surgimento de modos de governos que se voltam às classes populares e criticam ferrenhamente o sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Portanto, manifesta-se na Europa e em vários pontos pelo globo, modos de atuação política que criticam a democracia representativa parlamentar, de cunho individualista, e concentram suas propostas na questão social e no controle de revoluções socialistas.

Estes regimes atuam fortemente no controle das massas, divulgando um Estado forte e centralizador, contando para isso com a chefia de um líder carismático. Eles surgem com força exponencial na Itália, com o Fascismo de Mussolini, na Alemanha, com o Nazismo de Adolf Hitler, e ainda no regime salazarista em Portugal e o franquista na Espanha. A irradiação destas premissas pelo mundo atinge em cheio países da América do Sul, especificamente o Brasil e a Argentina, que passam também a nutrir uma simpatia pelos regimes totalitaristas europeus.

Pensar a participação do Brasil na Guerra, a partir do envio das tropas à Itália, implica em tomar como base o raciocínio de que o posicionamento de Vargas em relação ao conflito iniciado em 1939 beirava a neutralidade, ou seja, não havia um posicionamento ideológico definido. O Brasil do Estado Novo se posicionava de forma pragmática e pendular, colhendo os frutos das divergências do contexto.

O quadro acima, começa a mudar a partir da II Reunião de Chanceleres das Repúblicas Americanas. Nessa conferência, é assinado um pacto de não-agressão e autodefesa entre as nações americanas. O acordo estipulava que qualquer ofensa a um desses países seria tomada como uma agressão ao continente inteiro. Posteriormente à assinatura deste decreto, em 7 de dezembro de 1941, o Japão, em represália aos Estados Unidos, ataca a base americana de Pearl Harbor no Oceano Pacífico. Este ataque justificaria, segundo o governo

¹ CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Volume – 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107 – 144.

dos Estados Unidos, sua participação ativa na Segunda Guerra Mundial, atuando ao lado das potências Aliadas.

No ano seguinte, dessa vez em território brasileiro, ocorre a III Reunião de Chanceleres que marca o rompimento diplomático do Brasil com os países do Eixo e o início de uma contradição. Como Getúlio Vargas, chefe de um regime fechado como o Estado Novo, apoiaria a luta em nome da liberdade democrática na política externa, sendo que, internamente, comandava um regime ditatorial?

Após o posicionamento efetivo de Getúlio Vargas na III Reunião dos Chanceleres, manifestando seu apoio aos aliados, a Guerra enfim chega ao litoral brasileiro, quando, em agosto de 1942, cerca de 33 navios mercantes sofrem torpedeamentos e são afundados por submarinos alemães causando a morte de algumas centenas de vítimas. O Brasil de Vargas, que tentou ao máximo evitar a Guerra, agora já não podia mais ignorá-la.

Protestos, manifestações públicas e passeatas exigiam de Getúlio Vargas uma posição efetiva frente aos ataques sofridos. O posicionamento veio, finalmente, em 22 de agosto de 1942. A partir desse momento, o Brasil declarava efetivamente guerra aos países do Eixo. Para isto, é lançado o planejamento de como o Brasil atuaria em um contexto mundial, delicado, atuando efetivamente em uma zona de conflito. Se por um lado o envio de tropas à Guerra representava a oportunidade que o país precisava para modernizar seu exército, por outro, a dificuldade em torno da organização do contingente se mostrava evidente.

De acordo com César Campianni Maximiano, a proposta inicial tangenciava o envio de 100 mil homens para o combate às tropas nazifascistas, mas a Força Expedicionária Brasileira, criada em 9 de agosto de 1943 através da portaria ministerial nº 4744, contou com o contingente de 25.334 expedicionários, divididos em 3 regimentos, demonstrando que entre os planos do governo e a composição de uma força para o combate quase que imediato havia um abismo a ser transposto.²

Embora a criação da Força Expedicionária Brasileira (doravante, FEB) como uma unidade de exército tenha sido pensada no âmbito de um grandioso projeto governamental, que pretendia, através de uma participação mais direta na Segunda Guerra Mundial, tomar parte no “concerto das grandes nações”, não é objetivo do presente trabalho abordar mais a fundo as questões políticas inerentes a mobilização, treinamento e envio das tropas para o campo de batalha na Itália. Interessa à presente análise como, em meio ao retorno e à

² MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010, p. 37.

reintegração social, os cidadãos mobilizados para o combate construíram uma memória coletiva sobre sua participação na guerra, atuando em meio ao quadro social das associações, em específico as sessões da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, (doravante, AECB) seção Juiz de Fora, e a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (doravante, ANVFEB), também localizada na cidade mineira.

O interesse em temas relacionados a Segunda Guerra Mundial, bem como a participação do Brasil no conflito, permearam alguma parte da minha trajetória na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante o curso de Graduação em História, e através das reflexões e apontamentos relacionados as disciplinas de História Contemporânea, Brasil República, História da Imprensa e História e Patrimônio, pude obter os primeiros contatos com muitas das fontes e aportes teóricos e metodológicos que utilizo no presente estudo.

No projeto inicial, apresentado ao programa de pós-graduação, a proposta era contemplar o aspecto cotidiano da guerra, mostrando a Segunda Guerra Mundial através das memórias dos veteranos, abordando a relação entre os soldados no *front*, os relatos das batalhas, as motivações para o conflito e o sentimento de pertencimento ao grupo desenvolvido durante um episódio extremamente hostil de vida de cada um desses homens. Essa proposta passou por várias modificações à medida que as pesquisas se aprofundavam e o interesse sobre a reintegração social, a vida após a guerra e a própria produção de uma memória sobre a FEB, cresciam e sobrepunham os objetivos propostos anteriormente.

Neste trabalho, pretendemos mostrar o jogo de luz e sombras de uma memória sobre a FEB, abordando a sua construção, identificando os períodos onde este discurso está em evidência, bem como os momentos onde ele colhe as agruras do esquecimento. É objetivo deste trabalho identificar, também, os usos desse discurso de memória, seja para a construção de uma memória institucional, seja com o objetivo de jogar luz nos relatos dos Ex-Combatentes como figuras principais da atuação brasileira na Guerra papel, de certa forma, desempenhado pelas associações.

Abordando a conquista do espaço público a partir da criação das associações, de monumentos e datas comemorativas, buscamos identificar os abusos e flexões desse discurso de memória, não só como justificativa para uma assistência social aos cidadãos desmobilizados após a participação na guerra, mas também travando uma luta constante contra o esquecimento social e progressivo sofrido por essa parcela da população.

Os setenta e quatro anos compreendidos pelo recorte cronológico possuem como marco inicial o ano de 1945, situando a chegada dos militares ao Brasil e, posteriormente, a

fundação da AECB-JF até o ano no qual foram realizados os esforços de coleta de depoimentos para a pesquisa. Tal abordagem se relaciona pela particularidade do discurso de memória estar intimamente relacionado com o contexto no qual ele é produzido. Procuramos, então, discutir a importância do discurso de memória no processo de reintegração social dos veteranos juiz-foranos e como esse discurso permeia a construção de um imaginário sobre a Força Expedicionária Brasileira.

Utilizamos como foco principal de pesquisas os arquivos situados na ANVFEB-JF, devido importância dada a essa cidade da região da Zona da Mata mineira e o acesso facilitado à documentação da instituição. O foco concentrado na cidade de Juiz de Fora nos permitiu compreender as articulações da associação da cidade com as demais seções espalhadas pelo território nacional, as estratégias e objetivos da agremiação no seu início, bem como parte do processo de reintegração social do veterano brasileiro.

A pesquisa proposta, apesar de utilizar como fontes primárias os relatos de memória dos veteranos brasileiros e suas impressões sobre o conflito, não partirá do pressuposto, como já apontado, de construir uma narrativa sobre os feitos da campanha expedicionária na Itália. Com o presente trabalho, pretendemos coletar e organizar os dados referentes a memória dos Ex-combatentes que, pertencendo à FEB, lutaram em solo italiano durante a Segunda Guerra Mundial. Promovendo uma análise historiográfica e embasada na bibliografia proposta, este trabalho busca relacionar as fontes obtidas nos arquivos, identificando as discrepâncias, os consensos, os usos e abusos da memória da FEB pelos próprios Ex-combatentes e demais instituições que lançaram mão deste discurso.

As fontes obtidas, em sua maioria, estão relacionadas às atas das reuniões da diretoria e da assembleia geral das duas agremiações que funcionaram na cidade de Juiz de Fora. Para a AECB, as atas analisadas compreenderam os anos em que essa ficou em atividade (1947-1989), uma vez que esta entidade se fundiu com a ANVFEB, no final da década de 1980. As atas da ANVFEB, por seu turno, compreendem o recorte a partir do ano em que a associação foi fundada na cidade até a última reunião registrada no livro de atas (1971-2004).

Também foram coletados alguns dos conteúdos produzidos pelas entidades como panfletos utilizados em comemorações, ofícios, o livro de registro histórico, levantamento de relatos sobre a guerra, realizados por escolas e demais instituições da cidade que estão nos arquivos da associação, ou seja, qualquer material produzido que de alguma forma veiculasse um discurso de memória sobre a FEB e que nos permitissem observar como os associados entendiam o significado de sua participação no conflito.

Para melhor entendimento da vivência da guerra no contexto regional e local que é escopo dessa pesquisa, foram pesquisadas as referências à FEB, chegada e recepção dos combatentes nos jornais de maior circulação da cidade de Juiz de Fora, “*Diário da Tarde*” e “*Diário Mercantil*”, ambos os órgãos do conglomerado de imprensa dos Diários Associados. Os exemplares pesquisados foram obtidos junto ao arquivo público da cidade de Juiz de Fora.

Outros referenciais largamente utilizados para compor a presente reflexão são os livros de memória produzidos pelos próprios Ex-Combatentes, posteriormente à sua participação no conflito. A maioria destas obras, por mais que sua produção se localize em um contexto nacional, ou seja, não foram produzidas pelos associados das entidades analisadas, nos ajudam a entender aspectos distintos da participação do Brasil na Guerra. Muitos dos livros citados no presente trabalho, adquiridos em bibliotecas públicas ou em sebos especializados, trazem a impressão dos seus autores ou do grupo que estavam envolvidos sobre a participação dos pracinhas brasileiros na Guerra. A biblioteca da ANVFEB-JF conta com um acervo de centenas desses livros que, uma vez tomados como veículos de divulgação de memória, atuaram tanto na construção deste discurso de memória sobre a FEB quanto na divulgação dessa memória.

Para também ajudar a mapear melhor os discursos que estavam em voga e se referiam a vitória contra o Nazi fascismo, foram utilizados os jornais cariocas “*Jornal do Brasil*”, “*Diário de Notícias*” e, o órgão de imprensa do regime varguista, “*A manhã*”. Estes veículos de imprensa cobriram exaustivamente a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, bem como as preparações, expectativas e reações aos desfiles dos escalões no Rio de Janeiro, estes materiais estão disponíveis para a consulta pública no site da Hemeroteca Nacional.

Não podemos deixar de destacar neste texto introdutório, as ferramentas ligadas a coleta de entrevistas diretamente com os veteranos que ainda se encontram ativos nos quadros sociais da ANVFEB-JF e descendentes diretos desses homens que atuam, de alguma forma, como agentes de memória da FEB. Nesse sentido, os depoimentos coletados diretamente estes sujeitos vieram ao encontro de dois objetivos fundamentais para este trabalho. O primeiro, observar a composição das narrativas e como, passados 74 anos do conflito, essas são construídas. Segundo, evidenciar mais uma vez as memórias desses agentes, uma vez que elas são, além de pontos fundamentais para a composição de uma identidade social, preenchem certas lacunas na documentação analisada.

As pesquisas até esse momento buscaram estabelecer relações entre a pluralidade das fontes obtidas e, principalmente no caso das atas, possuem o intuito de localizá-las em um

sentido cronológico que facilite a interpretação e sua relação com a metodologia aplicada. No âmbito deste trabalho, despontam as reflexões sobre memória, identidade e patrimônio histórico, buscando a relação entre esses conceitos e as comemorações; simbologias; o sentimento de pertencimento dos atores sociais envolvidos; a construção da retórica de memória; e as disputas inerentes à construção deste discurso.

O trabalho do sociólogo francês Maurice Halbwachs³ se configura como um dos mais importantes para a fundamentação teórica do presente estudo, já que é através de suas reflexões que a memória será analisada, não somente a partir de uma construção individual, mas, sobretudo, como um exercício social. Halbwachs deixa claro que grande parte do que sabemos sobre nós mesmos são junções de memórias inseridas no contexto social e familiar, para tanto, a todo o momento, fazemos apelos aos testemunhos de outros para que nossa versão sobre um passado recente, ou longínquo, ganhe fundamentação. Dessarte, se em um primeiro momento nossos relatos podem se apoiar sobre a nossa própria memória, é no exercício coletivo de rememoração que conferimos sentido a essas experiências.

Um dos pontos de partida para a presente análise é o trabalho de David Lowenthal⁴, segundo o qual a memória é fundamental para a tomada de conhecimento do passado e que esse processo de consciência é essencial ao bem-estar dos grupos humanos, já que podemos, através da memória, distinguir o ontem do hoje e confirmar que possuímos um passado. A característica, ao mesmo tempo pessoal e coletiva da memória, a situa como papel fundante no que concebemos como o sentimento de identidade, ou seja, a memória ressalta o que é distinto entre determinados grupos sociais e reforça o sentimento de pertencimento dos indivíduos a esses grupos.

Sobre as questões relacionadas a memória e a fundamentação de um sentimento de identidade social, é válido ressaltar as contribuições de Michael Pollak⁵, Joël Candau⁶ e Paul Claval.⁷ Pollack, ao analisar as relações entre a memória e a identidade de um grupo, compreende, entre outros fatores, que a memória é construída também no aspecto social. Dessa forma, a memória é constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto

³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

⁴ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. *Projeto História*, São Paulo, no. 17, nov.1998. p.63-201.

⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 201, jul. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 26 Ago. 2018.

⁶ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

⁷ CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª. Ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007.

coletiva, à medida que o discurso de memória de um grupo é de suma importância, já que se refere a continuidade e a coerência desse grupo.⁸

Joël Candau, por sua vez, aponta que a construção de um discurso de memória por um grupo, como o caso analisado no presente trabalho, perpassa a operação, a classificação, o ordenamento e a atribuição dos usos dados às diferentes lembranças que compõem a memória. Dessa forma, o autor conclui que as representações da identidade de uma coletividade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal⁹, o que enraizará a relação de proximidade e de pertencimento dos diversos membros desse grupo e a composição de uma narrativa coerente que embasa a sua existência.

As contribuições de Paul Claval, para o embasamento das discussões relacionadas a coesão e o sentimento de pertencimento dos membros de uma coletividade, também estão ressaltadas na presente análise, uma vez que nos auxiliam a pensar as relações entre os membros e a coletividade. Para Claval, a vida social implica que os membros de um grupo se sintam pertencentes desse conjunto. Estes elos fundamentais para a coesão estão embasados nas diversas formas de compartilhamento de interesses e ideais que sustentam a existência da coletividade.¹⁰

É importante destacar a contribuição obtida com os estudos do francês Pierre Nora¹¹, que através de sua reflexão sobre os lugares de memória, nos auxiliará na tarefa de identificar a relação entre a memória e a necessidade dos seres humanos em consagrar lugares para a sua retenção. Na mesma tônica dos autores acima destacados, Pierre Nora irá considerar que a “memória emerge de um grupo que ela une.”¹² Para tanto, as associações de ex-combatentes estudadas, as quais definimos como lugares de memória, passam a desempenhar funções importantes, não só na produção dessa memória, mas também como pontos importantes onde a memória se cristaliza.

A característica dessa memória, estudada pelos autores acima, é sua condição mutável, em suma, a memória é vida. Dessa forma, possui como característica inerente um constante processo de atualização, estando sempre sujeita aos esquecimentos e silêncios. Isto posto, é necessário salientar que, quando a memória alça o espaço público, as disputas em torno da “veracidade” e da “autenticidade” do discurso se tornam mais evidentes. A memória coletiva

⁸ POLLACK, Michel. *Op. Cit.*, p. 204.

⁹ CANDAU, Joël. *Op. Cit.*, p. 84.

¹⁰ CLAVAL, Paul. *Op. Cit.*, p. 113-114.

¹¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. p. 07-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 ago. 2018.

¹² *Ibidem.*, p. 03.

é um dos alicerces da identidade, sendo assim, não basta que um discurso seja considerado autêntico apenas no caráter pessoal, este necessita também de uma confirmação social.

Ao considerar como parte fundamental o caráter explícito do exercício de lembrar tomado como uma das principais funções das associações estudadas, as pesquisas do filósofo francês Paul Ricoeur¹³ também acrescentarão pontos de reflexão fundamentais para a presente análise. Segundo o autor, “lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa. O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é exercitada”¹⁴.

A prática de rememoração, então, consiste em um exercício que se objetiva rememorar algo distante no passado, se relacionando objetivamente com o comportamento narrativo dos grupos humanos. Esse processo de fundamentação da memória coletiva, implica, segundo Ecléa Bosi, na criação de universos que a autora chama de “universos de discursos” e “universos de significado” que visam a fixação da imagem do grupo na história.¹⁵

Dessa forma, o exercício da recordação sofre inúmeras manipulações conscientes ou inconscientes, com o objetivo de ressaltar partes mais importantes que possuem certo grau de afetividade maior com o agente que rememora, ou até mesmo de selecionar, recortar, deturpar o discurso, dando maior ou menor ênfase a determinados pontos de acordo com o momento celebrado.

No primeiro capítulo intitulado “De Nápoles ao Rio de Janeiro: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira”, abordaremos como ocorreu, na percepção da sociedade e da opinião pública, a reintegração social de seus patrícios mobilizados para integrarem a FEB. Buscaremos através das matérias dos jornais de circulação nacional e local perceber como a imprensa noticiou a chegada ao Brasil do exército da FEB, sua desmobilização e vitória nos campos de batalhas da Europa.

Este capítulo também buscará jogar luz sobre algumas das narrativas compostas sobre a participação desses veteranos na Guerra evidenciando, através de narrativas deixadas por eles nos arquivos da ANVFEB-JF e coletadas nas entrevistas, quais os pontos mais narrados, significados e símbolos atribuídos por eles a participação da FEB no *front*. Outro tema caro ao presente capítulo é a reintegração profissional desses homens, agora transformados pela experiência adquirida na Guerra. Para tanto, nesta parte, abordaremos também o retorno a

¹³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁴ *Ibidem.*, p. 71.

¹⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 67.

vida civil ou militar, ao emprego antes do conflito, a busca por novas oportunidades, e as dificuldades inerentes do processo de readaptação a vida social enfrentadas pelos Ex-Combatentes.

No segundo capítulo intitulado “Associação dos Ex-Combatentes: Continuação da FEB?”, abordaremos a formação do núcleo associativo da cidade de Juiz de Fora, bem como as demandas da AECB-JF no seu início, e como se deu o processo de instalação e consolidação da agremiação na cidade. Para tanto, utilizaremos as atas das reuniões da diretoria da AECB, que fornecerão um aporte documental importante para a compreensão das motivações para a fundação da agremiação, as discussões, os projetos e como a associação enxergava a questão da reintegração social dos combatentes da FEB.

Ainda no referido capítulo, discutiremos os discursos e as atuações públicas das agremiações situadas em Juiz de Fora que, além de desempenharem papel ativo na reintegração social dos veteranos e no auxílio aos companheiros necessitados, atuaram como lugares de memória, no sentido mais abrangente deste termo, produzindo discursos, rememorando e conferindo significados aos feitos da FEB na Itália. Tema pertinente às discussões sobre os discursos são os usos e funções que foram conferidos a estes ante as demandas sociais dos próprios veteranos por redistribuição de recursos e também por reconhecimento de suas lutas.

No terceiro capítulo do presente trabalho, sob o título de “A conquista do espaço público: Monumentos, discursos e memórias em disputa” trataremos a ampliação das discussões sobre a relação intrínseca entre a memória e o esquecimento. Dentro do tema pertinente ao capítulo, discutiremos a institucionalização da memória sobre a Força Expedicionária Brasileira pelas Forças Armadas, bem como os contextos históricos e as discussões frente à construção de monumentos em homenagem a FEB na cidade de Juiz de Fora.

Observar os discursos inseridos em cerimônias militares e nos monumentos em honra aos feitos da FEB se faz importante nessa parte do trabalho, já que colabora com a percepção sobre até que ponto esses monumentos e discursos exaltam os cidadãos que pagaram seu tributo de sangue quando foi necessário, ou evidenciam as instituições militares as quais os veteranos pertenciam no momento da guerra.

Em se tratando dos monumentos existentes na cidade de Juiz de Fora, analisaremos as discussões ocorridas nas reuniões ordinárias e extraordinárias da agremiação juiz-forana em torno da necessidade de ver sua memória conquistar o espaço público da cidade. Através de

pesquisas em arquivos da cidade, buscaremos analisar as ideias em voga, os projetos e locais propostos para a instalação do monumento, bem como a relação dos veteranos de Juiz de Fora com o monumento localizado na cidade.

Caro à presente discussão, que versa sobre como a memória de um grupo é transmitida, colocaremos em evidência as batalhas inerentes a transmissão das memórias relacionadas a FEB. O contexto de disputa entre as associações na cidade de Juiz de Fora e a atribuição de sentidos a essas narrativas, coloca o direito à memória em evidência. Quem seriam os legítimos agentes das memórias relacionadas à FEB? Quem, ou quais os indivíduos colheriam os frutos simbólicos e materiais advindos dessa participação? Outro ponto relacionado ao presente capítulo, ainda refletindo sobre a transmissão das memórias, ressaltamos os papéis dos filhos e filhas dos veteranos da FEB como uma segunda geração de agentes de memória discutindo como essas narrativas foram transmitidas no âmbito familiar e quais as funções dos próximos como agentes de memória.

A segunda parte deste trabalho é relativa à exigência específica do programa de mestrado ao qual este trabalho está vinculado e que toca à natureza profissional que define a modalidade desse programa. Essa exigência se consubstancia na proposta de uma intervenção prática do trabalho de pesquisa realizado. Portanto, para esta parte pretendemos entregar um material paradidático sobre a Força Expedicionária Brasileira.

Para o desenvolvimento deste material escrito, realizaremos uma consulta em materiais didáticos destinados ao ensino de história no ensino fundamental e médio, sobre como a participação do Brasil, na Segunda Guerra Mundial, foi retratada ao longo do tempo. Tal levantamento se faz importante para perceber os conceitos atrelados a essa participação, bem como os reflexos dos momentos políticos vivenciados no país alteram positivamente ou negativamente a forma como esse assunto é tratado.

A construção do trabalho prático é importante, à medida que aproxima os assuntos discutidos nas pesquisas acadêmicas da sociedade em geral. A construção de um trabalho prático sobre a FEB, bem como as propostas para a utilização deste em salas de aula, não configuram uma obrigatoriedade da existência desse assunto no currículo do ensino básico, muito menos na tentativa de engendrar construções de heróis ou valorização de grandes feitos.

O material elaborado fornecerá informações sobre o assunto e tem o único objetivo de enriquecer as discussões sobre o tema em sala de aula trazendo, a partir das reflexões realizadas neste trabalho de pesquisa, dados, textos, imagens e reflexões sobre o período referente ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A proposta de um material destinado às instituições de ensino colabora para uma reflexão sobre qual é o papel dos materiais didáticos no ensino de história. Essa reflexão é importante ao passo que, atualmente, é comum, professores e alunos lançarem mão de diversas ferramentas como: filmes, músicas, vídeos, jogos, sites, arquivos virtuais, e outras centenas de formas disponíveis na internet ou em acervos das escolas, que auxiliam as reflexões propostas em sala de aula.

Dessa forma, a intervenção proposta contará, a princípio, com linguagem acessível, imagens, box de curiosidades, trechos de relatos de memória que ressaltem a participação dos pracinhas na guerra, dicas de filmes, contexto social e político vivenciado pelo Brasil na iminência da participação no conflito, discussão de conceitos importantes para a compreensão do momento histórico, capacitando o material a ser elaborado como uma ferramenta de leitura, recreação e aprendizado dos alunos.

CAPÍTULO I

DE NÁPOLES AO RIO DE JANEIRO: A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS VETERANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

1.1 - Chegada ao Brasil, desmobilização e festividades.

Com o término das hostilidades na Europa, em 08 de maio de 1945, a Força Expedicionária Brasileira, integrante do 4º Corpo do V Exército norte-americano, finda sua participação na Segunda Guerra Mundial. Cumprida a missão, hora de voltar para a casa com um custo de 468 mortos, 1.577 feridos, 1.145 acidentados, 58 extraviados, dos quais 35 foram aprisionados pelos alemães e cerca de 8 mil doentes em um efetivo de 25.334 soldados.¹⁶

Segundo Sirlei de Fátima Nass, no “Brasil, a notícia que a guerra havia acabado chegou aos brasileiros no dia sete de maio através da edição extraordinária do Repórter Esso, apresentada por Heron Domingues, que anunciava a morte de Hitler e o fim da guerra.”¹⁷ Após esse comunicado, jornais de diversas localidades noticiavam o fim do conflito ressaltando a participação do Brasil e a atuação do soldado brasileiro no *front* italiano.

Não só a imprensa radiofônica transmitiu o fim da guerra, como também os jornais impressos e de ampla circulação da capital federal trouxeram em sua matéria de capa a rendição alemã e a atuação da FEB na Itália. O jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*, noticiou o entusiasmo da população carioca, ressaltando que o mesmo povo que, em 22 de agosto de 1944, foi às ruas pedir a guerra agora tomava de novo às ruas entusiasmadas pelo término do conflito, que já durava seis anos.¹⁸

O Jornal do Brasil evidenciou a movimentação dos habitantes do Rio de Janeiro e o clima de empolgação e vibração cívica pelo fim da guerra:

Às 14 horas quase todo o comércio já havia cerrado as portas. Nas ruas cariocas o movimento era intenso. Ouviam-se a todos os instantes a buzina dos automóveis, o clamor das sirenes. E, com isso, a explosão ininterrupta dos fogos e das bombas, o estampido incessante dos morteiros, que, em regozijo, os cariocas soltavam.¹⁹

¹⁶ COSTA, Octávio. *Cinquenta Anos depois da Volta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. p. 76.

¹⁷ NASS, Sirlei de Fátima. *Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)*, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. p.53.

¹⁸ MILHARES, de pessoas no palácio da Guanabara, aclamaram o chefe do governo. *A manhã*, Rio de Janeiro 08 de maio de 1945. ed. 01147, p. 2.

¹⁹ O DIA da vitória. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 de maio de 1945. Edição 105, p.9.

As festividades referentes à vitória aliada na Europa chegavam, em maior ou menor escala, às cidades do interior. Juiz de Fora, situada na Zona da Mata Mineira e de onde partiram alguns dos jovens expedicionários que compuseram da FEB, tomou conhecimento do término das hostilidades através do Jornal “*Diário Mercantil*”. O periódico que veiculou as comemorações em torno da vitória aliada na cidade destacou que:

Tão logo o rádio anunciou a grata nova, afluíram a Rua Halfeld elementos representantes de todas as classes sociais, os quais, numa comunhão genuinamente brasileira davam vivos às forças democráticas que, unidas davam de vencidas a ameaça nazista contra a vida digna dos povos irmanados num ideal de paz e trabalho.²⁰

Com o fim da guerra, os problemas inerentes ao destino que seria dado as tropas mobilizadas para o combate passam a ser uma preocupação constante. Organizar o retorno de milhares de jovens, materiais bélicos, equipamentos, além da recepção dos soldados vitoriosos no território brasileiro demandava tempo, planejamento e estudo devido ao aspecto logístico. A preocupação do Ministério da Guerra após a rendição alemã e o término das hostilidades era a evacuação, de forma mais rápida possível, das tropas brasileiras na Itália.

O comando brasileiro deixava claro, já no fim de abril, que afastava a hipótese da tropa brasileira integrar missão de ocupação em territórios de nações vencidas.²¹ Com a possibilidade da utilização de forças brasileiras no teatro de operações do pacífico descartada, poucos dias após a declaração de término das hostilidades, era notícia em jornais da capital federal o aviso assinado por Eurico Gaspar Dutra, então ministro da guerra, que determinava:

O plano de evacuação dos nossos soldados atualmente na Itália. Segundo a mesma ordem a assistência a ser prestada a cada um ou em grupos de evacuados, será feita com a maior urgência possível. Entre as medidas estudadas, constam o pagamento que a cada um será devido bem como o aquartelamento e o uso de uniformes da FEB.²²

O retorno dos escalões da FEB estava sendo organizado, assim como, o destino da tropa e as festividades de recepção de cada escalão no porto do Rio de Janeiro. A FEB, alvo de dúvidas desde sua criação²³, retornava da Europa como um símbolo da luta contra a tirania do Nazi fascismo e, por isso, merecia uma recepção que fosse à altura de seus feitos.

²⁰ O POVO de Juiz de Fora vibrou de entusiasmo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 08 de maio de 1945. Edição 9758, ano XXXIV, p. 01.

²¹ BRAYNER, F. de Lima. *A verdade sobre a FEB* (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 511.

²² A CONTRIBUIÇÃO do Brasil para a vitória das Nações Unidas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1945. Edição 108, p.6.

²³ As versões acerca do significado do emblema utilizado pela FEB na Itália são muitas. Sabe-se que houveram versões do emblema desenhadas pelo americano Walt Disney, mas que o jargão “a cobra vai fumar” circulava em resposta às críticas de que “Era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra”. O símbolo então foi adaptado e utilizado pelos soldados na Itália, que reverteram o sentido da frase, passando de algo que simbolizava uma dúvida, para um lema de combate, indicando a superação das dificuldades dos brasileiros em

O momento político vivenciado pelo Brasil, à iminência do retorno da FEB, é o Estado Novo. Nesse momento de transição política, as comemorações que representavam a vitória das forças democráticas sobre os países do Eixo se juntariam àquelas práticas comemorativas já consolidadas ao longo do regime, como: o dia do trabalho, dia da Independência e o aniversário do regime, dia 10 de novembro. Essas comemorações, segundo Ângela de Castro Gomes, “estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador.”²⁴ Este cabedal de comemorações arquitetado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) mostra, ainda segundo Ângela de Castro Gomes, o quanto se investiu na criação e difusão de uma imagem do regime e de seu chefe.²⁵

A propaganda do regime, de acordo com Maria Helena Capelato, era uma estratégia utilizada a muito pelo governo brasileiro para fundamentar uma base de apoio. A autora aponta que parte importantíssima dessa estratégia de propaganda era desempenhada pelo DIP. “Ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder.”²⁶

Além da fundamentação de uma base de apoio, os regimes totalitários em voga no século XX buscavam, através dessas estratégias, fundamentar a figura do líder e sua relação direta com as massas. Getúlio Vargas, no Brasil, seguia estratégias de propaganda que em muito se assemelhavam com as de Goebbels na Alemanha nazista. A onipresença da figura do chefe de governo, principalmente nos programas de rádio, meio de comunicação mais difundido à época, colaborava para a formação de uma consciência coletiva. Segundo Alcir Lenharo, “O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional.”²⁷

As comemorações em torno da recepção dos soldados brasileiros que retornavam do *front* se inserem nos argumentos expostos por Lenharo, já que o conagração dos brasileiros mediante o fim da guerra e a vitória da FEB sobre as tropas nazistas demonstram que as estratégias que visavam à formação de um imaginário coletivo funcionaram. Alcir Lenharo, sobre a formação dessa identidade coletiva, aponta que “O homem, interligado numa multidão, está sempre, e invariavelmente, solidário com os demais. Está em família. Pensa como seu chefe. Obedece-lhe por amor a ele.”²⁸ O sentimento de agregação e pertencimento,

meio a guerra e as vitórias. O Dito popular, acompanhado do símbolo, é um dos pontos mais fortes da memória sobre a participação do Brasil no conflito.

²⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.217.

²⁵ Ibidem. p. 218.

²⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 123.

²⁷ LENHARO, Alcir, 1946. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, Ed. da UNICAMP, 1986. p. 40.

²⁸ Ibidem., p. 46.

completa Maria Helena Capelato, foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo.²⁹

O dilema enfrentado pela ditadura varguista, a partir do momento que enviou os expedicionários para lutar ao lado dos aliados, chegava ao clímax. O mesmo regime que cerceou a liberdade de imprensa perseguiu opositores e restringiu a cidadania e, agora, preparava a festa de recepção de seus soldados vitoriosos deixando as contradições políticas internas mais aparentes.

Se por um lado poderia parecer que o retorno dos “pracinhas” vitoriosos da guerra seria a coroação de um regime ditatorial já claudicante, por outro a luta da FEB na Itália e a vitória da democracia sobre as ditaduras do Eixo convertia os soldados da FEB em símbolos de uma democracia que não tardaria em chegar no Brasil. Segundo Ferraz, “A identidade entre a luta da FEB e aquela pela restauração das rotinas democráticas não era nova. Há muito, a FEB já tinha entrado nas cogitações dos atores políticos, seja como símbolo poderoso, seja como aliada, seja como alvo de inquietação.”³⁰

As comissões de recepção dos escalões expedicionários, criadas pelo Ministério da Guerra, ficariam encarregadas de receber propostas para a preparação do desfile da vitória realizado no mesmo dia do desembarque dos escalões da FEB na capital federal. O simbolismo construído em torno das vitórias da FEB na Itália, ronda as páginas dos jornais. Há uma expectativa crescente, tanto dos soldados para voltar ao Brasil, quanto da população em receber seus combatentes.³¹

Os soldados na Itália, em depoimentos ao “*Jornal do Brasil*” na edição do dia vinte e cinco de maio de 1945³², ressaltavam a ansiedade do regresso ao país e a importância do término do conflito. Pontuando a derrota da Alemanha em detrimento à “vitória dos povos amantes da liberdade” e ressaltavam o desejo do retorno a vida civil ao lado dos pais, noivas e esposas, bem como a oportunidade de levar novamente a vida que viviam antes da guerra.

As notícias veiculadas nos jornais dão conta, do grande conagraçamento popular em torno da vitória aliada na Europa e da expectativa geral da população em receber seus heróis de guerra. Entretanto, a instituição das comissões de honra e executiva, pelo ministério da guerra denotam, por seu turno, a preocupação do governo em tomar frente das festividades

²⁹ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 124.

³⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*. Londrina: Eduel, 2012. p. 107.

³¹ O REGRESSO da Força Expedicionária Brasileira: Altivam-se os preparativos da grande recepção aos nossos bravos soldados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945. Edição 144. p.6.

³² APÓS FEITOS gloriosos em terras da Itália: As tropas do Brasil iniciam os preparativos para voltar ao Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1945. Edição 120. p.6.

propostas para a recepção da FEB. Os órgãos de imprensa da capital federal noticiavam que as comissões instituídas recebiam sugestões de diversos setores da população, estudantes, educadores, empresas, bancos, associações e até outros veículos da imprensa.³³

Segundo Patrícia da Silva Ribeiro, a comissão de homenagens ao ter como presidente, indicado pelo próprio ministro da guerra, o General José Pessoa, revelava o peso dos eventos que estavam para ocorrer naquele momento. Segundo a historiadora, além de figura do alto escalão do exército, José Pessoa possuía boas relações no governo estado-novista e era conhecido pelo seu apego as tradições militares.³⁴

O comandante da Força Expedicionária Brasileira, Marechal Mascarenhas de Moraes, escreve em suas memórias suas impressões sobre seu retorno ao Brasil. O militar ressalta as mudanças ocorridas no país durante sua ausência e as manifestações políticas que ocorriam, principalmente entre os oficiais na Itália.

O Brasil no interregno de minha ausência, já não era mais o mesmo que eu deixara. Profunda transformação política ocorrera: a imprensa reconquistara a liberdade e alguns partidos políticos estavam sendo organizados para disputar as eleições a serem realizadas em 2 de dezembro de 1945.

Havia no país a inquietação que levemente chegara a empolgar, na Itália, alguns expedicionários exaltados, mas cujas tentativas de manifestação foram refreadas porque alheias à nossa principal missão além-mar.³⁵

O contexto de exaltação política dos militares na Itália, a qual se refere o Marechal Mascarenhas de Moraes, possivelmente, pode ser um resultante, da aproximação de alguns militares, principalmente do oficialato do exército, com as diversas correntes políticas em voga no período. As associações de Ex-Combatentes, no contexto de sua formação, a qual trataremos mais à frente, foram instituições que, no momento do retorno da FEB ao Brasil, já estavam inseridas nas disputas políticas inerentes à época. O pronunciamento do Marechal Mascarenhas de Moraes corrobora a existência de diversas aspirações e significados atribuídos à luta da FEB na Itália e deixa claro que o envolvimento político encontrado e condenado, nos embriões das associações, não era algo totalmente novo.

De fato, como aponta o historiador Cesar Campianni Maximiano, a incorporação de indivíduos, motivados por convicções ideológicas e políticas à FEB, era extremamente comum, inclusive havia entre os militares aqueles que se posicionavam a favor da orientação

³³ A RECEPÇÃO à Força Expedicionária Brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1945. Edição 143. p.5.

³⁴ RIBEIRO, Patrícia da Silva. *Em Luto e Luta: Construindo uma memória da FEB*. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Rio de Janeiro. p. 63.

³⁵ MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. *Memórias*. 2º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p.409.

do Partido Comunista, visto que este apregoava a luta contra Nazismo como missão de todos os trabalhadores.³⁶ Desta feita, é possível inferir que as manifestações políticas em torno da volta da FEB ganhavam terreno fértil, não somente nos órgãos de imprensa e grupos políticos no Brasil, mas também entre os próprios militares na Itália.

O manifesto intitulado *A FEB: Símbolo Vivo da União Nacional*, lançado na Itália em 1945, é um exemplo desse envolvimento político dos militares com o retorno das rotinas democráticas no país. O documento, segundo Paulo Ribeiro Da Cunha,³⁷ é sintomático, uma vez que corrobora a hipótese de que a atuação de diversos militares na Itália foi direcionada por convicções políticas. Subscrito por diversos membros do oficialato, dentre eles o Capitão João Batista Pereira Bicudo e o Tenente Pedro Prado Peres que ocupariam, *a posteriore*, cargos de destaque na AECB-JF, o documento transcrito por Paulo Ribeiro da Cunha e também por Celso Rosa citava que:

Nós, soldados expedicionários, esperamos que, do próximo pleito, surjam as premissas de uma era verdadeira de Democracia para a nossa Pátria (...) E sobre o sangue de nossos bravos, juramos defender os postulados fundamentais das quatro Liberdades que inspiraram a Carta do Atlântico e lutar sem desvanecimentos por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o Povo Brasileiro e das Nações entre si! Nós, soldados do Brasil, temos consciência da missão que aqui desempenhamos e nenhuma dúvida paira em nosso espírito sobre as nossas responsabilidades nesta guerra e diante dos problemas internacionais de uma paz justa e duradoura.³⁸

Por mais que se procure obter relações entre a queda do Estado Novo e o retorno da FEB, pesquisas recentes mostram que tal hipótese não se sustenta. Segundo Ferraz, o regime político que vigorava no Brasil, à época do retorno da FEB, já agonizava antes mesmo das principais vitórias da FEB na Itália. De acordo com o historiador, é importante salientar que o simbolismo da luta da FEB foi incorporado por diversas correntes políticas em voga na época, seja para criticar o regime getulista, seja para exaltá-lo. Destarte, conclui o historiador que “Nem a FEB derrubou Vargas, tampouco este temia a FEB.”³⁹

Se o golpe militar ocorrido em 29 de outubro de 1945⁴⁰ não se relaciona, ao menos de forma próxima, com o retorno da FEB da Itália, quais são as justificativas apresentadas para sua rápida e conturbada desmobilização? É necessário salientar que com a vitória aliada na Europa, não só o regime de Vargas, mas todas as ditaduras daquele período, foram postas em

³⁶ MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Op. cit.*, p. 64.

³⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 195-213.

³⁸ ROSA, Celso. O Espírito da FEB In: *O pracinha na Guerra*. São Paulo: Café Editora Expressa, 2000.p. 214.

³⁹ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 115.

⁴⁰ RENUNCIOU o presidente Getúlio Vargas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1945. Edição 255. p.5.

xeque. Segundo Maria Helena Capelato, “O dilema enfrentado pela ditadura era: Como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente? A pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os Aliados, já dera mostras dessa tensão, que foi se agravando até o fim do conflito.”⁴¹

Se Getúlio Vargas não temia a FEB, a mesma afirmação não pode ser utilizada para o Ministério da Guerra. Este, chefiado por Eurico Gaspar Dutra, general tido por muitos expedicionários como um “inimigo da FEB”, deixou bastante visível, através dos diversos avisos lançados desde a vitória dos Aliados na Europa, a insegurança e a tentativa da instância governamental em “suavizar” os impactos do retorno da tropa ao Brasil, esvaziando o evento do caráter simbólico que lhe era inerente.

Enquanto o navio *General Meighs* se preparava para receber os mais de 5.200 expedicionários componentes do primeiro escalão para retornar ao Brasil, o Ministério da Guerra já atuava lançando um aviso que proibia os expedicionários de conceder entrevistas aos órgãos de imprensa. O jornal “*Diário de Notícias*” trazia em sua matéria de capa no dia 03 de julho de 1945 a manchete: “Não poderão dar entrevistas os soldados da FEB”. Nela, o jornal informa que, de acordo com o boletim da FEB expedido pelo ministro da guerra:

A chegada no Brasil deve abster-se os militares de exaltar seus próprios feitos; os méritos dos dignos são apontados pelos chefes e exaltados pela ação. Todos devem esquivar-se dos jornalistas; só com autorização do ministério da guerra podem ser concedidas entrevistas.⁴²

Não é possível ter uma dimensão correta se a outorga do presente aviso foi devidamente cumprida pelos expedicionários. Embora houvesse a proibição, são inúmeras as ocorrências de depoimentos veiculados pelos órgãos de imprensa da época, que se referem tanto ao assédio da população carioca sobre os militares que concediam depoimentos aos civis, ávidos por detalhes da campanha, quanto aos depoimentos de militares veiculados pelos jornais.

A desmobilização e licenciamento dos militares da FEB é alvo de críticas por parte de alguns veteranos e, também, de pesquisadores do tema. Segundo o veterano Antônio de Pádua Inhan, “Eles nos deram baixa na Itália. Nossos certificados foram emitidos na Itália, nós já viemos para o Brasil como civis.”⁴³ O caráter abrupto e apressado com que foram realizados os processos, ainda em território estrangeiro, aponta que tais determinações possuíam o objetivo claro de frear o impacto da chegada destes militares no Brasil.

⁴¹ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 136.

⁴² NÃO Poderão dar Entrevistas os Soldados da F.E.B. A chegada ao Brasil, devem abster-se os militares de exaltar seus próprios feitos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1945. Edição 6960. p.1

⁴³ Antônio De Pádua Inhan. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 10 de junho de 2019.

O retorno dos soldados da FEB torna-se palco de diversos interesses políticos que estavam em voga à época. Direta ou indiretamente os envolvidos na recepção dos combatentes ou, posteriormente, no desfile, construíam os mais diversos simbolismos em torno da vitória brasileira no conflito. Começava a se formar, antes da chegada dos militares, parte da narrativa referente a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Este discurso, repleto de subjetividades e significações irá compor parte da memória coletiva sobre a Força Expedicionária Brasileira.

O historiador Francisco César Alves Ferraz comparou as medidas tomadas pelo comando do Exército, responsável pela FEB, e as instruções emitidas ao 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo o autor, a diferença entre as perspectivas são constrangedoras. Enquanto os membros da FAB eram orientados a espalhar seus feitos, os da FEB, por seu turno, eram obrigados a escondê-los.⁴⁴

A data marcada para a chegada do primeiro escalão no Brasil era o dia 18 de julho de 1945. Em vista disso, como era de costume por todo o período do Estado Novo, Getúlio Vargas lança o decreto lei nº 19.220, no qual constava:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição:

CONSIDERANDO ser motivo de regozijo nacional o regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira;

CONSIDERANDO a alta significação histórica desse acontecimento;

DECRETA:

Art. 1º O dia 18 de julho de 1945, data do regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira, é declarado feriado em todo o território nacional.

Art. 2º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores transmitirá o texto deste decreto aos governos estaduais.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.⁴⁵

O presente decreto objetivava reunir o maior número de pessoas para acompanhar as festividades. Em um momento único, a política varguista, já em declínio, lança uma de suas cartadas finais e imprime ao retorno da FEB a propaganda em torno da unificação nacional. Estratégia característica do governo de Getúlio Vargas que buscava, através da propaganda política direcionada às massas, ampliar a base de apoio do governo.

⁴⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 96.

⁴⁵ BRASIL. DECRETO Nº 19.220, de 18 de Julho de 1945. Decreta Feriado nacional o dia 18 de Julho de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19220-18-julho-1945-469602-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 01/05/2018.

Segundo Maria Helena Capelato, os organizadores da propaganda do regime, sediados no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizaram inúmeras referências imagéticas. Embora a figura de Vargas como chefe da nação fosse largamente utilizada, símbolos nacionais (como o que a FEB se tornara) eram ainda mais explorados nas representações visuais do Estado Novo.⁴⁶ A propaganda política no regime atua com o intuito de produzir forte emoção, fixando no imaginário coletivo uma gama de ideias que atestem a legitimidade do regime.

Chegada a hora da recepção e do desembarque dos expedicionários no porto do Rio de Janeiro, “o povo despertou cedo, com a ideia fixa de não perder o deslumbrante espetáculo da marcha vitoriosa dos pracinhas.”⁴⁷ Os relatos do *Jornal do Brasil* dão conta que o navio americano de transporte de tropas, *General Meigs*, atracou no cais do porto às 9 da manhã do dia 18 de julho de 1945.

A programação das solenidades divulgada pelos meios de comunicação da época contava com a visita dos generais americanos Mark Clark, comandante do 5º exército americano, e do comandante do IV Corpo do Exército dos Estados, Willis D. Critenberger. O chefe do governo, Getúlio Vargas acompanhado do ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra, “também subiram a bordo e saudaram nossos patrícios.”⁴⁸

Além do decreto de feriado nacional lançado por Vargas e do fechamento das principais avenidas da cidade para facilitar o acesso dos pedestres, “Várias bandas de música colocar-se-ão no trajeto do desfile”⁴⁹, que ocorreria pelas principais ruas da cidade respeitando o seguinte itinerário:

Rodrigues Alves, Praça Mauá, Avenida Rio Branco, Praça Paris (contornando o Monroe), Avenida Treze de Maio, Largo da Carioca, Uruguaiana, Avenida Marechal Floriano, Rua Visconde da Gávea, Rua Marcílio Dias e Estação D. Pedro II, de os expedicionários onde seguirão por via férrea seus destinos.⁵⁰

O Ministério da Guerra determinou a construção de palanques para a melhor acomodação das autoridades civis e militares que acompanhariam o desfile. Os órgãos de imprensa traziam, em suas matérias de capa, detalhes sobre as festividades de recepção, ressaltando o movimento da população carioca que afluiu às ruas nas primeiras horas da

⁴⁶CAPELATO, Maria Helena. *Op Cit.*, p. 123.

⁴⁷OS EXPEDICIONÁRIOS brasileiros foram recebidos pelo povo com vibrantes manifestações de entusiasmo patriótico: O desembarque e o desfile da força expedicionária brasileira transcorreram brilhantíssimos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Edição 167. p.5.

⁴⁸ HOMENAGENS excepcionais serão prestadas, hoje, pela cidade, aos heroicos soldados da FEB. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Edição 6973. p.1.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

manhã para reservar os melhores lugares para acompanhar o desfile dos combatentes. Os trens vinham dos mais diversos locais da cidade e chegavam abarrotados de gente que se espremiavam ao longo da avenida beira-mar para acompanhar o desembarque das tropas.

Os anais do Rio de Janeiro não registram apoteose idêntica. Jamais se aglomerara em nosso centro urbano multidão ao mesmo tempo tão considerável e tão entusiástica, sacudida por um frêmito cívico, por uma exaltação patriótica nunca manifestada em outros grandes fastos da nossa história. (...) Nada faltou ao fulgor do memorável cenário. A vibração formidável das ruas, ao panejar vitorioso as bandeiras, ao esvoaçar das miríades de “*confetti*”, no estrugir das fanfarras, a tudo isso se casava o mais azul céu carioca, inundado pelo seu mais belo, mais claro, mais amável sol de inverno.⁵¹

Sobre a recepção e o desfile do 1º Escalão da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), o Marechal Mascarenhas de Moraes escreve que o apelo popular era tão grande durante o desfile que, em “frente ao palanque presidencial, a massa humana se comprimiu de tal forma que a tropa de infantaria teve que desfilar em coluna por um, confundindo-se com o povo.”⁵²

Para José Maria da Silva Nicodemos, Cabo da FEB durante a campanha da Itália, a recepção aos pracinhas no Rio de Janeiro foi para ele um momento nunca antes visto. O veterano, que retornou juntamente com o segundo escalão da FEB, em agosto de 1945, lembra que: “No Rio de Janeiro, sem exagero, sem mania de grandeza, sem nada, eu vi a maior recepção que um povo pode dar a um grupo de militares. Era muita alegria eles arrancavam os botões, os distintivos das nossas roupas para guardar de lembrança.”⁵³

O veterano Victório Nalesso, que retornou ao Brasil junto ao 4º escalão da FEB, narrou em suas memórias o clima festivo do desembarque dos expedicionários na capital federal. Segundo Nalesso:

As ruas superlotadas de gente, com bandeiras e gritos, o povo ia saudando com vivas os vitoriosos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. Aos poucos a população ia invadindo a corrente de isolamento, principalmente as mulheres: moças desfilavam abraçadas com os pracinhas até o término, isto é, até as proximidades da estação de ferro Central do Brasil. Foi um momento de festa e muita festa!⁵⁴

As manifestações efusivas da população ao receberem os pracinhas não se limitavam à capital federal. Ao regressarem às suas cidades, o clima de festa e de confraternização cívica prosseguia marcando a memória de muitos veteranos da FEB. Francisco José Afonso relata

⁵¹ DELIRANTEMENTE aplaudidos os nossos pracinhas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Edição 6974. p.1.

⁵² MORAES, J.B. Mascarenhas. *Op. Cit.*, p. 424.

⁵³ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

⁵⁴ NALESSO, Victório, et al. *Diário de um Combatente: As Recordações de um pracinha sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial*. Itapetininga: Gráfica Regional, 2005. p.149.

que apesar de ter tomado “Parte nos combates a Monte Castelo, Montese e na captura da Divisão Alemã, o que ficou profundamente gravado na minha mente foi o regresso à Pátria.”⁵⁵

Em Juiz de Fora, os cerca de duzentos convocados da cidade e arredores para a composição da FEB chegariam, em sua maioria, à cidade juntamente com 5º escalão na noite de 03 de outubro de 1945. A imprensa local colaborava para a manutenção do clima festivo na cidade. Em sua primeira página, o *Diário Mercantil* comunicava aos seus leitores que “Amanhã, finalmente, Juiz de Fora vai receber e homenagear condignamente os bravos expedicionários mineiros componentes do 11º R.I. unidade de elite que desempenhou um papel grandioso na luta desenrolada na península itálica.”⁵⁶

O que se desenrolou na cidade mineira, após o anúncio do desembarque dos expedicionários, foi semelhante ao ocorrido na capital federal. Com a chegada da composição prevista para as 12:00 do dia 03 de outubro, as solenidades dedicadas à recepção dos cidadãos-soldados contariam com celebrações internas às Instituições Militares, mas também, ou sobretudo, comemorações que aproximariam o público da cidade dos seus heróis de guerra e movimentariam a vida social da cidade.

Segundo o programa divulgado pela imprensa local, as comemorações procederiam da seguinte forma:

12:00 – chegada e saudação do prefeito José Valadares na estação da central – Desfile pela Rua Halfeld e Avenida Rio Branco.
13:00 – Churrasco no parque do Museu “Mariano Procópio” (...)
15:00 – Sessão cinematográfica no Cinema Central.
18:00 – Festa popular na praça Presidente Antônio Carlos – Teatro ao ar livre – Dansas (sic) - No salão do Estabelecimento de Subsistência da 4º R.M. para oficiais e convidados com a orquestra do Cassino Atlântico. (...)
Durante as festas tocarão duas bandas militares. Serão cantados hinos por um coro orfeônico de estudantes.⁵⁷

Após uma série de imprevistos relacionados à chegada da composição que traria os soldados da FEB, o programa, acima veiculado, não pôde ser cumprido em sua totalidade. Entretanto, a chegada dos cidadãos-soldados à cidade, que procedeu somente as 21:00 do dia 03 de outubro de 1945, não arrefeceu, segundo a imprensa local, o ânimo dos espectadores que aguardavam para acompanhar o desfile dos soldados que:

Sob aplausos entusiasmados de enorme multidão e o pipocar de fogos desfilaram os heroicos “pracinhas” pela Rua Halfeld e Avenida Rio Branco dirigindo-se após ao

⁵⁵ Memórias do veterano Francisco José Affonso. Acervo da ANVFEB-JF.

⁵⁶ OS “PRACINHAS” mineiros chegaram: a grandiosa recepção aos heróis do 11º R.I. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 02 de outubro de 1945. Edição 9879. p.1.

⁵⁷ PROGRAMA das festividades em homenagens aos expedicionários mineiros. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 03 de outubro de 1945. Edição 9880. p.1.

parque do Museu “Mariano Procópio” onde se realizaria em seguida um grandioso churrasco oferecido pela comissão promotora das homenagens.⁵⁸

Nos noticiários analisados até aqui, tanto os locais, quanto os veiculados na capital federal, a abordagem privilegiada era ressaltar o caráter singular da epopeia brasileira na guerra, além da recepção calorosa dos heroicos soldados da FEB. O *Jornal do Brasil* relatava que “Grandes homenagens serão tributadas pelas autoridades e pelo povo aos heróis de Monte Castelo e Castelnovo.”⁵⁹ O *Diário de Notícias*, por sua vez, trazia em sua capa o seguinte destaque: “Regressam Cobertos de Glórias os Defensores da Democracia: Homenagens excepcionais serão prestadas, hoje, pela cidade, aos heroicos soldados da FEB.”⁶⁰

Aos olhos da imprensa internacional, a participação da tropa brasileira em um conflito de tamanha magnitude também ganhava contornos de um evento singular. Em nota veiculada pelo *Jornal do Brasil*, se referindo ao editorial publicado pelo jornal cubano *El Mundo*, este considerava que a participação de uma nação latino-americana no conflito europeu alterava o curso do rio da história e fazia da América “algo a mais do que um receptor de cultura reflexa.”⁶¹

A construção da figura de herói nacional serve, nesse momento, como elemento unificador de uma identidade. José Murilo de Carvalho aponta que “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva.”⁶² As representações construídas em torno da recepção dos expedicionários, bem como a atuação da FEB na Itália, buscavam difundir um ideário de uma sociedade que se mobilizou, lutou contra um inimigo comum e retornou vitoriosa ao seu país de origem.

O processo de construção de uma narrativa sobre a FEB não atendia somente às necessidades dos próprios governantes, membros de um regime político já claudicante, mas também do povo que recebia seus heróis, título este que os cidadãos mobilizados para a FEB receberam da maioria da população. Embora, como já apontado, os cidadãos-soldados tenham

⁵⁸ OS “PRACINHAS” foram recebidos com indescritível entusiasmo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 05 de outubro de 1945. Edição 9881. p.1.

⁵⁹ A CHEGADA hoje na capital o 1º Escalão da Fôrça Expedicionária Brasileira: Grandes homenagens serão tributadas pelas autoridades e pelo povo aos heróis de Monte Castelo e Castelnovo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Edição 166. p.6.

⁶⁰ REGRESSAM Cobertos de Glórias os Defensores da Democracia: Homenagens excepcionais serão prestadas, hoje, pela cidade, aos heroicos soldados da FEB. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Edição 6973. p.1.

⁶¹ A CONTRIBUIÇÃO do Brasil na guerra: Exaltado em Havana o esforço da F.E.B. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1945. Edição 144. p.6.

⁶² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 12.reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 55.

sofrido o peso de inúmeras medidas que visavam diminuir o impacto de sua chegada, os desfiles e solenidades destinadas àquelas comemorações eram o seu momento de glória.

Os pracinhas, em seu retorno ao Brasil, representavam as aspirações de grande parte da população que os viam como símbolos. O passado em comum desses homens, que estiveram em combate na Itália, fomentaria uma identidade social pautada nessa experiência comum e que seria, em grande parte, utilizada para embasar a existência das associações tema central das próximas análises.

As narrativas compostas por esses veteranos de guerra serão a principal forma utilizada para comunicar os fatos e particularidades de suas experiências em combate. Nesse sentido, entender os principais pontos ressaltados por eles se torna um exercício produtivo, já que tais comunicações irão, em grande parte, embasar as lutas coletivas protagonizadas pelas associações.

1.2 - A Guerra aos meus olhos: A participação da FEB na Segunda Guerra Mundial por seus principais agentes de memória

Uma história que me emociona muito, ocorreu em novembro 29 de novembro de 1944. O capitão, meu comandante, Moacir Nunes Assunção estava na minha posição e conversava comigo assuntos relativos à nosso trabalho, nossa obrigação. O soldado telefonista atendeu um sinal do telefone e passou para ele, ele engasgou daqui, engasgou dali, mas dava para entender o que teria acontecido. Quando ele desligou, virou para mim e para o soldado e falou assim: “acabamos de perder o cabo Hélio. Chame mais dois companheiros, e nós quatro vamos recuperar o cadáver na terra de ninguém.” Eu chamei o outro cabo da minha sessão, Cabo Barbosa, que morreu em Belo Horizonte em novembro de dois mil e alguma coisa e, chamei o Sargento Mahzer pegamos uma lona, duas cordas e saímos nós quatro em direção ao local que estava o cadáver do cabo Hélio. Não era grande distância, mas dada as condições, terra de ninguém, uma chuva fina, neve e já um pouco de frio tornava tudo um pouco difícil. Chegamos, colocamos a lona no chão, enrolamos o corpo do Hélio, fizemos quatro alças para segurar e voltamos. Para você ter uma ideia nós começamos essa missão as 10 horas da noite, quando nós terminamos era 7 horas da manhã. Quando terminamos, o Capitão foi para o posto dele para informar ao pelotão de sepultamento e nós, voltamos à nossa posição. Então, eu não esqueço essa história. A raiva, a tristeza ao tomar conhecimento da morte do Cabo Hélio que era natural de Juiz de Fora.⁶³

Com as mãos um pouco trêmulas e a memória já pregando algumas peças devido aos 96 anos de idade, quem narra esse episódio é o veterano José Maria da Silva Nicodemos. José Maria, que pertenceu ao 11º Regimento de Infantaria durante a campanha da Itália narra, com certa riqueza de detalhes, as diversas impressões que obteve de sua participação com a FEB

⁶³ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

no *front* italiano. Residente em Juiz de Fora e ainda frequentador assíduo do espaço dedicado a ANVFEB-JF, adverte já no início de sua colaboração para essa pesquisa: “Eu vou falar com você à minha moda. Minha a moda é clara, é tranquila eu não invento e nunca inventei nada. Alguma coisa continua clara na minha memória. Incluindo coisas que eu acho que eu não devo falar.”⁶⁴

Hecatombes como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o Holocausto e os conflitos advindos da Guerra Fria marcaram o século XX em toda sua totalidade. Os horrores vivenciados pelas vítimas dos campos de concentração na Europa, por exemplo, ainda hoje, passados 74 anos, são ressaltados por produções cinematográficas, museus e espaços nos quais as memórias relacionadas a esses eventos ocupam todo o plano de fundo e saltam aos olhos, provocando as mais diversas reações nos espectadores. O interesse público nesses episódios motiva a produção de obras biográficas, livros⁶⁵, filmes⁶⁶ e documentários⁶⁷ que, em alguns casos, rendem lucros atraentes devido a demanda do público por essas produções.

As percepções dos veteranos da FEB também foram editadas em diversas publicações, dentre estas, aquelas que foram, em certa medida, largamente difundidas estão atreladas a *Biblioteca do Exército Editora*. Tais obras, segundo Ferraz, se preocuparam mais em difundir

⁶⁴ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

⁶⁵ Um exemplo que pode ser apontado, é o caso da polêmica em torno da reedição da obra *Mein Kampf*, escrita por Adolf Hitler. Reeditada e publicada na Alemanha em 2016 alcançou um grande sucesso nas livrarias do país, vendendo mais de 85.000 exemplares. Segundo a revista Veja, o relançamento da obra publicada com mais de 3500 notas explicativas contendo explicações e advertências históricas sobre o conteúdo divulgado pela obra, “foi alvo de muita controvérsia por causa do temor de alguns críticos em relação à interpretação das ideias do Führer, principalmente entre movimentos neonazistas.” Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/reedicao-de-minha-luta-de-hitler-e-sucesso-na-alemanha/>. Acesso em: 07/03/2019. No Brasil, de acordo com outro noticiário, a publicação também despertou o interesse de compradores na capital mineira. Vendido em bancas de jornais, a comercialização da obra já foi alvo de medidas do ministério público que determinavam sua retirada imediata das prateleiras. Entretanto, essas medidas surtiram poucos efeitos uma vez que o livro pode ser facilmente encontrado na rede mundial de computadores e entre idas e vindas das decisões judiciais, também em algumas bancas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/05/interna_politica,845039/livro-de-hitler-e-sucesso-de-vendas-no-centro-de-bh.shtml. Acesso em: 07/03/2019.

⁶⁶ A produção cinematográfica mais recente sobre a FEB foi o filme “A Estrada 47”. Lançado em outubro de 2013, o drama dirigido por Vicente Ferraz remonta através da ficção a história dos remanescentes de uma esquadrão que após um ataque de pânico acabam se perdendo na chamada terra de ninguém. O longa metragem foi vencedor do prêmio principal em dois dos mais importantes festivais de cinema do país, o de Gramado e o Cine Ceará. Ver: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/o-brasil-na-2a-guerra-estrada-47/>. Acesso em 26/04/2019.

⁶⁷ O documentário intitulado “V de Vitória” foi produzido por Helton Costa. Jornalista e professor universitário, Helton Costa, administra uma página com mesmo nome em uma rede social. O documentário, lançado em fevereiro de 2019, incorpora em sua narrativa depoimentos de veteranos de guerra dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e ainda relatos de adultos que na época da guerra eram crianças e testemunharam a passagem da FEB pelo *front* italiano.

uma narrativa laudatória às instituições e à FEB e, portanto, “deixam a desejar no que se refere a uma visão mais crítica sobre a participação da FEB na guerra”.⁶⁸

No momento em que cessaram o troar dos canhões e que já não se ouvia mais os as rajadas de *MG-42* nos campos de batalha, iniciava-se uma outra guerra, esta, tomando como empréstimo o título da obra de Boris Schnaiderman, realizada na surdina, dizia respeito à batalha em torno da memória sobre a FEB. Quais as passagens marcantes seriam mobilizadas? Quem seriam os personagens elevados a heróis dessa epopeia? Como essas narrativas seriam acionadas? Quais valores seriam difundidos a partir dessas memórias?

A FEB foi composta por 25.334 soldados sendo que destes, nem todos entraram em conflito direto com o exército alemão. Nesse sentido, a questão que pode ser levantada a partir da documentação existente é que muito já foi dito, principalmente na documentação oficial, sobre a cooperação da FEB junto ao exército americano, os principais combates, ou ainda sobre a destreza dos grandes comandantes. Entretanto, os relatos existentes nos arquivos da ANVFEB-JF permitem não só lançar novos olhares sobre a participação desses homens no *front*, mas também em como estes narradores projetam as narrativas sua atuação na FEB e convivem com suas memórias.

Nesse sentido, ao construir as análises desta parte do trabalho, lançamos mão dos mais diversos tipos de relatos de memória e entrevistas as quais tivemos acesso. Na análise proposta aqui nos chamou a atenção os arquivos da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, os relatos de memória veiculados pela imprensa local, em uma coletânea publicada pela revista *O Lince*, que comemorava os 30 anos do fim da guerra, na qual alguns veteranos de Juiz de Fora relataram suas impressões sobre o conflito.

Além dos relatos divulgados pela imprensa, destacamos nessa parte os conteúdos de memória advindos de uma consubstanciação de esforços da ANVFEB-JF e de setores da sociedade civil que através de um questionário preenchido pelos associados da ANVFEB-JF convidava os veteranos a resumir “um acontecimento que ficou gravado em sua memória, ocorrido durante a campanha da Itália.” Os questionários originais, preservados nos arquivos da associação, são particularmente importantes, uma vez que foram utilizados na composição de um livro intitulado “Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmos”. Essa obra, produzida durante a gestão do veterano Álvaro Duboc Filho à frente da associação, é um dos principais conteúdos de memória produzidos pela ANVFEB-JF.

⁶⁸ FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 313.

A documentação que lançamos mão neste momento é fruto da necessidade destes homens em deixar relatos escritos para a posteridade à medida que o tempo decorria, a luta por redistribuição de recursos, aposentadorias, pagamento de pensões, indenizações e recolocação profissional era substituída por uma cruzada contra o desaparecimento dos conteúdos de memória de que essa comunidade era a agente. A fala do veterano José de Oliveira, que em reunião extraordinária da ANVFEB-JF tecia considerações sobre o registro escrito das atas de reunião, ilustra essa busca por se registrar cada vez mais os relatos dos veteranos brasileiros. Segundo o veterano: “palavras se vão embora com o vento o que está escrito, fica.”⁶⁹

Neste sentido, ganha força a hipótese de que as experiências relatadas principalmente pelo oficialato da FEB, presentes nas obras de maior circulação,⁷⁰ embasam as diversas narrativas compostas sobre o conflito. Assim, fica claro o potencial inerente a essas obras em tornar as impressões pessoais de alguns líderes em significados coletivos caros ao grupo. Em vista disso, ao mobilizar esses relatos de memória, é necessário ter claro que essas obras irão embasar não só relatos pessoais dos Ex-Combatentes, mas também a memórias coletivas difundidas pelas próprias associações.

Iniciando as análises sobre a memória coletiva, entendemos que ela é um dos pilares fundamentais utilizados para sustentar os sentimentos relacionados a identidade e o pertencimento a um grupo. O indivíduo que rememora aciona suas lembranças como forma de valorizar suas experiências do passado, imprimindo a elas valores universais caros a coletividade a que pertence. Nesse sentido, cabe na presente análise uma discussão sobre as narrativas que são construídas pelos sujeitos que rememoram, abordando como estes acessam essas lembranças e como as traduzem de forma que o ouvinte possa compreender.

Quais os fatos mais marcantes que esses homens se recordariam? Seriam os poucos instantes de calma? Ou o barulho ensurdecedor dos morteiros? Talvez o frio congelante de noites a fio passados em um *fox-hole*? Ou os poucos momentos de folga? Como explicar a uma pessoa que, a princípio, conhecia a guerra somente através dos filmes e imagens as sensações sentidas nas:

⁶⁹ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 24 de setembro de 1986, Livro n.12. p. 38.

⁷⁰ De relatos ditos mais polêmicos como os do Marechal Floriano de Lima Brayner, passando pela obra clássica de Boris Schnaiderman, até os relatos encarados como referências da participação da FEB no *front* italiano como o “A FEB pelo seu Comandante” livro escrito pelo comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes e o intitulado “O Brasil na Segunda Guerra Mundial” de Manoel Thomaz Castelo Branco. As obras elencadas acima somadas àquelas produzidas pelos correspondentes de guerra Joel Silveira e Rubem Braga embasam, grande parte dos relatos dos ex-combatentes sobre sua experiência na guerra.

Horas imóveis imersas no barro inundado e pegajoso do outono italiano? O uniforme molhado. Roupas aderindo à pele, absorvendo o calor. Água a escorrer pelo corpo. Um frio de congelar os ossos. (...) As missões de patrulha(...) o pavor que sentia do “pé de trincheira” ou de mutilar-se num campo minado as inúmeras horas que passaram arrastando – se (...) lentamente como lesma, sobre a neve. Quinze graus abaixo de zero!?⁷¹

Vai ser a conversão das lembranças em narrativas que comunicarão aos demais as experiências vivenciadas no passado. Assim, essas narrativas estão estritamente relacionadas ao modo com o qual aquele que narra se relaciona com seu passado e em como traduz suas lembranças para seus ouvintes. Além disso, ao se considerar as lembranças produzidas a partir de uma experiência traumática, devemos destacar que o esquecimento é, em alguma parte, peça chave de um processo complexo que envolve não só a característica seletiva das memórias, mas também o sentimento de preservação inerente aos seres humanos.

Nesse sentido, é oportuno considerar que memória e esquecimento não são, de certa forma, forças que se anulam, mas que caminham lado a lado e, nesse momento a relação entre os dois será importante para a compreensão dessa parte da análise. O esquecimento que nos referimos aqui, não é aquele advindo do social uma vez que, a batalha contra este será tema dos próximos capítulos, o que nos interessa agora é o esquecimento advindo das memórias traumáticas, dos silêncios e das seleções inerentes às narrativas mobilizadas.

Da mesma forma que os veteranos encontravam problemas para traduzir suas memórias a sociedade civil esta, por desconhecimento ou desinteresse, pouco ou nada sabia das adversidades pelas quais os pracinhas haviam passado. Para Adalberto José de Oliveira, “Poucos são capazes de compreender a angústia que se apossava de nós, combatentes da FEB, durante o desenrolar de uma ação de combate. Eu senti por várias vezes essa angústia.”⁷²

Os traumas oriundos do período em que estive em combate são, para Antônio Augusto de Andrade, os acontecimentos que permaneceram em seu subconsciente, principalmente aqueles que “Estão ligados a morte ou ao ferimento de companheiros.”⁷³ A batalha pela memória travada por esse grupo, ao longo do tempo, perpassava diretamente pelo acesso às lembranças desconfortáveis e aos traumas inimagináveis. “Passado tanto tempo é muito difícil para eu relatar com precisão todos os fatos que presenciei e de que participei, porque na verdade o que eu quero mais é esquecer. Porém por mais que eu me esforce, resulta inútil.”⁷⁴

⁷¹ RODRIGUES, Agostinho José. *Terceiro Batalhão*: O Lapa Azul. São Paulo, Ed. das Américas, 1976. p. 122.

⁷² Memórias do veterano Adalberto José de Oliveira. Acervo da ANVFEB-JF.

⁷³ Memórias do veterano Antônio Augusto Andrade. Acervo da ANVFEB-JF.

⁷⁴ Memórias do veterano Nelson Salomão, 2006. Acervo da ANVFEB-JF.

As atitudes de Nelson Salomão e Adalberto José de Oliveira evidenciam que o acesso às memórias da época em que esteve em combate, à medida que se faz necessário, resulta, muitas vezes, em revisitações de um passado traumático e desconfortável. A transformação desses relatos orais em memórias escritas, veiculadas em livros ou até mesmo aqueles suportados pelos monumentos, podem ser entendidas pela busca por um estabilizador, um apaziguador, dessas recordações incômodas.

Nos relatos analisados, sobressaem as mais diversas impressões e formas que os veteranos de Juiz de Fora lançaram mão para narrar sua participação na Guerra. Enquanto em alguns conteúdos despontam relatos técnicos, extremamente detalhistas e repletos de jargões militares, em outros os entrevistados se abstêm de responder o questionário deixando claro que as memórias da guerra os torturam, os incomodam. “Eu não gosto de falar sobre o que fiz na guerra e, para usar de franqueza, não sei contar os acontecimentos havidos durante a campanha.”⁷⁵

O silêncio, que aflora nos depoimentos de alguns indivíduos, pode ser relacionado a uma série de restrições sociais, distorções e tabus inerentes às memórias oriundas de uma experiência traumática. Didácio Rufino de Soares acrescentou que falava pouco sobre suas lembranças da guerra “porque foram chocantes demais estes momentos, e eu me envergonho de lembrar deles.”⁷⁶ Questionado pelo entrevistador sobre quais desses momentos se sobressaíam, Didácio Rufino de Soares resume em poucas palavras: “Fome, frio e miséria”.⁷⁷

Suportar o fardo das memórias traumáticas causadas pela guerra é inerente à condição da maioria dos membros dessa comunidade. Relatos como os de Didácio Rufino de Soares são típicos de quem enfrentou todas as provações de um ambiente de conflito que, ao decorrer do rigoroso inverno italiano, se tornava cada vez mais difícil. A Guerra, para alguns, se resume em “Violência, agressão, é crueldade é sacrifício. Não tem nada de bom e, entretanto, os acontecimentos ficam gravados em nossa memória. Muitos desses acontecimentos gostaríamos de esquecer, como por exemplo, a morte de um companheiro.”⁷⁸

No que se refere ao engajamento desses indivíduos inseridos em operações bélicas, é importante se considerar que acessar essas experiências traumáticas transformando-as em narrativas sem correr o risco de ser mal interpretado, é uma das questões mais importantes.

⁷⁵ Memórias do veterano José Maria. In: ANVFEB-JF. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981. p. 147.

⁷⁶ AS ESTÓRIAS que a FEB escreveu: Depoimento do veterano Didácio Rufino de Soares. Revista *O Lince*, n. 1609, p. 40, setembro de 1976.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ Memórias do veterano Francisco José Affonso. Acervo da ANVFEB-JF.

Ao acessar essas memórias traumáticas, os veteranos se colocam em uma linha muito tênue entre o dizível e o indizível. Nessas situações, de acordo com Bohleber, “A pessoa traumatizada não quer se sobrecarregar novamente ao falar a respeito”. É possível também que “ser indizível” significa que essas vivências traumáticas e suas recordações não devam ser enquadradas à força em uma estrutura narrativa que pudesse falsear seu núcleo e sua verdade.⁷⁹

Quando as lembranças traumáticas desses indivíduos afloram, sejam em momentos onde há um estímulo externo, ou quando essas imagens voltam ao consciente por si próprias, retornam também, as emoções envoltas nos detalhes relacionados a passagens do *front* “A sangueira de Montese. O inferno das granadas que explodiam sobre as nossas cabeças, o sinistro pipocar das “Lurdinhas”, o ronco das máquinas no céu (...) o horror das minas que a cada passo, ameaçavam nos destroçar.”⁸⁰

Os arquivos da ANVFEB-JF estão repletos de entrevistas e relatos de memórias cedidos por seus associados ao longo da existência da entidade. Dar luz a estes relatos é fundamental mediante o atual contexto, uma vez que o número de veteranos da FEB cai drasticamente a cada ano e a idade avançada de alguns já dificulta a coleta de novos depoimentos. “Hoje não existem mais tantos companheiros vivos, em Juiz de Fora existem poucos, tem cidades por aí, que já não tem mais nenhum. (...) Eu não sei que vai suceder a gente, não sei mesmo que vai nos suceder.”⁸¹

Ao passo que algumas narrativas são construídas de modo a ressaltar as modificações ocasionadas nas vidas destes veteranos no pós-guerra em outros relatos, é possível perceber a construção e o vínculo gerado entre esses indivíduos após o conflito. A manutenção das relações de amizade e companheirismo é uma das maiores justificativas para a posterior existência das associações. Dessa forma, a relação de companheirismo construída por esses veteranos e, forjada em um contexto de guerra, é, segundo Oliveira, extremamente forte, uma vez que além de haver uma forte doutrinação nesse sentido, o senso de corporativismo do soldado o ajuda a superar o medo⁸².

É nesse sentido que relatos sobre a morte ou ferimentos de companheiros durante os combates são característicos da maioria dos conteúdos de memória e também de depoimentos

⁷⁹ BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: A luta pela recordação em psicanálise. In: *Revista Brasileira de Psicanálise*. Volume 41, n. 1, p. 16, 2007.

⁸⁰ Memórias do veterano Sidney Teixeira Alves. Acervo da ANVFEB-JF.

⁸¹ Antônio De Pádua Inhan. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 10 de junho de 2019.

⁸² OLIVEIRA, Dennison. Poder militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.35, 2001. p.134.

que, como o do veterano Francisco Albino Moreira, com certa riqueza de detalhes, ressaltam o cotidiano, as conversas e as particularidades da vida no *front*.

Cabo Severino, para, aperta os lábios, faz gestos balançado a cabeça, observa bem, ouve as explosões das granadas e fala um tanto apavorado. “Não é possível, francamente, atravessar uma longa ponte debaixo de um intenso bombardeio por causa de um almoço. Há poucos dias recebi uma carta do Brasil na qual me comunicavam o falecimento de minha mãe, deixei lá também uma moça muito dedicada como noiva. Espero retornar em breve, casar e amparar meu pobre pai, velhinho e agora viúvo.” Demos tempo ao tempo e observamos que o bombardeio havia serenado. Cabo Severino, parecendo não se lembrar do que dissera antes atravessou na correria a tal ponte. A fome castigando, resolvi arriscar, acontece que ao chegar do outro lado, deparei-me com um aglomerado de companheiros e metendo a cara no boleiro vi e ouvi o Cabo Severino inerte, dando o último suspiro. Severino, que exercia o comando do grupo e estava indicado para a promoção e graduação a 3º Sargento, depois que havia atravessado a ponte foi atingido por uma granada de canhão alemã que caiu a sua frente espalhando os estilhaços por todo seu corpo, principalmente na região abdominal. Suas longas palavras ficaram durante muito tempo martelando no meu subconsciente.⁸³

Antônio Inham, atual presidente da ANVFEB-JF e também veterano do 11º Regimento de Infantaria, apesar de confessar durante a coleta de seu depoimento os desconfortos que sente ao narrar os episódios relacionados à FEB, emprestou sua narrativa, por várias vezes, para esclarecer as passagens da FEB durante a Guerra. Segundo o veterano, um dos momentos mais marcantes de sua participação na guerra foi quando caiu ferido durante um dos ataques a cidade italiana de Montese:

O acontecimento que ficou gravado em meu espírito durante a campanha da Itália. Foi minha volta à minha companhia. Tomei parte no primeiro ataque ao Monte Castelo, no dia 29 de novembro de 1944, e no combate a Montese, no dia 14 de abril onde vi vários companheiros caírem mortos e feridos e onde também fui ferido. Fui levado para o hospital em Livorno e tive alta 30 dias depois de terminada a guerra. Quis voltar para junto de meus companheiros, não permitiram. Tive que ir para o depósito de recuperação. (...) Numa oportunidade em que, com permissão, pude ir a Alexandra, onde se encontrava a minha companhia, fui recebido pelo capitão Hugo que “quebrou o galho” e não mais voltei ao depósito. Foi uma satisfação rever os velhos companheiros e por eles fui recebido com grande carinho. Regressei ao Brasil com minha companhia.⁸⁴

O depoimento de Antônio Inham⁸⁵, acrescido de mais 48 depoimentos, foram publicados na obra “Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmos” já supracitada. Na narrativa proposta na obra, há uma supressão de alguns detalhes que, atualmente, ainda permanecem vivos na memória do presidente da ANVFEB-JF. O relato do episódio envolvendo Inham em Montese é tratado na obra de forma mais sucinta entretanto, se sobressaem os detalhes referentes ao retorno do veterano a sua companhia e o ambiente de

⁸³ Memórias do veterano Francisco Albino Moreira. Acervo da ANVFEB-JF.

⁸⁴ Memórias do veterano Antônio de Pádua Inham. Acervo da ANVFEB-JF.

⁸⁵ Memórias do veterano Antônio de Pádua Inham. In: ANVFEB-JF. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981. p. 94.

companheirismo vivenciado pelo combatente. Por se tratar de um conteúdo oriundo de um esforço coletivo da entidade, esse enfoque é naturalmente interessante, à medida que engendra o sentimento de coletividade inerente a essas agremiações.

Para Geraldo Vieira Fernandes, era exatamente esse detalhe que não poderia passar despercebido em suas memórias. O veterano relata que no decorrer das operações viu muitos amigos desaparecerem, entretanto conquistou a amizade de outros. Nas palavras de Geraldo, via-se “gente de lugares estranhos, se encontrando pela primeira vez, tornando-se amigos, capaz de ir apanhar o companheiro no campo de batalha mesmo sabendo que poderá morrer.”⁸⁶

As referências a amigos próximos e conhecidos que caíram mortos ou feridos em combate também se configuram como um ponto onde a maioria dos relatos converge. Conquanto não se perca de vista que as mortes e ferimentos de soldados são inerentes ao exercício da guerra a FEB, se comparando com outras tropas que atuaram na Guerra, possui um número reduzido de baixas durante a campanha. A morte desses homens é, posteriormente, convertida em símbolos e alicerces poderosos da memória coletiva sobre a participação do Brasil na guerra. Essas passagens, para o veterano Antônio Augusto, são as que “Mais ficaram guardados em minha memória. Socorri vários companheiros tombados e ajudei a encaminhar aos hospitais aqueles que se encontravam feridos.”⁸⁷

Abel de Paula Rodrigues, por sua vez, relata que quando tenta compor um quadro em relação à sua participação no conflito, as imagens que lhe retornam à mente são por vezes mutiladas e disformes. Segundo o veterano, “só de amigos mesmo, perdi cerca de 20. Víamos muita gente morta porque às vezes os padioleiros não tinham tempo para retirar os corpos. Quando faltava mão-de-obra os mortos eram deixados para depois e socorriam-se os feridos.”⁸⁸

De acordo com Geraldo Teixeira Rodrigues, que durante a guerra integrou o chamado pelotão de sepultamento: “É muito árdua a missão de, após os combates, recolher os cadáveres dos companheiros mortos em ação. Essa foi minha missão durante o desenrolar da campanha da FEB na Itália. Ao tocar naqueles corpos sem vida, eu sentia uma profunda dor no coração e, quantas vezes, (...) tive vontade de chorar.”⁸⁹

⁸⁶ AS ESTÓRIAS que a FEB escreveu: Depoimento do veterano Geraldo Vieira Fernandes. Revista *O Lince*, n. 1609, setembro de 1976. p. 39.

⁸⁷ Memórias do veterano Antônio Augusto de Andrade. Acervo da ANVFEB-JF.

⁸⁸ Memórias do veterano Abel de Paula Rodrigues. Acervo da ANVFEB-JF.

⁸⁹ Memórias do veterano Geraldo Teixeira Rodrigues. In: ANVFEB-JF. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981. p. 94.

Nesse sentido, quando se joga luz aos postos-chave das narrativas de memória produzidas por esses agentes, pode-se perceber uma relação de complementariedade entre eles. A maioria das narrativas buscam compor um quadro de significados pessoais e coletivos à participação da FEB na guerra. Para Maurice Halbwachs, essa relação se dá uma vez que o indivíduo, ao expressar uma opinião ou compor uma narrativa sobre seu passado, é inescapável que este tome como referência a perspectiva de outros entes pertencentes à mesma coletividade e que compartilham de impressões parecidas sobre o mesmo tema. O sociólogo evidencia que em certos momentos estamos “tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros.”⁹⁰

Por outro lado, é necessário se considerar que é o indivíduo que, em suma, atua como mobilizador dessas lembranças e, estas, por seu turno, dizem respeito também, ou sobretudo, àquele que rememora. Não há uma só maneira de compartilhar lembranças. É nesse sentido, que Ecléa Bosi aponta que por muito “que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.”⁹¹

Nessa linha, podemos identificar depoimentos que evidenciam não só o passado heroico da participação na guerra, mas também a tratam como um período fascinante de suas vidas. Em alguns casos, as narrativas construídas chegam a beirar o saudosismo, onde a guerra é tratada, por exemplo, como a oportunidade para a saída do cotidiano regular das cidades do interior do Brasil, em direção à Europa.

Antes da guerra era de origem de agricultores do município de Ponte Nova - MG, o que por certo voltaria a exercer como profissão no anonimato interiorano. Jamais pensei em minha mocidade ir a Europa e ver meu nome publicado em duas obras referentes a campanha da Itália “de São João del Rei ao Vale do Pó, de Gentil Palhares e Heróis Esquecidos de Paulo Vidal”, bem como em alguns jornais como Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã e Tuiuti, este órgão da Academia de Letras do Ceará.⁹²

Enquanto que para uma parcela dos veteranos, como Antônio Fonseca, a participação da FEB tenha marcado no âmbito pessoal, para outros o que deve ser ressaltado nas narrativas são as conquistas em caráter coletivo, atrelado a vida pública e aos destinos políticos do país. Didácio Rufino de Soares, cujo depoimento já fora mobilizado em outro momento, ressalta, sobretudo, que a ida da FEB à guerra “foi como abrindo uma porta para aperfeiçoar a nossa

⁹⁰ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, p.47.

⁹¹ BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, p. 411.

⁹² Memórias do veterano José da Fonseca e Silva. Acervo da ANVFEB-JF.

democracia e o nosso progresso”, e a “participação da FEB foi uma semente lançada para geminar a democracia no Brasil.”⁹³

Os relatos de características marcadamente patrióticas e ufanistas são característicos de um período muito particular. As comemorações dos 30 anos do fim da guerra. Não há como negar que entender a participação na guerra a partir de conceitos universais como Liberdade e Democracia é, acima de tudo, uma forma de lidar com as memórias traumáticas e também justificar, ao menos internamente o alto preço que fora pago.

O feito heroico de um companheiro; o infortúnio de outro que tombara no campo de luta, cada batalha conquistada com muita bravura como as de Castelo e Montese, especialmente, que projetaram aos olhos do mundo a fibra do soldado brasileiro. Não foi em vão o sacrifício dos que não voltaram, nem dos que lá estiveram, tampouco dos que aqui também lutaram. Afinal, a LIBERDADE FOI MANTIDA.⁹⁴

Conquanto seja ressaltado que o papel primordial da memória esteja relacionado a memorização dos mortos, o ato de rememorar um indivíduo ou vários que abriram mão da própria vida em nome de um bem comum se configura como o ponto onde as dimensões mais evidentes da memória, a saber, a rememoração dos mortos e sua glorificação para a posteridade convergem entre si. Construir uma imagem idealizada e heroificada e transmiti-la às gerações futuras se caracteriza em uma das formas de luta contra o esquecimento.

O desejo de celebrar por meio do ato de bravura, além de ser uma das ferramentas mais eficazes nesses casos, acaba por ser também o método mais eficiente de consagração social, uma vez que, sobrevivendo na lembrança das pessoas, aqueles que pautaram sua história de vida em grandes obras e feitos heroicos, são os que, sem dúvida, terão condições de garantir a seus nomes uma maior duração no que toca à vida social dos mesmos.⁹⁵

Nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, “Nada pode o *olvido* contra o sem sentido apelo do não.”⁹⁶ O poeta traduz, em poucas palavras, o que o veterano Nelson Salomão, em suas memórias, dizia sentir acerca daqueles companheiros caídos que em combate.

Me é impossível esquecer a bravura e a determinação dos pracinhas, como eram chamados carinhosamente os integrantes da FEB, que alimentados pela chama sagrada e amor à pátria, escreveram uma das páginas mais gloriosas da nossa história. Ao participarem da luta pela democracia, pela liberdade e do reerguimento de um povo tão sofrido e tão massacrado pelas consequências da guerra.⁹⁷

⁹³ AS ESTÓRIAS que a FEB escreveu: Depoimento do veterano Didácio Rufino Soares. Revista *O Lince*, n. 1609, setembro de 1976. p. 40.

⁹⁴ Memórias do veterano Airton Vasconcelos Teixeira. Acervo da ANVFEB-JF. (Grifo no original)

⁹⁵ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011, p. 42 – 43.

⁹⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Claro enigma: poesia*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. p.21.

⁹⁷ Memórias do veterano Nelson Salomão, 2006. Acervo da ANVFEB-JF.

Em meio à característica traumática das memórias da guerra que torturavam e irremediavelmente voltavam à tona incontáveis vezes, aquelas lembranças relacionadas à “tristeza, aos barbarismos e a miséria da população civil italiana”⁹⁸ é, juntamente, aos detalhes relacionados ao cotidiano pontos comuns nos relatos analisados. Um deles que chama a atenção, tecido por Virgilino de Souza, aborda quando o veterano e seu pelotão adentraram a cidade de Montese: “Encontramos um alemão com um ferimento sangrando”. Levantando as mãos para o alto, perguntou-nos em italiano se poderíamos tratar seus ferimentos que doíam muito. Determinamos ao padioleiro que o atendesse e ele, agradecido, disse para ser ouvido por nós: - “*Brasiliani, bona gente...*”⁹⁹

As narrativas de cotidiano, em meio as memórias de guerra de alguns veteranos, evidenciam os indícios da seletividade das memórias e dos discursos. Alistair Thompson, que pesquisou as memórias dos veteranos australianos que se engajaram nos combates da Primeira Guerra Mundial, aponta que a seletividade dos discursos dessa natureza aparecem nos momentos os quais o veterano guarda as características mais traumáticas de sua participação no conflito para si e evidencia outras passagens. Esse comportamento, destacado por Thompson, era característico do próprio avô que “guardava as lembranças chocantes da guerra para si, preferindo contar os casos engraçados.”¹⁰⁰

Nesse sentido, em meio a coletânea de relatos analisados, há também aqueles que despertam curiosidade, uma vez que trazem o lado cotidiano da guerra e suas situações mais cômicas. José Fonseca e Silva, respondendo à mesma questão proposta a outros veteranos, preferia ressaltar em sua narrativa o jeito despretensioso de um de seus comandados. O Cabo José Maria, segundo Fonseca, era “valente pau de dar em doido” sempre alegre e bom sambista, pois sempre que podia estava cantando um “sambão” da época.”¹⁰¹

José Fonseca e Silva relata ainda que, em seus primeiros dias de *front*, precisou liderar uma patrulha em *Lá Cá*, lugar que, segundo o veterano, era muito visado pelo inimigo.

Ao chegar em Lá Cá (frente do Monte Castelo), um grupo de casa de “contadino”, tudo escuro, ambiente pesado e um pouco de “paura” raspando nas costelas de todos. Todos da patrulha quando da aproximação cismaram que um portão de um porão de uma das casas antes entreaberto foi fechado bruscamente. Ai a coisa que

⁹⁸ AS ESTÓRIAS que a FEB escreveu: Depoimento do veterano Geraldo Vieira Fernandes. *Revista O Lince*, n. 1609, setembro de 1976. p. 39.

⁹⁹ Memórias do veterano Virgilino de Souza. In: *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981. p. 104.

¹⁰⁰ THOMPSON, Alistair. Quando a Memória é um Campo de Batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. Trad: Simoni Geraldles. In: *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em história*, São Paulo, fev. 1998. p. 281.

¹⁰¹ Memórias do veterano José da Fonseca e Silva. Acervo da ANVFEB-JF.

estava feia “apertou” mais um pouco. Finalmente entraram, vasculharam e não encontraram ninguém do inimigo. Na hora do retraimento (retorno as posições) Zé Maria que havia visto um peru empoleirado num travessão do portão e fez silêncio sobre, agachado, deu um salto e agarrou a ave pelas pernas... o bicho fez *glu-glu* de espanto e bateu azas... foi o diabo todo mundo já meio assustado caiu de peito no chão ou saiu pela abertura que encontrou no porão. (...) É claro que o cabo Zé Maria levou uma bronca.¹⁰²

No mesmo sentido da narrativa acima apresentada está a de Euclides Geraldo Pires. Questionado sobre qual acontecimento marcou sua passagem na Guerra, o veterano, respondeu “Muitos foram os acontecimentos ocorridos durante a memorável campanha da FEB e que ficaram em minha memória. Eu não gosto de falar sobre os acontecimentos negativos, por isto, para atender seu pedido, vou contar como minha carteira de guardar liras salvou minha vida e vida de vários componentes do meu pelotão.”¹⁰³

É oportuno pontuar que, em meio a natureza seletiva inerente a memória e a diversidade de relatos que deixaram de ser mencionados, é possível que, se questionados novamente, os mesmos depoentes de outrora narrariam sua participação na FEB de outras formas. Essa mudança nos posicionamentos e no modo em como tecemos uma narrativa sobre nossas vidas se dá mediante a estreita relação entre a representação do passado, no caso, as memórias, e o presente de quem narra.

O passado é sempre novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. (...) O presente conduz o passado como este fosse membro de uma orquestra. (...) Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa; às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham capacidade de esclarecê-lo ou obscurece-lo.¹⁰⁴

Dessa forma, é próprio das narrativas de memória e seus conteúdos se modificarem e se solidificarem ao longo do tempo. Essa memória, que se constrói a partir dos laços sociais de convivência, seja no âmbito profissional, escolar ou familiar, diz respeito a como comunicamos os episódios relacionados ao nosso passado garantindo que este perdure para além das gerações.

A memória coletiva é, em sua essência, comunicação. E portanto, para dar prosseguimento a presente análise, abordar o retorno desses agentes de memória ao cotidiano social e profissional se mostra de suma importância para que compreendamos, a partir do próximo capítulo, o surgimento e atuação das associações de veteranos em Juiz de Fora.

¹⁰² *Ibidem*. (Grifos no original)

¹⁰³ Memórias do veterano Euclides Geraldo Pires. In: ANVFEB-JF. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981. p. 52.

¹⁰⁴ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *op. cit.*, p. 21.

1.3 - Reintegração social e Profissional

O histórico de participações do Brasil em conflitos externos não se restringe somente à Segunda Guerra Mundial. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi outro conflito externo, de grandes dimensões, travado pelo Brasil que exigiu a participação de uma gama de pessoas envolvidas nos esforços militares. Não há, entretanto, um trabalho de pesquisa mais detalhado que aborde, para esse conflito, as questões relacionadas com a reintegração dos combatentes nos seus mais diversos âmbitos (profissional, social, familiar), sendo ainda desconhecidos os reflexos na vida dos indivíduos mobilizados, para o que foi a maior guerra já travada pelo país.

A inexistência de trabalhos acerca dessa questão não nos permite tecer aqui uma análise comparativa dos processos de reintegração social e das mudanças nas políticas de readaptação desses indivíduos na sociedade. A análise, portanto, proposta nessa altura do trabalho é sobre como se pensava a reintegração social dos veteranos da FEB após o retorno ao Brasil e como, em certo sentido, esse retorno foi sentido pelos agora veteranos de guerra.

As fontes ligadas à imprensa analisadas até esse momento, dão a saber que, após a vitória da FEB e o cessar dos conflitos na Itália, no Brasil, as principais notícias se referiam principalmente à condição da parcela mais sensível dos Ex-Combatentes da FEB, os feridos no campo de Batalha. Nesse sentido, A instituição da *Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas - CRIFA*¹⁰⁵ possuía como objetivo conceder o auxílio necessário aos feridos na guerra, bem como a apreciação de cada situação em particular e visava, entre outras coisas, facilitar a readaptação profissional desses homens.

O *Jornal do Brasil*, noticiava com destaque a criação da referida comissão, enfatizando as suas funções que a princípio seriam:

a) apreciação em particular a cada um dos incapazes; b) estudar com carinho as tendências demonstradas em acurada observação; c) reeducar cada um dos incapacitados, das Forças Armadas designando a função mais adequada com as suas condições atuais; d) executar ainda mais a readaptação profissional de cada homem valorizando-o ainda mais com o auxílio dos serviços de seleção e os processos técnicos apropriados; e) acompanhar, sempre com o maior interesse e dedicação, a vida funcional de cada readaptado; f) providenciar junto as autoridades competentes, para que a nenhum expedicionário falte o devido amparo.¹⁰⁶

¹⁰⁵ A CRIFA foi Criada pelo decreto lei Nº 7.270 de 25 de Janeiro de 1945, mas sua organização foi aprovada pelo decreto lei nº 7.776 de 25 de julho de 1945 que dispõe sobre a organização da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e da outras providências. O presente decreto foi revogado pela lei nº 12.324 de 15 de setembro de 2010. Decreto-lei nº 7776: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7776.htm. Acesso em: 04/05/2018. Lei nº 12.324: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12324.htm. Acesso em: 04/05/2018

¹⁰⁶ A READAPTAÇÃO dos Incapazes das Forças Armadas: Uma circular expedida pelo presidente da respectiva comissão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1945. Edição 138. p.5.

Para Francisco César Alves Ferraz, a CRIFA não realizou suficientemente suas propostas e pouco colaborou com a reintegração social desses indivíduos. Com uma atuação tímida nas proximidades da Capital Federal, essa política pública se fez ineficiente na atenção das demandas dos veteranos de guerra, que agora espalhados nos mais diversas regiões do país, em sua maioria, desconheciam a função da referida comissão.¹⁰⁷

Entretanto, as dificuldades de readaptação, reintegração social e profissional não seriam sentidas somente por aqueles que retornaram com limitações físicas da Itália. De acordo com o veterano Wellington Lacerda: “Fomos dispensados pelo exército como bois dentro de um curral: Abre-se a porteira e toca-se para fora. Praticamente fomos tocados, sem uma preparação para a vida civil.”¹⁰⁸ Com os certificados de dispensa impressos na Itália e proibidos, através do Aviso Nº 2.256, de 21 de Agosto de 1945, de usar uniformes ou quaisquer distintivos que fizessem referência a campanha na Itália, a sociedade civil passava a sentir “a vinda dos ex-soldados como a intromissão de um corpo estranho.”¹⁰⁹

O retorno a lucidez cotidiana contrastava com as expectativas construídas pelos expedicionários na Itália. Questionados pelo *Jornal do Brasil* sobre as esperanças ao retornarem ao país, muitos dos militares confessaram suas aspirações de reintegração profissional: “Estou contentíssimo e mais ficarei ao voltar para o meu trabalho na “Light” em S. Paulo”, afirmou o sargento Heitor Suizer¹¹⁰.

O depoimento do expedicionário acima desnuda os meandros da problemática reintegração profissional dos soldados da FEB. Embora houvessem leis que garantissem ao conscrito mobilizado para a prestação de serviço militares o retorno a profissão antes ocupada, essas leis, segundo Sirlei de Fátima Nass, eram desrespeitadas desde o primeiro momento pelos empregadores que, mediante a convocação, demitiam seus empregados convocados¹¹¹.

¹⁰⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op Cit.*, 2012. p. 162

¹⁰⁸ Memórias do veterano Wellington Lacerda. *Acervo Pessoal de Wilson Lacerda*, Viçosa-MG, 2019.

¹⁰⁹ SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1964. p. 211.

¹¹⁰ AGUARDAM ansiosamente o momento de regressar à pátria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 de julho de 1945. Edição 154. p.9

¹¹¹ O Decreto lei n. 4902 – de 31 de outubro de 1942, expedido pelo presidente Getúlio Vargas e assinado após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, dispunha sobre a garantia de lugar e sobre a remuneração dos brasileiros convocados para qualquer encargo de natureza militar garantindo ao convocado o emprego que ocupava na vida civil, bem como o pagamento de 50% do vencimento, ordenado ou salário, durante o tempo em que permanecer convocado. O decreto também previa multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) ao empregador, para cada brasileiro convocado e poderá ocasionar a intervenção oficial no estabelecimento a fim de fazer cumprir a lei. Outra medida espedita pelo ministério da guerra que nos auxilia a pensar os meandros da desmobilização da FEB, diz respeito aos convocados ao serviço militar que no momento da mobilização eram estudantes. O decreto-lei N. 8019 dispunha sobre os estudantes que em função do serviço na FEB tiveram que

A distância entre a legislação própria existente e sua aplicabilidade revelava as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo, valorizava o cumprimento do serviço militar obrigatório, mas se recusava em receber no âmbito profissional aqueles que retornavam do exercício da guerra. Antônio Inhan conta que ainda antes da declaração de guerra se “ofereceu como voluntário para obter o certificado”¹¹² José Maria Nicodemos, por sua vez, completa que: “O Certificado de Reservista Militar, era o principal documento se você estivesse procurando um emprego. O dono do emprego a primeira coisa que ele fazia era perguntar. “Você já serviu o exército?” Se você não tivesse servido, você não arrumava nada.”¹¹³

Ana Mara Reis Schreider, filha do veterano Antônio José dos Reis, conta que o pai após a guerra “Nunca teve um emprego fixo trabalhando como pedreiro, pasteleiro, padeiro e carroceiro. Muito tempo depois é que meu pai foi alocado como funcionário dos Correios.”¹¹⁴ O retorno às antigas profissões parecia ser mais árduo que à própria guerra. “O pessoal não gostava de contratar os Veteranos, quando tinha alguma vaga eles negavam para a gente. Tinha um termo que eles usavam para falar da gente, como era mesmo? Neurótico. Chamavam a gente de neurótico de guerra.”¹¹⁵

Outro grande problema encontrado mediante a aplicabilidade dessas leis foi, em certa medida, o desconhecimento. O Ex-Combatente, fosse proveniente da zona rural ou urbana, não conhecia tal legislação, portanto, não obtinha sucesso na cobrança de seus direitos no pós-guerra, o que dificultava ainda mais o processo de reintegração à sociedade. Grande parte das demandas apresentadas às associações de ex-combatentes após sua instituição, caso que vamos tratar mais à frente, consistia em solicitar mediante as instituições civis ou militares o suporte aos veteranos da FEB.

Dos dados acerca da vida profissional dos veteranos entrevistados para a composição do livro “*Histórias de “Pracinhas” contadas por eles mesmos*” podemos, a partir dos questionários respondidos naquele momento, obter um breve diagnóstico sobre como uma parte dos veteranos de Juiz de Fora prosseguiu sua vida após o retorno ao Brasil.

interromper os estudos e garantia o retorno do estudante as atividades escolares. Para consulta a legislação completa do Ex-Combatente. Ver: MELLO, Jose Luiz Ribeiro; *Associação dos Ex-Combatentes do Brasil Conselho Nacional: A legislação do ex-combatente: leis, decretos-leis, decretos, legislação estadual, avisos e portarias*. Rio de Janeiro: Expedicionário, 1978. 587 p. 152-153.

¹¹² Antônio De Pádua Inhan. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 10 de junho de 2019.

¹¹³ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

¹¹⁴ Ana Maria Reis Schreider. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

¹¹⁵ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

Tabela 1: reintegração profissional

Categoria/Total	Militares	Civis	Total
Veteranos	28	21	49

Fonte: ANVFEB-JF. Histórias de “Pracinhas” contadas por eles mesmo, 1981.

Dos dados apresentados acima, podemos destacar que dos 49 veteranos entrevistados, entre os anos de 1975 e 1982, 21 deles, aproximadamente 42% do total, declararam que após a guerra retornaram as atividades que desempenhavam na vida civil. A partir dos dados referentes à esse grupo podemos, ainda, classificá-los da seguinte forma.

Tabela 2: Retorno à vida civil

Categoria/Total	Licenciados	Solicitou baixa	Reformados	Total
Veteranos	18	01	02	21

Fonte: ANVFEB-JF. Histórias de “Pracinhas” contadas por eles mesmo, 1981.

Do núcleo de veteranos que optaram, no momento da chegada ao Brasil, pela reintegração à vida civil, a grande maioria, cerca de 85%, é composta daqueles que foram licenciados, ou seja, no retorno da guerra já haviam cumprido com o tempo determinado pelo Serviço Militar Obrigatório e recebendo o Certificado de Reservista foram dispensados. Nos dados apresentados pela obra, constam ainda aqueles que, reintegrados aos quadros das Forças Armadas solicitaram baixa, optando de livre e espontânea vontade pela vida civil além daqueles que, julgados incapazes por uma comissão especializada, no imediato retorno, foram reformados, ou seja, afastados das atividades militares.

Alguns lograram êxito na recuperação e conseguiram se readequar as normas de convívio social, outros jamais se recuperaram totalmente. Reintegrados à sociedade, para os primeiros, a vida seguiu, constituíram família, escreveram suas memórias, se tornaram referências históricas em suas cidades de origem e, após anos de lutas coletivas, obtiveram, em alguns casos, inserção em cargos públicos. Entretanto, para os segundos, os louros da vitória terminaram no momento do embarque em um trem qualquer após o desfile. Não faltaram caos de veteranos que não puderam conviver com suas memórias de guerra e “começaram a beber, sem ter o que fazer, sem um trabalho digno, morreram nas sarjetas de sua cidade natal.”¹¹⁶

¹¹⁶ Memórias do veterano Wellington Lacerda. Acervo Pessoal de Wilson Lacerda, Viçosa-MG, 2019.

A expectativa construída para o retorno da FEB, assim como o processo de construção da imagem heroica de seus combatentes, se deterioravam pouco a pouco e rapidamente caíam no esquecimento. Após a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, os heróis, de acordo com Brayner, “eram os que, tendo vivido e prosperado à sombra da Ditadura, desde 24 de outubro de 1930, agora embandeiravam o arco por terem-na derrubado. Moral revolucionária...”¹¹⁷

A busca por relatos e entrevistas que abordavam o cotidiano do soldado no *front*, aos poucos, se arrefeceu. A população duvidava da atuação dos febianos na Itália e aos poucos passavam a vê-los como aproveitadores. Entre outras histórias que narrou, José Maria destacou uma que o deixou extremamente desconfortável:

Depois da alegria imensa que sentimos na chegada ao Rio de Janeiro para mim, foi tudo decepção. Tem uma história que aconteceu quando eu já era taxista. Um dia eu parei o taxi em um barzinho, que tem aqui na Floriano com a Batista de Oliveira, entrei lá e pedi um pouco de água do filtro o rapaz me deu e eu pedi: “Bote um cafezinho para mim.” Nisso tinha umas quatro pessoas sentadas e um deles me conhecia e, apesar de ser mais novo que eu, era meu colega de quando ainda era caminhoneiro. Bom, ele levantou, me deu um abraço e disse: “Esse é o Zé Maria. Zé Maria esteve na guerra!” Um dos que estavam lá, você não vai acreditar, disse “O que é isso? O Zé Maria esteve foi na Itália passeando com nosso dinheiro!”¹¹⁸

Os expedicionários viam, aos poucos, os significados de sua participação na guerra se esvaírem na sociedade. A proibição do uso dos uniformes, por exemplo, através do aviso já mencionado, atingia, em cheio, o único símbolo que distinguia os militares da FEB da sociedade em geral e dos demais militares das Forças Armadas. O referido aviso acentuava ainda mais a perda simbólica da memória coletiva da FEB em meio a sociedade.

Daqueles veteranos da FEB, que ao contrário de José Maria e Antônio Inhan seguiram nas fileiras do Exército, o retorno às atividades normais também se convertia em um problema. Aqueles que retornaram sem maiores ferimentos, e foram considerados aptos para o prosseguimento das rotinas na caserna, se deparavam com uma estrutura ainda arcaica e muito diferente das que ficaram habituados na Itália. “Voltamos para o mesmo quartel de madeira que havíamos usado anos antes.”¹¹⁹

No momento da convocação, a utilização de subterfúgios e justificativas para escapar da Guerra, utilizando-se da posição social ocupada pelo conscrito, foram comuns. Houveram aqueles que, mesmo pertencendo ao quadro de militares da ativa das Forças Armadas, se eximiram da viagem à Itália. Essa situação, no momento do conagraçamento popular mediante

¹¹⁷ BRAYNER, F. de Lima. *Op. cit.*, p. 528.

¹¹⁸ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

¹¹⁹ *Ibidem*.

a vitória da FEB na Europa, acarretou em uma divisão, ao menos simbólica, entre “O exército da FEB e o Exército de Caxias”¹²⁰. O primeiro, adaptado às relações sociais do exército americano, e o segundo ainda fruto das relações sociais arcaicas do século XIX.

Aos que retornaram às fileiras após terem convivido com o exército dos EUA, “um exército democrático em que um homem tinha mais valor que um tanque”¹²¹, sentiram certa resistência, uma vez que as promessas e expectativas em torno de promoções e ascensão profissional na carreira se concretizavam a duras penas. Acerca dos associados da ANVFEB-JF que retornaram a vida militar, partindo da mesma fonte e do espaço amostral já delimitado, é possível obter os seguintes dados.

Tabela – 3: Retorno a vida militar

Categoria/total	Reintegrados	Prosseguiram	Total
Veteranos	23	05	28

Fonte: ANVFEB-JF. Histórias de “Pracinhas” contadas por eles mesmo, 1981.

O texto encontrado no livro é padronizado e, nesse sentido, nos permite inferir que, quando questionados, os veteranos que declararam o prosseguimento na carreira militar o fizeram de dois modos distintos. Os membros do primeiro grupo, correspondente a cerca de 82% do total, cumpriram o serviço militar obrigatório, foram licenciados e solicitaram a reintegração às Forças Armadas, nelas prosseguindo até serem transferidos para a reserva remunerada. Os Cerca de 17% restantes, de acordo com o mesmo padrão discursivo do material, permaneceram na carreira, ou seja, já eram militares da ativa do exército e optaram por prosseguirem até a transferência para a reserva remunerada.

A partir dos números acima apresentados, é possível ainda traçar mais um perfil sobre os que continuaram exercendo suas profissões no interior da Instituição Militar. Dos 23 entrevistados que declararam que foram reintegrados às Forças Armadas, 15, ou seja, 53% deles, foram reintegrados como praças passando, ao final da carreira, à reserva remunerada como oficiais, nas patentes de Capitão ou Major. Daqueles veteranos reintegrados, 08, foram como oficiais sendo que, apenas 02 destes eram praças e foram promovidos durante a campanha da Itália.

Aqueles que declararam ter permanecido na carreira militar após participarem da FEB correspondem a uma minoria do total de veteranos. Nesse sentido, de acordo com os dados

¹²⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 139

¹²¹ Memórias do veterano Wellington Lacerda. *Acervo Pessoal de Wilson Lacerda*, Viçosa-MG, 2019.

apresentados, os que optaram por permanecer correspondem cerca de 17% do total. Destes, 04 entrevistados permaneceram na carreira como praças passando à reserva remunerada como oficiais, ao passo que somente um dos entrevistados já era oficial de carreira.

Tabela 4: Localização na Hierarquia

Categoria/Total	Praças	Oficiais	Total
Reintegrados	15	8	23
Permaneceram	04	01	05

Fonte: ANVFEB-JF. Histórias de “Pracinhas” contadas por eles mesmo, 1981.

Se por um lado houve pouco esforço governamental no intuito de receber esses veteranos de guerra, por outro a sociedade civil também não estava preparada para tal feito. A descrença sobre a participação da FEB na Guerra ou construção de imagens deturpadas sobre essa participação, como declarou José Maria, incomodava os veteranos e dificultava ainda mais sua reintegração. Segundo Joaquim Xavier da Silveira, “nem o povo brasileiro foi preparado adequadamente para receber os “febianos”, tampouco os soldados foram esclarecidos de como deveriam se comportar no seu retorno para o Brasil.”¹²²

O preço a ser pago, após tão memorável participação no “concerto das grandes nações”, era alto demais para os veteranos. Estes, após a desmobilização relâmpago da FEB, não receberam nada além de seus parques vencimentos e uma gama de efeitos físicos e psicológicos da participação na Guerra. Não reintegrados profissionalmente, aumentava o número de febianos que enfrentavam dificuldades financeiras. Dificultando ainda mais sua recuperação pós-guerra, ora estavam “empregados, ora desempregados, transformando-se em mulambos humanos, desmemoriados e perdidos, maltrapilhos, passando as noites ao relento e vivendo na mais negra miséria”¹²³.

Para boa parte da população que afluía às ruas pedindo a entrada do Brasil na guerra, ou comemorou lado a lado com os militares no momento do desembarque e no desfile pelas ruas do Rio de Janeiro, os, agora, ex-combatentes não passavam de “encrênqueiros”, “neuróticos”, “aproveitadores”, muitas vezes taxados como “Inconvenientes pela nação brasileira”¹²⁴. A sociedade não soube absorver e receber corretamente seus soldados, muito menos os ônus e as experiências obtidas por eles em combate. Os 25.334 indivíduos

¹²² SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 235.

¹²³ LIMA JUNIOR, Raul da Cruz. *Op. Cit.*, p.203.

¹²⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 25 de dezembro de 1947, Livro nº 1, p. 29.

mobilizados para a composição da FEB se diluíam entre a população e retornavam como podiam para o convívio social.

A criação das associações de ex-combatentes estão inseridas no processo de readaptação à sociedade desses veteranos. Ao passo que a recepção da população a parte dos escalões expedicionários tenha sido calorosa, a difícil reintegração social colabora para que as memórias traumáticas dos tempos de guerra se tornassem ainda mais torturantes. Dessa forma, é nas sedes das Associações que os combatentes irão encontrar compreensão, auxílio e escuta de pessoas que vivenciaram os mesmos horrores de uma guerra, e que através desse laço atuarão em conjunto para a valorização dessas experiências.

CAPÍTULO II

AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES: CONTINUAÇÃO DA FEB?

2.1 - As associações de Ex-Combatentes: o surgimento da agremiação de Juiz de Fora.

As aspirações para a criação dos primeiros polos associativos destinados a reorganização e reunião dos agora Ex-Combatentes brasileiros começaram, ainda em território italiano. Mais do que simples redutos de encontros, as associações se configuraram após a sua fundação, como locais de ação coletiva na busca pelos direitos dos indivíduos que, outrora, como convocados ou voluntários, lutaram uma guerra e foram reintegrados à sociedade civil da forma mais abrupta possível.

Ferraz destaca que as associações de Ex-Combatentes começam a atuar como força social importante, principalmente na Europa, após a Primeira Guerra Mundial. No Velho Mundo, milhares de jovens, mobilizados para os combates, agora transformados em veteranos de guerra, se associavam a estas instituições como forma de pressão política em busca pelos direitos, outrora prometidos. Chegaram, segundo o historiador, a ocupar pólos de destaque nos debates políticos.¹²⁵

Embora na Europa essas instituições tenham se destacado neste lado do atlântico, essas instituições não chegavam a empolgar a maioria da população brasileira. Isto se deve ao fato de que os 25.334 homens convocados para o exercício da guerra, no Brasil, representavam somente 0,06% da população total em 1945.¹²⁶

Em se tratando das agremiações destinadas ao amparo e lutas coletivas dos Ex-Combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, o papel de destaque neste momento da análise deve ser dedicado às Associações dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). Será essa entidade que, no primeiro momento, após a dispersão dos Ex-Combatentes pelo território brasileiro, irá atuar na reparação dos erros do conturbado processo de reintegração social desses homens.

¹²⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. *As guerras Mundiais e seus Veteranos: Uma abordagem comparativa*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 56, 2008. p. 467

¹²⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 212.

No levantamento realizado pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), disponível no site “Portal FEB”, identifica-se o total de 44 instituições, entre AECB e ANVFEB, criadas para esse fim no Brasil. Os estados, de acordo com esse levantamento, que mais possuem unidades associativas de veteranos da FEB e demais forças armadas são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os dados da tabela abaixo apresentam as unidades da ANVFEB e AECB por estado da federação.

Tabela – 5: Seções associativas por estado da federação

Estado	Num.Unid.
Bahia	1
Ceará	1
Distrito Federal	1
Espírito Santo	1
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Mato Grosso do sul	1
Minas Gerais	5
Pará	1
Paraíba	2
Paraná	2
Pernambuco	1
Rio de Janeiro	6
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	6
Santa Catarina	5
São Paulo	7
Sergipe	1
Total	44

Fonte: <http://www.portalfeb.com.br/> na aba “ANVFEB” acesso: 21/06/2019.

De acordo com o levantamento acima, somente no Estado de Minas Gerais, identificamos cinco sedes da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), localizadas nas cidades de: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Divinópolis, Uberaba e São João Del Rei. É necessário considerar que a presença desses estabelecimentos em Minas Gerais se deve a colaboração do estado no fornecimento de homens para a composição da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE). Segundo Uri Rosenheck, o estado de Minas Gerais contribuiu com 2.947 indivíduos para a composição da FEB. Esse número representa cerca de 12,43% do total de homens enviados ao *front* italiano. Nessas estatísticas, Minas Gerais, está atrás somente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com 33,90% e 16,41%, respectivamente.¹²⁷

¹²⁷ ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a construção do futuro: Os monumentos da FEB em seus contextos. In. *Militares e Política*, nº 3 (Julho a Dezembro. 2008). p. 4.

A criação das Associações de Ex-Combatentes do Brasil se insere no contexto da reorganização desses indivíduos após o retorno à vida civil. A Príncipe, as sedes das AECB reuniam, além dos membros da Força Expedicionária Brasileira,

Os membros do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), os que incorporados às forças armadas participaram ativamente de operações de comboio e patrulhamento em zona sujeita a ação do inimigo, tripulantes da Marinha Mercante, os que nas Forças Armadas brasileiras participaram em guerras externas, inclusive brasileiros naturalizados, que tomaram parte ativa em guerra de que o Brasil tenha participado.¹²⁸

Os objetivos de criação das referidas instituições, de acordo com seu estatuto interno, centravam-se em promover a reintegração social dos veteranos; ser um órgão representativo da classe frente as autoridades; atuar na preservação da memória dos feitos brasileiros na guerra; oferecer assistência social e jurídica; e lutar pela valorização da paz nas relações sociais nacionais e internacionais.¹²⁹ Portanto, de acordo com seus estatutos, as associações se definem, em parte, como uma instituição de ajuda mútua a seus associados, que passavam por dificuldades econômicas resultantes da participação na guerra e do processo de desmobilização extremamente problemático.

Segundo o historiador Dennison Oliveira, que desenvolveu um trabalho junto a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), analisando a atuação desta na reintegração social dos combatentes paranaenses, as providências solicitadas à LPE consistiam em:

Prover emprego, atendimento médico, obtenção e/ou manutenção de órgãos artificiais, compra de medicamentos, pedidos de notícias de parentes, assistência jurídica para fazer valer os direitos garantidos nas leis de amparo aos ex-combatentes, reintegração ao emprego ou à carreira militar interrompida, hospedagem, auxílio para abertura de pequenos negócios ou comércio, obtenção de empréstimos, financiamento para despesas fúnebres dos veteranos de guerra ou seus familiares etc. Incluía, também, ajuda emergencial, como se nota nos pedidos de pequenas somas de dinheiro para alimentação, higiene, compra de peças de vestuário etc.¹³⁰

Na esteira do processo de reintegração social dos veteranos da FEB, a criação da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção Juiz de Fora (AECB-JF), primeira agremiação destinada a esse fim na cidade, ocorre no dia 20 de abril de 1947. A ata lavrada na data de criação cita que:

Estando presentes numerosos ex-combatentes da FEB, residentes neste município, realizou-se a primeira assembleia convocada pelo professor J.H. Vianna Júnior com

¹²⁸ Citação Extraída de panfleto disponível nos arquivos da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira seção Juiz de Fora, que discorre sobre os motivos para a criação de uma associação que represente somente os veteranos da FEB.

¹²⁹ FERRAZ, Francisco César. *Op. Cit.*, 2012. p. 213.

¹³⁰ OLIVEIRA, Dennison. Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960). In: *Militares e Política*, v. 9, 2012. p. 6.

o objetivo de se fundar na cidade a Associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, a exemplo do que se fez em vários estados do Brasil.¹³¹

Reunindo, então, o maior número de ex-combatentes de Juiz de Fora e região, a AECB, se baseava no companheirismo dos tempos de guerra, para que pudesse ser um polo onde fosse valorizado e, “não ficasse ao relento o nome dos veteranos da Grande Guerra Mundial.”¹³² Embora a criação da AECB-JF se pautasse na necessidade, iminente, de reorganização dos envolvidos nas operações bélicas do Brasil na Guerra, atuando como ponto de encontro dos indivíduos envolvidos no conflito, não se pode perder de vista seu caráter assistencialista.

Em se tratando da AECB-JF, as solicitações de auxílio encaminhadas à diretoria, não fugiam muito dos padrões encontrados por Oliveira. A primeira atuação coletiva, nesse sentido, realizada pela agremiação e registrada em documentação trata-se de uma coleta realizada entre os associados destinada aos Ex-Combatentes Eleutério de Oliveira e R. Nonato, aos quais foram destinados as quantias de C\$ 95,80 e C\$45,00 Cruzeiros e “Muitos outros pequenos casos que se fossem mencionados, dariam mais de uma centena, sendo que os beneficiados se acham hoje em situação bastante compensadora.”¹³³

Ainda a partir da leitura das atas, é possível identificar a instituição atuando em demandas inerentes à situação dos Ex-Combatentes brasileiros, como: recolocação profissional; auxílio jurídico; solicitações junto às autoridades militares de auxílio médico-hospitalar; auxílios financeiros, realizados através de coletas de importâncias em dinheiro com os associados; auxílios funerários; tratamentos dentários, entre outros.

A prestação de contas da AECB-JF, realizada na reunião da diretoria ocorrida no dia 02 de novembro de 1947, era clara quanto a atuação da agremiação “Como um ponto de solução, auxiliando no seu desenvolvimento particular do associado e atuando como em ambiente amigo”.¹³⁴ De acordo com o texto lavrado naquela ocasião:

Foram em primeiro lugar arranjados 48 empregos para Ex-Combatentes, embora não em boas condições, mas que já davam para ir se remediando; 16 comunicados de emergência; 09 Ex-Combatentes não especificados, 02 enterros; 04 Ex-Combatentes no Hospital de Itatiaia (Tuberculose), 06 na Santa Casa; 05 casas para Ex-Combatentes; 11 passagens; 04 dentistas; 36 chapas de RX; 05 curativos; 04 partos; sendo 02 casos gravíssimos.¹³⁵

¹³¹ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 20 de abril de 1947, Livro nº 1, p. 1.

¹³² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 08 de maio de 1947, Livro nº 1, p. 03.

¹³³ *Ibidem*. p., 04.

¹³⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 26 de outubro de 1947, Livro nº 1, p. 16.

¹³⁵ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 02 de novembro de 1947, Livro nº 1, p.18.

Dessa forma, as ações públicas dessas agremiações eram propostas em reuniões, nas quais os membros associados deliberavam e apresentavam propostas que diziam respeito à coletividade dos Ex-Combatentes e à representação dessa classe frente a sociedade e as autoridades. Nesse sentido, eram nessas oportunidades que os associados decidiam através de voto as estratégias de atuação da agremiação, bem como, eleição dos membros da diretoria, realização de sessões simbólicas nas datas comemorativas e realização de campanhas.

O que não se pode perder de vista é a efervescência política pela qual o Brasil passava no contexto do retorno da FEB ao Brasil e, por conseguinte, a consolidação da AECB. A conjuntura política interna estava pautada no interesse geral de reestabelecimento da democracia, através da realização de novas eleições presidenciais e a promulgação de uma nova constituição. Por outro lado, externamente, o mundo vivia os primeiros anos de uma disputa ideológica na qual se opunham ferrenhamente o regime capitalista e o seu antagonista, o regime comunista.

Dessa forma, o cenário político nacional e internacional não poderia deixar de influenciar as tomadas de decisões das diretorias da AECB. Gerando especulações sobre o posicionamento político da instituição que, de acordo com seus estatutos, deveria levar até a última instância seu caráter apartidário¹³⁶ e democrático. Entretanto, era reconhecido em algumas ocasiões que, “Embora fosse proibido pelo estatuto o envolvimento político, a política era um fundamental para as conquistas coletivas.”¹³⁷

Por mais que houvesse a proibição clara de discussões relacionadas à política em seus mais diferentes âmbitos no espaço da AECB-JF, é necessário considerar que as atividades da associação eram, em suma, atividades políticas. O próprio sentido dado a luta da FEB, pelas associações de veteranos, era pautado na luta a favor da democracia, o que fazia dos expedicionários os “homens que, na flor da mocidade, arriscaram suas vidas no combate à tirania.”¹³⁸

Outro ponto indispensável para a compreensão da disputa no interior das associações é que, para cumprir uma de suas funções primordiais, ou seja, pleitear os direitos garantidos aos veteranos, a diretoria das associações necessitava do bom relacionamento com as instâncias políticas. Dessa forma, a AECB-JF não representava, em suma, um polo de contestação na política local. Nesse sentido, é perceptível na atuação da entidade de juiz de fora um comportamento mais conservador e conciliatório.

¹³⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 10 de agosto de 1947, Livro nº 1, p.5.

¹³⁷ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 06 de janeiro de 1985, Livro nº 5, p.41.

¹³⁸ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 08 de maio de 1947, Livro nº 1, p. 2.

Entretanto, em se comparando com a atuação de outras seções, as ações práticas das agremiações variavam de ações tidas como mais contidas, até as consideradas de cunho mais exaltado. Sobre essas últimas, o caso do chamado “desfile do silêncio”, ocorrido na capital federal, no dia 23 de junho de 1947. Contando com a participação de cerca de 3000 ex-combatentes, incluindo os feridos e mutilados. Esses veteranos, se reuniram e desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro para solicitar amparo junto aos poderes públicos. Na ocasião, o Ex Tenente Coronel da FEB e presidente da seção carioca da AECB, Paulo Sampaio de Lacerda, entregou aos vereadores um memorial com as solicitações dos ex-combatentes.¹³⁹

O caso do “desfile do silêncio” escancarou as condições enfrentadas pelos ex-combatentes em menos de dois anos do seu desembarque triunfal na capital federal. Em discurso proferido naquele momento, o então presidente da AECB, seção Rio de Janeiro, salientou a situação de abandono dos pracinhas brasileiros. Em suas palavras, Sampaio de Lacerda ressaltou:

O estado de real abandono e miséria em que se encontram os ex-combatentes, passando as mais tristes humilhações, as mais duras dificuldades e privações de toda espécie (...) provocados pelas consequências da guerra que se manifestam pela neurose, pela tuberculose e pelo desajustamento de muitos de seus companheiros, muitos dos quais, menos fortes de espírito ou em virtude do mal adquirido, tem sido levados ao suicídio.¹⁴⁰

Embora próxima da capital federal, a AECB-JF, ou seus associados, não se manifestaram, ao menos oficialmente, sobre o episódio ocorrido no Rio de Janeiro. Muito embora o “Desfile do Silêncio” pareça um caso isolado, o episódio foi marcadamente um dos pontos mais importantes relacionados a uma guinada ao conservadorismo do Conselho Nacional da AECB e, por conseguinte, das entidades espalhadas pelo território nacional. De acordo com Joaquim Xavier da Silveira, o clima para a eleição da diretoria do Conselho Nacional, em outubro de 1947, era de ferrenha disputa político partidária.¹⁴¹

No caso da AECB de Juiz de Fora, embora o tom das discussões, em algumas reuniões, pareça mais elevado, não há registros de manifestações como as ocorridas no Rio de Janeiro. Na cidade mineira, o comportamento dos associados era mais no sentido de buscar o apoio dos políticos locais e a solicitação de benefícios através de ofícios, memorandos, ou em alguns casos, visitas e discursos na câmara municipal.

¹³⁹ PLEITEIAM os Ex- Combatentes amparo dos poderes públicos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1947. Edição 7564. p.9.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Op. Cit.*, p. 249.

Uma das primeiras manifestações da AECB de Juiz de Fora, nesse sentido, foi uma reunião realizada em 15 de dezembro de 1947 em homenagem à câmara municipal da cidade. Contando com a presença de membros do legislativo municipal, incluindo o próprio presidente eleito da agremiação, membro fundador da associação e no momento da reunião vereador da cidade Vianna Júnior, o então vice presidente da agremiação, João Batista Pereira Bicudo, discursa: “Pois hoje temos pracinhas que batem de porta em porta, a cada abrigo e que batem as portas da Associação, esta fundada para amparar o mesmo e que hoje lança dentro da Câmara Municipal, o ofício para que seja angariada a doação de lotes para a casa e Vila dos Expedicionários.”¹⁴²

Embora esses órgãos associativos, como o caso da AECB-JF, atuassem como polos de representação das demandas de uma classe, os membros associados possuíam grau de participação e engajamento diferentes na associação. As atas consultadas dão conta que dentre os sócios engajados na agremiação, somente uma média de 25 compareciam assiduamente às reuniões ordinárias. Em se tratando de reuniões extraordinárias, que ocorriam mediante convocação. Em alguns momentos, as atas chegam a dar conta da presença de 200 ex-combatentes.

Nos primeiros anos de implementação da agremiação (1947 a 1949), a baixa assiduidade nas reuniões preocupava a diretoria, o que, por sua vez, gerava intensos debates acerca da real capacidade de articulação dos associados em torno da causa do Ex-Combatente. Não é possível através dessa análise quantitativa, da presença dos associados aos encontros, entender, *a priori*, se essa baixa assiduidade se refere a um sentimento de descrédito dos próprios Ex-Combatentes com relação a essa representatividade, a qual a associação tomava como missão. No entanto, ao se observar o variável engajamento dos sócios, nesse primeiro momento, fortalece-se a hipótese de que a classe estava realmente desmobilizada e desarticulada.

As palavras do então presidente da associação, o veterano Aliatar Pinto de Andrade, eram extremamente enérgicas no sentido de convocar “Um amplo número de sócios e não só os abnegados dessa associação, que representam uma meia dúzia destes. (...) A associação confia no seu associado para que o mesmo seja, no futuro, beneficiado de comum igualdade, pois a maior parte dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora necessitam dela e não aparecem, a não ser na hora derradeira.”¹⁴³

¹⁴² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 15 de novembro de 1947, Livro nº 1, p. 28.

¹⁴³ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 26 de outubro de 1947, Livro nº 1, p. 16.

É oportuno afirmar que, a atuação dessas associações em quase todo território nacional não se limitava a atividades de pressão política e busca por direitos. Embora tais ações fossem características durante quase toda a trajetória das agremiações, era também um dos objetivos destas angariar forças através da reorganização dos ex-combatentes, para evitar o esquecimento social e o descaso da sociedade, que àquela altura, já era um tema amplamente discutido nas reuniões.

Dessa forma, atuando como os primeiros “lugares de memória”¹⁴⁴ da participação dos “pracinhas” na Guerra, as associações serão os locais onde a memória dos veteranos e o significado da luta da FEB na Itália irão fincar suas primeiras raízes e se constituirão a partir das lembranças, esquecimentos, manipulações, deformações e revitalizações em um amálgama da identidade dos indivíduos envolvidos com a FEB no contexto da guerra.

Para tanto, as análises que se seguem irão centrar esforços na atuação pública das agremiações. Essa abordagem se faz necessária mediante o interesse do presente estudo em lançar bases para a compreensão do modo com o qual esses núcleos associativos irão mobilizar as narrativas de memória e os significados da participação da FEB na guerra, sob a lógica da comemoração dos feitos dos expedicionários no *front* italiano. Entender como a AECB-JF atuou como um “lugar de memória” é, sem dúvida, crucial para compreendermos a construção da memória da participação brasileira na guerra.

2.2 - Espaços de Recordação: a atuação da AECB de Juiz de Fora na construção e preservação de uma memória sobre a FEB

A historiografia contemporânea, recentemente, tem se ocupado com a análise da memória dos mais variados grupos sociais. Esses trabalhos são importantes à medida que colaboram para que diversos relatos do passado possam novamente vir à tona e, assim, tomados como fontes históricas, e sejam utilizados para novas análises do passado. A revisitação aos discursos de memória, processo que se acentua em meados do século XX, se destaca pela preocupação de parte da sociedade contemporânea em manter contato com partes de seu passado, com suas raízes.

¹⁴⁴ NORA, Pierre. *Op. cit.*, p. 12-13.

O apego ao passado e a obsessão pela memória aponta para o surgimento de uma “cultura da memória”¹⁴⁵. Para Ulpiano Bezerra de Meneses, esse interesse é positivo, à medida que o apelo em torno da memória colabora para o trabalho do historiador. O substrato fundamental para o surgimento da cultura de memória é a coletividade. Uma vez que a memória social conserva indicadores empíricos sobre fenômenos importantes, esta, tomada como fonte histórica, colabora para o fazer historiográfico.¹⁴⁶

Segundo Michael Pollack, as histórias de vida e as narrativas de memória de um determinado grupo social estão repletas de elementos considerados invariantes. Tais elementos, vem à tona após um constante trabalho de solidificação dos discursos e podem se manifestar através da eleição de pontos de referência, construção de heróis, mitos, celebração de datas comemorativas e eventos diversos que, de alguma forma, são espaços nos quais as narrativas de memória são mobilizadas com o intuito de manter a unicidade, existência e a continuidade de um grupo.¹⁴⁷

Ao se analisar os relatos de memória sobre a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, é possível identificar além dos personagens característicos da atuação da FEB na Itália. Os relatos apresentados no capítulo anterior, estão repletos de detalhes, eventos e sensações que dizem respeito às diversas passagens inerentes a momentos importantes da atuação da FEB na campanha da Itália. A mobilização desses elementos nas narrativas os convertem, em pontos de apoio para a confirmação dos fatos narrados por esses indivíduos.

Esses pontos de apoio, que sustentam o discurso de memória sobre a atuação da FEB na guerra, são de fundamental importância para a compreensão do processo de construção de uma memória social da FEB. Nesse sentido, a constante mobilização e narração desses episódios representam momentos extremamente importantes para a coletividade dos Ex-Combatentes brasileiros, já que, como pontos estruturais da memória coletiva, engendram a identidade e fundamentam a coesão do grupo.

Ainda sob a luz das análises de Pollack, os acontecimentos acima referenciados são constitutivos da identidade do grupo analisado e fundamentam o sentimento de pertencimento de cada membro à coletividade. Entretanto, tais ocorrências, nem sempre foram compartilhadas por todos os membros do grupo, o que configura, para o autor, os acontecimentos “vividos por tabela”. Nessa caracterização é impossível definir com precisão

¹⁴⁵ ANDREAS, Huyssen. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 14-15.

¹⁴⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v. 34, 1992. p. 1.

¹⁴⁷ POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, p. 201.

se todos os membros do grupo tomaram parte, efetivamente, dos combates em Montese, por exemplo, mas o significado desse evento é tão importante para o grupo que é possível delimitar, além de um processo de enquadramento do discurso, “uma memória quase que herdada”.¹⁴⁸

Não há clareza na evocação do passado se o homem não consegue distinguí-lo do presente. Entretanto, não significa que o passado deva reger o presente, mas o processo deve ser o contrário, visto que os usos que serão dados ao passado são pensados no tempo presente. Destarte, a preocupação em torno do gerenciamento da memória social de um determinado grupo, além de embasar esse sentimento de identidade, concede à coletividade a sensação de continuidade. Segundo Todorov, “A representação do passado é constitutiva não apenas da identidade individual – a pessoa é feita de suas próprias imagens de si mesmo – mas também da identidade coletiva.”¹⁴⁹

As práticas em torno do gerenciamento dessa memória coletiva pelas associações de Ex-Combatentes, como entidades representativas daqueles brasileiros que participaram da vitória da FEB na Itália, estão pautadas não somente na manutenção das práticas comemorativas e relação entre os membros do grupo, mas também na elaboração desse discurso de memória que justificasse o engajamento dos jovens que compuseram a FEB e, em suma, em uma batalha quase incessante contra o esquecimento.

Ao se buscar identificar como o discurso coletivo de um grupo é criado e porque esse discurso é transmitido, é mister pressupormos que haja uma coerência e que determinados pontos de memória sejam compartilhados pelos diversos membros daquele grupo.¹⁵⁰ Tal suposição está, em suma, relacionada com a viabilidade do compartilhamento de experiências entre os diversos membros, ou de um objetivo comum que a coletividade queira atingir. No caso da coletividade dos Ex-Combatentes, a luta contra o esquecimento social e o amparo aos companheiros mais necessitados era latente nos objetivos das agremiações.

Ao propor uma reflexão sobre a construção coletiva da memória dos ex-combatentes, não se pode perder de vista as determinações acerca das perspectivas pessoal e coletiva da memória. A memória embasa não só o surgimento de uma identidade pessoal, mas, à medida que é mobilizada e construída por um grupo, age também sobre a formação de uma identidade coletiva. No caso do presente trabalho, a perspectiva desses combatentes brasileiros que,

¹⁴⁸ *Ibidem.*, p. 206

¹⁴⁹ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995. p.22. Disponível em: <http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayerhoy/DiplomadoJT2015/Mod3/Los%20abusos%20de%20la%20memoria%20Tzvetan%20Todorov.pdf>. Acesso: 10/08/2018

¹⁵⁰ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. Ed. Lisboa: Celta Editora, 1999. p. 3.

envolvidos com a FEB, Força Aérea, Marinha Mercante e de Guerra, perceberam o estado de beligerância brasileiro cada qual pela sua ótica.

As associações de Ex-Combatentes eram, como já introduzido, locais nos quais esses veteranos de guerra se reuniam não só, ou estritamente, para compartilhar as lembranças da guerra, mas sobretudo para reatar os laços de amizade e companheirismo dos tempos de conflito. “Nossas reuniões eram mensais e vinha todo mundo. Era uma satisfação imensa você encontrar com aquele pessoal que tinha muito tempo que você não via.”¹⁵¹

Conquanto o papel assistencial da agremiação, a partir de sua fundação em 1947, seja ressaltado, já que, como declarou o atual presidente da ANVFEB Antônio Inham, “No princípio, a maioria dos veteranos precisavam de ajuda”¹⁵². Outro papel desses núcleos associativos deve também ser ressaltado na presente análise. Nesse sentido, ao lançar olhares sobre as principais fontes relacionadas aos encontros dos Ex-Combatentes, observamos que o intuito de mobilização dos discursos estava centrado na busca pelo reconhecimento da luta dos veteranos de guerra através do cumprimento das promessas feitas a eles no momento da mobilização.

É oportuno destacar que anteriormente a qualquer monumento erigido na cidade mineira em comemoração à luta da FEB, é a AECB-JF que atuará como principal espaço de recordação dessa memória na cidade de Juiz de Fora. Dessarte, pensar as associações de Ex-Combatentes como os primeiros lugares de memória sobre a participação do Brasil na Guerra, implica em entender a luta que era travada pelos membros das entidades contra o esquecimento social àquela altura já percebidos pelos veteranos. A vulnerabilidade da memória ao esquecimento força os grupos a delegar a essa memória lugares nos quais subsiste uma consciência comemorativa. Esses lugares são, além de estruturas de apelo, armazenadores de determinadas memórias coletivas que reativam a recordação de um passado em comum.

Segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões entre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.¹⁵³

¹⁵¹ Antônio De Pádua Inham. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 10 de junho de 2019.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ NORA, Pierre. *Op. cit.*, p.7

As reuniões Ordinárias, quando havia convocação dos membros da diretoria, ou Extraordinárias, quando havia um maior afluxo dos sócios, eram palco de debates e discursos dos oradores, ressaltando o descaso da sociedade para com os Ex-Combatentes, além da discussão de estratégias e articulações a serem seguidas pela agremiação que objetivasse o zelo em torno da vigilância comemorativa e do bem-estar das relações sociais entre os membros.

Ao passo que nas narrativas de memória o tom mais utilizado permeava os episódios vivenciados pelos indivíduos, nas palavras dos oradores, nas reuniões da agremiação, o discurso se modificava. As falas das assembleias não traziam narrativas de episódios específicos sobre a guerra, mas sim discursos nos quais a mobilização da terceira pessoa do plural era constante com o intuito de ressaltar, em meio a todas aquelas experiências, os diversos significados delas para a coletividade.

Logo, na construção discursiva das falas, eram destacados pontos como: A dívida da população para com os Ex-Combatentes, ideais como Liberdade e Democracia, que também estavam presentes nas narrativas pessoais, e, sobretudo, a luta contra o esquecimento. Segundo discurso do orador Nelson Evangelista, “Temos direito em tudo e por tudo, pois não somos desconhecidos em parte alguma, mas somos esquecidos por aqueles que mais necessitaram da nossa cooperação.”¹⁵⁴

Falas como as supracitadas incitavam a utilização imperativa do verbo “lembrar”, simultaneamente ao do “não esquecer” atrelado, no presente caso, ao significado da luta da FEB contra o totalitarismo e pontuando-se, por diversas vezes, a ideia de dívida que, em tese, a sociedade possuía com os militares que se arriscaram para defender os ideais democráticos. A utilização recorrente dessa estratégia era importante, a medida que embasava os argumentos em relação à luta coletiva dos Ex-Combatentes pelas promessas feitas, mas, sobretudo, conscientizavam politicamente e conferiam uma gama de significados à participação da FEB na Guerra.

Esse tipo de mobilização evidencia uma característica da memória social de suma importância a presente análise. Para Tzevetan Todorov, chamar atenção para este tipo de demanda é também um dos usos da memória social, uma vez que estas práticas apontam em direção à busca por reparação e justiça¹⁵⁵. No caso das associações de Ex-Combatentes, a busca por justiça apontada pelo autor não deixava de se relacionar com o papel assistencialista da agremiação. Desse modo, as reuniões e os encontros promovidos pela entidade eram de

¹⁵⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 10 de agosto de 1947, Livro nº 1, p. 06.

¹⁵⁵ TODOROV, Tzevetan. *Op. Cit.*, p. 29.

fundamental importância para lembrar daqueles cidadãos que “Lá no Cemitério de Pistóia descansam e deram o seu sangue ainda na flor da mocidade.”¹⁵⁶

Pensar a construção de um discurso embasado em uma memória sobre a FEB implica em refletir sobre a utilização dessas lembranças traumatizantes, retirando delas seu valor exemplar para disseminá-los nas sociedades futuras. Segundo Francisco Ferraz, que analisou os arquivos da AECB paulista, “O principal argumento utilizado foi de que os Ex-Combatentes não foram à Itália para resolver seus problemas ou os do Exército, da Aeronáutica, ou da Marinha, mas sim constituir-se “na vanguarda armada do povo na luta contra o fascismo e por um mundo melhor.”¹⁵⁷

Sem destoar da AECB-SP, os discursos da entidade mineira também ressaltavam a guerra justa contra os “os super homens do mundo”¹⁵⁸ e o sacrifício de sangue prestados pelos Ex-Combatentes “Para pôr fim ao Nazi fascismo que tanto assolara o mundo e que tantas vidas indefesas ceifou em nossas tranquilas fronteiras.”¹⁵⁹ Em suma, a justificativa apresentada pela agremiação em torno da necessidade de não se deixar que a memória, ou o significado, da luta da FEB na guerra caísse no esquecimento está embasada no que Todorov aponta como um “dever de recordar”. Para o autor, em se tratando das práticas em torno da memória, quando os acontecimentos vivenciados pelo indivíduo são de natureza excepcional ou trágica, o direito de recordar se converte em um dever de não esquecer.¹⁶⁰

A memória é uma operação que supõe sempre conservação e descarte de informações e, portanto, ao se jogar luz em determinadas visões ou versões, legamos ao outro lado as sombras. É preciso escolher às informações recebidas sob certos critérios, os quais, pensados de forma conscientes ou não, também irão direcionar os usos que daremos ao passado.¹⁶¹ Dessa maneira, extrair daquelas lembranças e narrativas os valores exemplares e inerentes ao grupo concedia aos discursos proferidos pelos associados a potência necessária para, na esfera pública, lutar pelas demandas daquela coletividade.

Muitas vezes taxados como “Os inconvenientes da nação brasileira”, ou como já apontado pelo depoimento do Veterano José Maria “Os neuróticos de guerra”, os Veteranos da FEB viam os significados de sua participação na Guerra serem esquecidos pouco a pouco.

¹⁵⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 09 de novembro de 1947, Livro nº 1, p. 21.

¹⁵⁷ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 236.

¹⁵⁸ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 20 de junho de 1948, Livro nº 1, p. 4

¹⁵⁹ *Ibidem.*,

¹⁶⁰ TODOROV, Tzevetan. *Op. Cit.*, p.18.

¹⁶¹ TODOROV, Tzevetan. *Op. Cit.*, p. 17.

Era, portanto, em nome da coletividade dos Ex-Combatentes que os associados, “reunidos, relembremos os seus fatos heroicos, sem ouvir o troar dos canhões.”¹⁶²

A AECB-JF, portanto, era, na concepção dos seus associados, mais que um local de ajuda mútua àqueles que enfrentavam dificuldades. O espaço da AECB era, sobretudo, um espaço da recordação, no qual os Ex-Combatentes atuavam “Juntos, igual naquela época de campanha, para lembrar sempre de nossos amigos, colegas e irmãos.”¹⁶³ Uma vez que o povo, que outrora “Organizou passeatas e fora as ruas pedindo a guerra”¹⁶⁴, esquecia progressivamente os Ex-Combatentes, a AECB-JF reforçava sua missão no intuito de que “O Brasil não poderia esquecer os seus filhos que honraram o nome de sua Pátria”.¹⁶⁵

Outro ponto importante a se destacar é o que se refere ao surgimento dessas agremiações em um contexto político de disputa, as associações de Ex-Combatentes eram definidas por seus associados como um espaço livre de disputas político partidárias. Entretanto, como já apontado, a própria função da agremiação, como órgão representativo de uma classe, esbarrava nas questões políticas. O posicionamento radical se referindo ao distanciamento da política partidária, como se referem as atas de reuniões era, segundo Sirlei de Fátima Nass, atrelada ao fato de que as associações eram formadas por um grupo de pessoas que interpretavam o seu papel social não só como veteranos de uma Guerra, mas sobretudo como guardiães de um ideal democrático.”¹⁶⁶

Falas no sentido de defesa da liberdade e zelo pelas relações diplomáticas entre as nações, além de estarem presentes no estatuto da AECB, eram tônicas em vários discursos na agremiação mineira. Uma vez que os Ex-Combatentes haviam derramado seu sangue em defesa dessas ideais, a AECB-JF, por sua vez, era “o lugar onde se encontram os grandes heróis e com o espírito elevado e um patriotismo e um só ideal: combater a guerra e fazer viva a liberdade.”¹⁶⁷

Nesse sentido, ao se apresentar as justificativas, bem com as premissas para se promover as rememorações e conferir os valores à luta da FEB na Itália, o próximo passo para o mapeamento desse discurso de memória é lançar um entendimento sobre a formação do calendário comemorativo e identificar as primeiras comemorações da vitória da FEB, na

¹⁶² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 09 de novembro de 1947, livro n.01 p.21.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 25 de dezembro de 1947, Livro nº 1, p. 29.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ NASS, Sirlei de Fátima. *Op. Cit.*, p. 100.

¹⁶⁷ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 09 de novembro de 1947, livro n.01 p.20

Itália, realizadas na cidade mineira. Entender como a agremiação, nesse primeiro momento tornava inteligível a memória ao corpo social é, de fato, importante à análise.

A construção do primeiro monumento em homenagem aos soldados da FEB, assunto a ser tratado com mais detalhes no próximo capítulo, configura uma das práticas mais substantivas de preservação da memória posta em prática pela AECB, juntamente com as instituições militares presentes na cidade. O que nos interessa nesse momento são as comemorações que envolvem a associação, mas que ainda não estão associadas ao monumento construído posteriormente, em 1950.

Ecléa Bosi, ao se referir sobre o processo de construção social da memória no interior de um grupo, aponta que, inerente à formação de um discurso coletivo, há uma tendência a “Criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos.”¹⁶⁸ De acordo com a autora, o grupo, ao historicizar sua memória, solidifica e fixa sua imagem no corpo social garantido sua perpetuação.¹⁶⁹

Os eventos que preenchem o calendário social da AECB-JF destacam a busca da entidade e de seus associados por uma relação mais próxima, não só com a comunidade militar da cidade, mas também com a sociedade civil. Rememorando constantemente os fatos referentes à participação do Brasil no conflito bélico e conferindo a essa luta significado, são os próprios veteranos que, segundo Francisco Ferraz, atuarão como agentes de memória, desempenhando, ao longo do tempo, os esforços de rememoração e comemoração de seus feitos como condição de existência e perpetuação de uma identidade social.¹⁷⁰

Participar de rememorações coletivas, comemorações e celebrações cívicas no espaço público se configura como uma das práticas mais efetivas da AECB para aproximar suas rotinas comemorativas do corpo social. Ao enunciar a noção de “lugar de memória”, Pierre Nora, aponta para a característica volátil da memória coletiva. Nesse sentido, ao se adotar o lugar de memória atrelado estritamente a um espaço físico, perde-se de vista que esta definição possa ser também atribuída, segundo Regina Abreu, a lugares pouco palpáveis ou imateriais como aniversários, elogios fúnebres, rituais e comemorações.¹⁷¹

Uma das celebrações que a AECB mais destaca em seu registro de atas são as comemorações que envolvem o transcurso do dia 08 de maio, dia da Vitória das Nações Unidas na Europa, e, também, aniversário da agremiação. Naturalmente, o primeiro 08 de

¹⁶⁸ BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, p. 67.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 210.

¹⁷¹ ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: Quando os mortos são comemorados. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.14, dez. 1994. p. 207.

maio comemorado naquela agremiação foi o transcorrido em 1947, data solene em torno da posse da primeira diretoria da agremiação. Segundo os registros lavrados nas atas durante a cerimônia de posse, a escolha do dia apontado simboliza “um marco de nossa sacrificada vitória e de nossas lutas em prol da democracia.”¹⁷²

As comemorações do aniversário da associação e do dia da vitória não são as únicas datas nas quais havia confraternizações entre os associados. Os desfiles de 7 de setembro, os quais os Ex-Combatentes passam a participar na cidade a partir de 1952,¹⁷³ ou as celebrações internas que envolviam a data da tomada da cidade italiana de Montese, ou a Conquista de Monte Castelo, são algumas das solenidades pontuais onde esses veteranos irão se reunir em torno da memória coletiva sobre a FEB, lembrando as batalhas, o significado da luta e seus companheiros mortos.

Conquanto se adote que a sede da associação como, em certo sentido, o espaço principal de recordação, as comemorações públicas em torno da memória da FEB, realizadas pela AECB, serão, além de espaços de disputas, momentos nos quais ocorre, segundo Helenice Rodrigues da Silva, “a operacionalização da memória coletiva, e o uso perverso da seleção dessa memória. (...) Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações, buscam nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente”¹⁷⁴

As solenidades realizadas no interior da agremiação contavam com discursos e falas dos associados presentes que, ao fazerem uso da palavra, rememoravam juntamente ao corpo social as principais conquistas e feitos da FEB na Itália. Nesse sentido, as datas mais importantes, como as referentes à Montese e Monte Castelo, eram mais ressaltadas na documentação referentes às assembleias que contavam, em algumas ocasiões, com a presença de autoridades civis e militares.

Senhor Geraldo Comandante da 4º Região Militar, fez-se iniciar a solenidade, às 20:45 horas, que teve também como objetivo comemorar a data da tomada de Monte – Castelo, afluindo a este local, os representantes do Sr. Delegado Regional, Serviço de Saúde da 4º Região Militar e outras – autoridades presentes. (...)A liberdade da palavra por aquela autoridade; falou o Senhor Professor Nelson Evangelista, que após salientar os feitos dos nossos soldados no Teatro de Operações na Itália, solicitou um minuto de silêncio, e, que todos de pé, elevassem o pensamento a Deus pela alma dos que lá ficaram no Cemitério de Pistóia.¹⁷⁵

¹⁷² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 08 de maio de 1947, Livro nº 1, p. 03.

¹⁷³ “Fica decidido em assembleia a participação da referida agremiação nas comemorações de 07 de setembro na cidade de Juiz de Fora” AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 31 de agosto de 1952, Livro nº 1, p. 99.

¹⁷⁴ SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002. p. 432.

¹⁷⁵ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 21 de fevereiro de 1948, Livro nº 1, p. 42.

Na esteira das solenidades referentes ao 21 de fevereiro, estavam as comemorações alusivas à Tomada de Montese. A primeira votação ocorrida em assembleia referente à consulta aos associados sobre a ocorrência dessa comemoração, ocorre no ano seguinte à fundação da AECB-JF, 1948. Naquela ocasião, “o Vice-Presidente leu alguns artigos dos novos Estatutos, procurando, dessa forma inserir mais luz e senso de responsabilidade em todos os presentes. Lembrou também da necessidade da comemoração por esta entidade, da Tomada de Montese à se comemorar no dia 14-4-1948.”¹⁷⁶

A construção de um calendário comemorativo da associação, a partir dos exemplos ressaltados, pode ser entendida como um trabalho relacionado com os objetivos da agremiação no sentido de construir e eternizar a memória do grupo. O culto à memória da FEB pelas associações e o enquadramento das comemorações ao calendário nacional, bem como a participação em desfiles militares, ou a participação nas formaturas alusivas ao dia do soldado, semana da pátria e dia do Exército, são indicativos dessa política.

O calendário como um objeto de medida e controle do tempo se configura em um sistema de organização que atua tanto sobre o coletivo quanto o individual. Dessa forma, como organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana. O calendário, segundo Jacques Le Goff, é sobretudo, um instrumento de regulação social.¹⁷⁷

Se aquilo que sobrevive do passado é resultante de uma escolha efetuada pelas forças que operam no presente¹⁷⁸, as comemorações, bem como o que será comemorado e como estão sujeitas a uma disputa de forças entre os grupos dominantes que, através de suas ações, sacraliza, desconstrói, delega ao esquecimento ou enfoca determinadas nuances do passado, que deve ser lembrado ou esquecido pelo corpo social. A memória nacional, como aponta Meneses, ora em processo de expansão, ora em processo de retração¹⁷⁹, se sobrepõe a perspectiva de diversos grupos minoritários que buscam, através de outras formas, inserir suas datas, mitos fundadores e comemorações em seu contexto.

Em se tratando dos Ex-Combatentes, a sincronização do calendário das comemorações ao daquele respeitante aos feitos importantes da FEB na Itália, configura uma busca por visibilidade e uma defesa em torno da sobrevivência do grupo em meio a sociedade civil. Reinseridos na sociedade e passando toda a sorte de dificuldades, esse grupo buscará

¹⁷⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 14 de março de 1948, Livro nº 1, p. 43.

¹⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p. 442.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 485.

¹⁷⁹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Op. Cit.*, p. 09.

conquistar seu espaço no corpo social, tornando inteligível sua memória, outrora restrita, valorizando sua identidade social e a significação de suas lutas.

2.3 - Entre Consensos e Dissensos: O surgimento da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB

O surgimento em 16 de julho de 1963, no Rio de Janeiro, do Clube dos Veteranos da Campanha da Itália (CVCI) que, posteriormente, se auto denominaria Associação dos Veteranos da FEB (AVEFEB), em 1969, e devido a sua expansão com diversas seções pelo país, em 1975, passaria a atender por Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), denominação utilizada atualmente. Pode ser entendido a partir dos vieses referentes à montagem do quadro social, mais restrito aos familiares e veteranos que foram à Itália, mas também devido ao surgimento da demanda de se construir uma entidade que representasse, exclusivamente, os veteranos da FEB.

Para se entender as minúcias do surgimento desse sentimento de sub-representação sentido pelos veteranos da FEB, é necessário considerar que a montagem do quadro social da AECB ocorreu com a realização do 1º Congresso Nacional da entidade e concomitantemente a criação do Conselho Nacional, órgão máximo da representação dos ex-combatentes no Brasil. No referido evento, foram discutidas as possibilidades de montagem do quadro de associados da AECB que, segundo Silveira, determinava o direito de filiação aos:

Membros da Marinha de Guerra, por extensão da Marinha Mercante. Essa decisão tinha certa coerência, pois estes companheiros também haviam participado de comboios de guerra e sofrido torpedeamento. Mas o assunto não foi bem estudado, e assim ampliou-se demasiadamente o quadro social, passando os ex-combatentes da FEB a serem minoria na sua própria associação.¹⁸⁰

A AECB entendia o termo “Ex-Combatente” em um sentido mais amplificado, aceitando assim, em seu quadro social, uma diversidade maior de pessoas, por sua vez, a ANVFEB, de acordo com seu estatuto, priorizava aqueles que estavam envolvidos no Teatro de Operações da Itália desde que o cidadão fosse portador do Diploma da Medalha de Campanha.¹⁸¹ Segundo a descrição feita pela própria agremiação do seu quadro social, só poderiam pertencer ao quadro de sócios efetivos da associação aqueles:

¹⁸⁰ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Op. Cit.*, p. 248.

¹⁸¹ O estatuto da ANVEFB determinava ainda outras categorias de sócios para a composição de seu quadro social. a) Fundadores - eram aqueles que possuindo o diploma da medalha de campanha ingressaram na agremiação até 90 dias após sua fundação. b) Efetivos - eram aqueles veteranos da campanha da Itália possuidores do diploma da medalha de campanha. c) Especiais – pais, viúvas, filhos e companheiras legalmente reconhecidas daqueles que foram mortos na campanha da Itália, bem como dos veteranos pertencentes as outras

Oficiais e praças da Ativa ou da Reserva e **Civis reservistas**, combatentes das Forças Armadas Brasileiras, que **participaram** da Segunda Guerra Mundial no **TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA** e que sejam portadores do **DIPLOMA DA MEDALHA DE CAMPANHA**.¹⁸²

A fundação da Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira seção Juiz de Fora, então AVEFEB-JF, foi oficializada em reunião no dia 29 de agosto de 1971. Em ata lavrada na ocasião, foi registrada a presença de 36 veteranos da FEB que, presididos pelo então presidente provisório, Senhor Sebastião Roberto dos Santos, declararam aberta a seção de Juiz de Fora¹⁸³. Com a abertura da seção regional autorizada pela diretoria central, sediada no Rio de Janeiro, restava a eleição da diretoria que fora realizada, posteriormente, no dia 19 de setembro e a posse dos eleitos, realizada seis dias mais tarde em 25 de setembro de 1971.

Marcada para a data comemorativa do batismo de fogo da FEB e a vitória de Monteprano, que, de acordo com o registro histórico da agremiação, ocorreu no dia 25 de setembro de 1944,¹⁸⁴ a escolha da data acima para a posse oficial da diretoria não é um ato isolado e muito menos ocasional. Dois dos princípios que regem a existência das associações de veteranos da FEB, de acordo com seu estatuto, são: “reviver em todas as oportunidades, conferências e publicações, os episódios ligados à história da campanha da Itália.” Além deste, outro preceito que chama a atenção é “comemorar as datas gloriosas do Brasil, particularmente as da campanha da Itália.”¹⁸⁵

As concordâncias entre as políticas de valorização da memória da FEB, realizadas pelas duas associações, ou seja, a elaboração de um calendário comemorativo, construção de monumentos, participação em celebrações, entre outros, indicam que essas agremiações, em um primeiro momento, não atuavam em conflito, mas sim representavam pontos distintos de uma mesma experiência comum: A vivência de seus associados na guerra. O Surgimento das ANVFEB pode ser interpretado pela busca dos indivíduos envolvidos no Teatro de Operações da Itália por um discurso de memória próprio e que, de certa forma, embasasse seu sentimento de identidade.

Entender a articulação das lembranças da atuação desses homens em um conflito de tamanha magnitude, como a Segunda Guerra Mundial, implica compreender que, em um

categorias. d) Beneméritos – Sócios das categorias “a” e “b” que hajam prestados serviços relevantes a agremiação. e) Honorários – pessoas físicas ou jurídicas que não pertencendo a Associação se tornaram merecedoras da homenagem por ter prestado serviços a Associação ou aos Veteranos de guerra. Sobre demais características do regimento interno ver o estatuto da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

¹⁸² Associações da FEB. In: *Veterano*, Juiz de Fora. Nº8, setembro de 1973. S/p. (Grifos no original)

¹⁸³ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 29 de agosto de 1971, Livro nº 1, p. 05.

¹⁸⁴ ANVFEB-JF. *Livro de Registros históricos*. Juiz de Fora, 1972. p. 05.

¹⁸⁵ ANVFEB-JF. *Estatuto Interno*. Juiz de Fora, 1971. p. 05.

Teatro de Operações como o da Itália, as vitórias ou as derrotas dependiam da ação ou da inação de pequenas unidades de infantaria formadas por homens dos mais diversos extratos sociais.¹⁸⁶ O que posteriormente geraria diversas impressões sobre o papel da FEB na vitória aliada, bem como, diversas memórias e significações da luta da FEB contra a tirania.

A criação de uma sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB em Juiz de Fora é, portanto, um indicativo da busca desses veteranos em direção a uma agremiação que representasse uma continuação com os preceitos, outrora, vividos por eles em campanha. A construção de uma identidade relacionada ao “ser veterano” para os membros da ANVFEB-JF pressupunha o compartilhamento de memórias que só aqueles que possuíam o diploma de medalha de campanha podiam compreender.

Dessa forma, ao elaborar esse discurso, os veteranos associados à ANVFEB operacionalizam a memória e realizam um processo de seleção das lembranças que permeia a estruturação de rotinas de comemorações e a composição de uma narrativa comum. Esta, ao sincronizar o surgimento da associação de veteranos da FEB com o início dos combates na Itália, demonstra que, para a associação, a construção de uma identidade narrativa para os combatentes da Força Expedicionária Brasileira da cidade de Juiz de Fora era um projeto.

David Lowenthal considera que “relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores.”¹⁸⁷ Para Paul Ricoeur, a memória se incorpora à identidade, exatamente pela sua função narrativa que promove a ordenação dos personagens, fatos marcantes, comemorações e busca mobiliza-los em prol da construção de um discurso próprio.¹⁸⁸

Nesse sentido, o pensamento dos autores acima corrobora com a necessidade dos veteranos da FEB de Juiz de Fora em moldar uma narrativa própria dos fatos da FEB. O protagonismo dado àqueles que viram de perto o terror da guerra configura um apelo a uma memória de caráter trágico. Segundo Joël Candau, a memória referente às tragédias coletivas, como a participação em uma guerra, “deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades.”¹⁸⁹ A constituição da ANVFEB é, portanto, um ponto de ruptura em direção a uma busca pela valorização da luta daqueles que:

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Dennison. *Op. Cit.*, 2001.p.123.

¹⁸⁷ LOWENTHAL, David. *Op. Cit.*, p. 83

¹⁸⁸ RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 95.

¹⁸⁹ CANDAU, Joël. *Op. Cit.*, p.151.

Se precataram ao palmilharem o solo minado, ou ao sentirem o sibilar, próximo, das granadas inimigas que rastejaram diante das balas adversárias ou que, do alto montados em suas máquinas voadoras, desafiando intrepidamente as defesas contrárias, investiram sob as organizações bélicas na terra.¹⁹⁰

Em se tratando especificamente da categoria “Ex-Combatente” no Brasil, a constituição federal de 1967, vigente durante a Ditadura Civil Militar no país, garantia em seu artigo 178 uma série de direitos aos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira, Força Aérea Brasileira, Marinhas de Guerra e Mercante¹⁹¹. Ainda de acordo com a mesma legislação, a lei federal nº 5315 de 12 de dezembro de 1967, que regulamentava o artigo descrito acima e esclarece no Artigo nº 1 que ser Ex-Combatente no Brasil, para efeito da aplicação do artigo 178 da constituição, se aplicaria àqueles que participaram:

Efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.¹⁹²

A lei federal número 5.315 de 12 de setembro de 1967, citada acima, ao regulamentar o que é ser Ex-Combatente no Brasil e incluir na categoria, não só os militares da FEB e FAB, que atuaram definitivamente no campo de batalha da Itália, mas também os da Marinha de Guerra e Mercante causou certa insatisfação aos veteranos da FEB que não achavam justo que os poucos benefícios concedidos contemplassem também os militares que não foram à Itália.

A criação de uma nova associação com o quadro social mais restrito na cidade não significou, *a priori*, uma cisão ou rompimento de relações entre as duas agremiações. O que se percebe, pela análise das atas, são, em algumas ocasiões, críticas pontuais feitas por sócios da ANVFEB em relação a existência de duas associações de Ex-Combatentes que, em resumo, se prestavam ao mesmo fim e, posteriormente, uma disputa pelo espaço público e direito de transmissão das narrativas relacionadas à FEB.

A disputa pela memória sobre a FEB, além do direito de comemoração e difusão desta, era relatada pontualmente nos documentos e se aprofundaria à medida que a ANVFEB se consolidava na cidade. Na comemoração relativa à Tomada de Montese ocorrida no ano de 1977, a disputa tomou proporções maiores, uma vez que, segundo as atas, as duas

¹⁹⁰ PANFLETO alusivo ao dia da bandeira. Arquivo da ANVFEB-JF.

¹⁹¹ Os direitos garantidos aos Ex-Combatentes brasileiros da FEB, Marinha de guerra, Marinha Mercante e aviação, de acordo com a legislação citada são: a) estabilidade, se funcionário público; b) aproveitamento em serviço público; c) aposentadora integral se completo 25 anos de serviço efetivo e se funcionário público; d) aposentadoria com pensão integral, se integrante da previdência social, após 25 anos de contribuição; d) promoções se houver vaga; e) assistência médica, hospitalar e educacional se carente de recursos. Ver: BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm

¹⁹² BRASIL. Decreto n. 5.315, de 12 de setembro de 1967. Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial. Brasília, DF.

agregiações planejaram uma solenidade em comemoração ao evento no “Monumento ao Expedicionário” entretanto, segundo as atas da ANVFEB-JF:

Embora houvéssomos providenciado tudo com antecedência e organização fomos surpreendidos com a falta de serviços de comunicações, alto-falantes e microfones. Ao chegarmos para o almoço na OGR/4 fomos surpreendidos com declarações do chefe do EM/4 que declarou estranhar a existência de duas associações e que a festa seria no dia seguinte, 14 de abril.¹⁹³

Apesar das pontuais desavenças, nota-se, a partir da documentação existente, que as duas agregiações conviviam atendendo, cada uma, as suas determinações e princípios, atuando, junto ao seu quadro social, como salvaguardas de uma narrativa de memória sobre a participação do Brasil na Guerra. Em suma, a discordância principal das entidades de Juiz de Fora se referiam à composição do quadro social. Entretanto, tais divergências não eram particulares às agregiações estudadas, sendo que essas questões ficavam mais evidentes, à medida que os veteranos da FEB se percebiam sub representados nos quadros da AECB.

Segundo José Maria Nicodemos,

Os militares daquela época que serviram no litoral brasileiro, enquanto nós eramos 25 mil na Itália eles eram, no mínimo 60 mil. Então, dirigidos por oficiais mais inteligentes, não na arte da guerra mas, politicamente eles se consideraram Ex-Combatentes e, invadiram e assumiram as associações existentes.¹⁹⁴

A partir da fala de José Maria, fica claro que os conflitos existentes não diziam respeito apenas ao caráter simbólico, mas também relacionados aos “benefícios” destinados àqueles que participaram efetivamente dos combates. Em se tratando da representação social, tema mais caro nesse momento, o veterano deixa claro nas entrelinhas que, as associações estavam repletas de militares sem experiência na “arte da guerra” portanto, em tese, não era legítimo que estes fossem portadores de uma narrativa sobre episódios dos quais não participaram.

Nesse sentido, a legitimidade que embasa o discurso de memória e atuação pública da ANVFEB relacionada à transmissão das narrativas, ressaltada e questionada em diversos momentos, como na entrevista do Major Álvaro Duboc Filho ao jornal *Diário da Tarde* nas festividades de 30 anos do término da guerra:

Quem senão os veteranos da FEB podem descrever a emoção de deixar sua terra, viajar muito, sem destino certo, desembarcar em um porto destruído (Nápoles), e ver toda uma nação em desagregação social, com mulheres se prostituindo a troco de comida para seus filhos? De ver pessoas avidas à cata de alguma coisa importante no livro descarregado pelo navio que trouxe os soldados a seu país?¹⁹⁵

¹⁹³ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 20 de abril de 1977, p. 58. (grifos no original)

¹⁹⁴ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

¹⁹⁵ FEB, que buscou a paz, lembra os 30 anos do final da guerra. *Diário da tarde*, Juiz de Fora, 08 de maio de 1975. p. 11.

Em se tratando dos direitos prometidos, em contrapartida à participação na guerra, fica claro, ainda a partir da fala de José Maria, que os oficiais hábeis politicamente são aqueles que, empregados na defesa do litoral, aproveitaram da ampliação do conceito de “Ex-Combatente” e, a partir do arcabouço de leis desenvolvidas para amparar os militares, obtinham as pensões e vantagens outrora prometidas aos que cruzaram o oceano atlântico em direção ao *front*. Nesse sentido, José Maria, completa. “Eu não aceitava isso! Se você ler no dicionário escrito por Aurélio, você lê: “Ex-Combatente – Aquele que participou de combate.” O pessoal do litoral não deu tiro em ninguém e nem recebeu tiro no entanto, eles foram beneficiados em tudo o que você possa imaginar.”¹⁹⁶

Considerando que as rupturas entre as premissas de cada agremiação se davam em relação ao sentido abrangente do termo “Ex-Combatente”, a política adotada pela ANVFEB, ao restringir o quadro social aos que foram ao teatro de operações e seus descendentes, buscará sanar esse problema. Se havia algum ressentimento ou discordância que extrapolasse o corporativo das entidades, já que este era evidente, os documentos oficiais produzidos pelas duas agremiações não evidenciam tal posicionamento.

O papel de núcleo de assistência social, mais ressaltado no presente estudo para as AECEB, já que, foram estas organizações que atuaram no contexto imediato pós desmobilização da FEB, é também proposto a ANVFEB-JF. No entanto, para esta última, é necessário enfatizar que buscaremos dar mais enfoque à busca por reconhecimento social dos indivíduos engajados na agremiação. Esta prática será, em certa medida, alargada pela atuação pública da associação e de seus associados “Junto as escolas, quartéis e todas as demais organizações que congreguem jovens e o povo em geral, para que a presença dos “pracinhas” sirva de exemplo aos mais novos e sua presença continuada nos acontecimentos locais, não permita que a comunidade os esqueça”¹⁹⁷

Em relação às atuações públicas das entidades mineiras, a distinção do quadro social, evidente aos membros e pessoas próximas à agremiação, se refletiam nas relações internas entre seus membros, mas também precisavam estar aparentes à sociedade. O termo “Ex-Combatente”, dispensado internamente aos sócios da AECEB, na ANVFEB, se converteria em “Veterano”.

¹⁹⁶ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

¹⁹⁷ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Assembleias Gerais*. Juiz de Fora, 24 de setembro de 1985, Livro nº 02, p. 36.

O tratamento pela alcunha de “veterano” era destinado a “Todo aquele Ex-Combatente da FEB, indistintamente, do Soldado ao General.”¹⁹⁸ A proposta aprovada, segundo as atas, por unanimidade, nutre relações próximas com a percepção dos soldados brasileiros em relação ao cotidiano dos combates, onde as relações hierárquicas eram, como já referenciado, mais flexíveis em relação àquelas vivenciadas nos quartéis brasileiros antes da guerra.

Nas deliberações contidas nas primeiras atas da seção da ANVFEB-JF, é possível constatar a determinação para a utilização de um uniforme característico pelos associados da agremiação. Tal determinação foi decidida em reunião ordinária da diretoria ainda em 1971. A proposta apresentada por Álvaro Duboc Filho determinava que, durante as Assembleias da diretoria, a utilização de paletó, gravata, boina na cor azul e braçal seria exigência à mesa diretora, sendo que, aos demais associados, seu uso era facultativo. Já nas solenidades públicas: “independente do caráter, a utilização do braçal e da boina é obrigatório a todos os associados.”¹⁹⁹

Os indivíduos formam grupos e estes se fundem, em suma, pelo compartilhamento de uma ou várias memórias em comum. Ao emergir para o âmbito público, essas memórias travam incessantes batalhas, não só contra o esquecimento social, mas também a favor de um protagonismo e de uma legitimidade. Para existir uma comunidade, segundo Claval, deve resultar adesão consciente de seus membros.²⁰⁰ A memória, portanto, é um fenômeno construído socialmente sendo alvo de disputas, construções, flutuações, desconstruções e esquecimentos e possuindo ligações com o individual, mas também com o coletivo. Ela não revive o passado, mas o reconstrói a partir de perspectivas do presente.

A retórica de memória bem elaborada e mobilizada através de um discurso narrativo coerente, além de embasar as celebrações e datas comemorativas, fornece armas eficazes contra o esquecimento social. É falando, escrevendo, partilhando, rememorando e desenhando que se adquire uma maior precisão. Quando temos certeza de que os signos que relatamos e as lembranças que mobilizamos fazem sentido a uma coletividade, conferimos a esta, existência social.²⁰¹

A presença de núcleos das associações mencionadas em algumas localidades do país, como demonstrado no levantamento no capítulo anterior, o histórico a que se tem notícias é de que as duas associações convivem normalmente participando de comemorações e

¹⁹⁸ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Assembleias Gerais*. Juiz de Fora, 29 de agosto de 1971, Livro nº 01, p. 02.

¹⁹⁹ ANVFEB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 08 de novembro de 1971, Livro nº1, p. 08.

²⁰⁰ CLAVAL, Paul. *Op. Cit.*, p.115.

²⁰¹ *Ibidem.*, p.137.

celebrações em conjunto. Passados 74 anos do término do conflito, essas agremiações, ainda hoje, apresentam acervos interessantes para pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

Nesse sentido, pensar as continuidades e rupturas entre o discurso de memória adotado e praticado pela AECB e pela ANVFEB, não significa colocar as duas agremiações em uma relação de oposição e muito menos classificá-las por ordem de importância, uma vez que, atualmente, essas agremiações ainda representam polos de integração tanto cultural, como social de Ex-Combatentes, herdeiros e entusiastas da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Na cidade de Juiz de Fora, particularmente, houve em 1989 a fusão das duas agremiações. Entretanto, antes disso, já era possível notar através dos discursos nas assembleias da AECB-JF uma inclinação a união das agremiações. O posicionamento de alguns sócios é referente a participação massiva na AECB-JF do “Pessoal do Litoral”²⁰². José de Oliveira, presente na assembleia, discursava no sentido de que:

Os companheiros da ANVFEB estão por empréstimo em uma sala da prefeitura e aqui, sede da associação, é nossa casa e não daqueles que ficaram no Brasil esperando que a guerra chegasse. Direito eles tem, não aqui dentro, pois cada um tem direito aquilo que fez. Se ele não fez nada, como pode ter direito aquilo que não fez?²⁰³

Os ânimos na AECB-JF se acirram a partir do ano seguinte, 1988. Os conflitos entre os grupos ficam mais evidentes. Discursos inflamados de que o “pessoal do litoral” deveria ter uma associação e estatutos próprios marcaram a tônica das reuniões seguintes. O desligamento do “pessoal do litoral” dos quadros da AECB ocorreria a partir da assembleia ordinária realizada em 17 de janeiro de 1988. A proposta do sócio Carlos Alves encontraria o apoio da maioria, entretanto não arrefeceria os ânimos na sede da AECB-JF.

Se por um lado, falas como a de José de Oliveira argumentavam que “Só pode ser Ex-Combatente, aquele que um dia foi”²⁰⁴, Ely de Souza Santos, militar do litoral, alegava que “se sentia amparado pelos estatutos e pela lei.”²⁰⁵ O desligamento do “pessoal do litoral” não era bem visto pelo Conselho Nacional em reuniões ocorridas no Rio de Janeiro que, segundo consta, contaram com a presença do presidente do conselho, General Plínio Pitaluga. Este se

²⁰² O termo destacado é citado em algumas das atas da Associação, mas é a partir da reunião de 15/11/1987 que ele será usado constantemente devido as discussões a respeito do quadro social. Esse termo de será utilizado para designar pejorativamente os militares que guarneceram o litoral brasileiro durante a guerra. Segundo Ferraz esse termo ainda podia ainda variar para “Da Praia”, “Praieiro” e Pato D’água” ver: FERRAZ, Francisco César Alves de. *Op. Cit.*, 2012. p. 148. E SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Op. Cit.*, p. 240.

²⁰³ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 15 de novembro de 1987, livro nº 06, p. 16.

²⁰⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 20 de março de 1988, livro nº 06, p. 21.

²⁰⁵ *Ibidem*.

mostrava indisposto com o não cumprimento do estatuto. Mediante um ofício enviado à AECB-JF e lido publicamente na assembleia, o Conselho Nacional determinava o cumprimento do estatuto apontando que “A guerra não é somente uma linha mas é de enorme dimensão e que todos participam da guerra, na frente ou na retaguarda, nas várias funções atinentes a ela.”²⁰⁶

Em vista da oposição representada pelo Conselho Nacional, órgão máximo das AECB no Brasil e sob a justificativa de que “Apenas quem sentiu o gosto amargo da luta cara-a-cara com o inimigo alemão” poderia usufruir da associação²⁰⁷, a AECB-JF se desliga do Conselho Nacional. A proposta de desligamento foi votada em uma reunião extraordinária, recebendo dos 50 associados presentes, 47 votos favoráveis e 3 abstenções.²⁰⁸

Passando agora a se intitular como “Febianos” e não mais como “Ex-Combatentes”, os associados da AECB de Juiz de Fora que, por mais que estivessem rompidos com o conselho nacional, mantiveram o nome devido a questões legais, puderam colocar em andamento o processo de fusão entre as duas agremiações. Geraldino da Silva Ramalho, presidente da AECB-JF, na época, citou que “O projeto de união entre as agremiações se tratava de um velho sonho e que agora, discutido com muita seriedade e contando, cada vez mais, com o crescente apoio bilateral estava em vistas de acontecer.”²⁰⁹

O projeto, a qual se refere Geraldino da Silva Ramalho, contava com aprovação majoritária dos associados da AECB-JF. Após o desligamento do pessoal do litoral, ocorrido em 1988, o processo de união só foi realmente colocado em prática a partir de janeiro de 1989, quando obteve o parecer favorável da seção nacional da ANVFEB.

Os termos para a união das duas associações foi a pauta principal da reunião extraordinária com os membros, de ambas as agremiações, em maio de 1989. Com algumas ponderações que ressaltavam o receio “com possíveis dificuldades de convivência que poderiam acontecer no futuro, caso a fusão se concretizasse.”²¹⁰ Ou porque como destacou Luiz Carlos de Oliveira “faltava naquela sessão a presença de associados importantes, cujas opiniões poderiam divergir sobre o tema proposto.”²¹¹ A união efetiva das duas agremiações ocorreria mais tarde, na reunião extraordinária de 04 de junho de 1989.

²⁰⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 15 de novembro de 1987, livro nº 06, p. 18.

²⁰⁷ *Ibidem.*, p. 16

²⁰⁸ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 20 de março de 1988, livro nº 06, p. 22.

²⁰⁹ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 11 de maio de 1989, livro nº 6. p. 30.

²¹⁰ *Ibidem.*

²¹¹ *Ibidem.*

As palavras de Pedro Padro Perez, naquele momento presidente da ANFEB-JF, ressaltam como o compartilhamento de memórias era, em suma, fundamental para aquele grupo. A memória, aparecia como amalgama do sentimento de coletividade e ponto de embasamento da identidade social. Segundo Pedro Padro Perez,

A existência de uma só associação congregando todos aqueles que efetivamente lutaram no teatro de operações da Itália, os que atravessaram o Atlântico, subiram pelo Rio Reno, seguiram por caminhos minados, combateram nas colinas e morros cada um cumprindo sua missão. Somos autênticos, os verdadeiros Ex-Combatentes! E agora aqui em Juiz de Fora só existe uma associação de Ex-Combatentes da Segunda Guerra Mundial unidos num consciente de camaradagem e companheirismo.²¹²

A unificação deu-se por eleição através da aclamação de uma chapa única formada por membros das duas associações. Encabeçada pelo veterano Antônio de Pádua Inhan, a chapa União Febiana:

Submetida a aprovação da assembleia, essa chapa foi aprovada por unanimidade e aplaudida por sua eleição. (...) Visivelmente emocionado o companheiro Perez, declamou os versos do hino “Deus Salve a América” e em coro, todos juntos de pé cantaram repetidas vezes o estribilho “Deus salve a América o meu céu, o meu lar.”²¹³

A AECB-JF que, em 1947 iniciara suas atividades e pouco mais de um ano depois, em julho de 1948, comemoraria o “*Independence day* da terra do Tio-Sam!”²¹⁴, ironicamente, 42 anos depois, encerraria suas atividades ao som de *God Bless America*. A partir de junho de 1989, existiria somente uma agremiação na cidade. Conquanto, tenhamos nos concentrado até este momento nas articulações internas aos espaços das agremiações, partiremos agora para a relação dos discursos de memória praticados nesses lugares com o espaço público da cidade de Juiz de Fora.

Posto que estejamos dispostos a analisar as formas pelas quais a memória de um grupo possa ser transmitida, é necessário salientar que, primordialmente, são os monumentos alguns dos principais artefatos ligados ao poder de perpetuação e evocação do passado em uma sociedade. Essa determinação, que os situa como elos entre o passado e o presente de um corpo social, abre perspectivas para se analisar a qual passado esses monumentos se referem e quais valores relacionados a esse passado são transmitidos por esses artefatos e interessam ao corpo social.

²¹² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Assembleia*. Juiz de Fora, 04 de junho de 1989, livro nº 6 p. 36 – 37.

²¹³ *Ibidem.*, p.39

²¹⁴ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 04 de julho de 1948, livro nº 01 p. 49.

CAPÍTULO III

A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO: MONUMENTOS, DISCURSOS E MEMÓRIAS EM DISPUTA.

3.1 - A FEB e seus Monumentos: O memorial da FEB em Juiz de Fora

Posto que estejamos dispostos a analisar as formas pelas quais a memória de um grupo possa ser transmitida, é necessário salientar que, primordialmente, são os monumentos alguns dos principais artefatos ligados ao poder de perpetuação e evocação do passado em uma sociedade. Essa determinação, que os situa como elos entre o passado e o presente de um corpo social, abre perspectivas para se analisar a qual passado esses monumentos se referem e quais valores relacionados a esse passado são transmitidos por esses artefatos e interessam ao corpo social.

A memória é um dos principais canais de acesso às experiências passadas e, para que possamos acessá-la, necessitamos de uma força externa que atue na motivação do processo de recordação. Dessarte, é evidente o papel dos “lugares de memória” nesse processo de recordação. Atuando como elemento de suporte para esse processo de transmissão, o lugar de memória tem o poder de amparar um determinado modo de recordar, assim como, a recordação, por sua vez, garante ao lugar este estatuto particular.²¹⁵

A construção de monumentos dedicados à participação da FEB na Segunda Guerra Mundial é um ponto importante da atuação das entidades associativas no sentido de transmitir e comemorar dos feitos dos soldados brasileiros na campanha da Itália. Uma vez que ficasse clara, na retórica veiculada pelas associações, a importância da participação do Brasil na Guerra e suas consequências, tornar as experiências dos soldados envolvidos com os combates na Itália inteligíveis ao corpo social e transmitir os valores associados a essa participação são algumas das funções desses monumentos.

A primeira iniciativa de demarcar no espaço da cidade de Juiz de Fora um lugar, no qual pudesse ser erigido um monumento à FEB e seus combatentes, se concretiza em 1950. Entretanto, os registros existentes sobre a construção e inauguração desse monumento dão conta que as iniciativas para sua concepção se iniciaram em meados do ano de 1948, através de articulações da AECB, sociedade civil e o apoio de alguns políticos locais para que, após

²¹⁵ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Op. Cit.*, p., 15.

uma campanha para angariar fundos, fosse inaugurado, no largo do Riachuelo, o monumento ao expedicionário.

Nos documentos oficiais produzidos pela entidade, não há um detalhamento de quais eram os lugares disponíveis para a construção do monumento. Nos textos produzidos em forma de ata, consta apenas a comunicação feita pelo associado Nelson Evangelista que, ocupando cargo de destaque na diretoria da associação, informou aos presentes o local a ser erigido o monumento. Segundo o orador, “em 1º discussão foi aprovado o local para a ereção do monumento, que será no cruzamento da Av. dos Andradas com a Rio Branco.”²¹⁶

Decidida em assembleia a localização do monumento no espaço da cidade, a escultura de bronze, dedicada “aos heróis da FEB”, foi inaugurada em celebração solene menos de um mês depois do anúncio oficial da sua localização. A inauguração do monumento ao expedicionário, além de simbólica para os ex-combatentes da cidade, estava ainda inserida no cabedal de comemorações oficiais do centenário da cidade, comemorado no dia 31 de maio daquele mesmo ano.

As notícias veiculadas pelos jornais locais relatam a presença, desde as primeiras horas da manhã, de espectadores e autoridades militares que afluíram ao Largo do Riachuelo e se prontificaram a acompanhar as festividades. (Figura 1 e 2)

A associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, fez inaugurar na manhã de ontem, o monumento dedicado aos valorosos pracinhas que batalharam no solo italiano. (...) Em seguida ao desfile dos antigos combatentes da FEB precedido pela banda de música do 11ºR.I tiveram início as solenidades com o hino da Força Expedicionária Brasileira.²¹⁷

Demarcar na paisagem da cidade que daquele município saíram homens que integraram as Forças Armadas durante a Guerra, deixa ainda mais evidente as posturas da agremiação em torno do combate ao esquecimento social. Nesse sentido, o simbolismo apresentado na sua inauguração ressaltava que a participação da FEB na Guerra não era somente um marco na história do país, mas era significativa para a história do próprio município.

A construção do monumento no Largo do Riachuelo é um marco para a AECB uma vez que, após a sua inauguração, será este o espaço da cidade destinado para as comemorações públicas de passagens que, relacionadas à Guerra, eram importantes para o corpo social da entidade. Essas iniciativas irão, em certa medida, deslocar as narrativas de memória, ora restritas ao ambiente interno da associação, para o espaço público da cidade.

²¹⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 30 de abril de 1950, Livro nº 1, p. 72.

²¹⁷ O MONUMENTO ao Expedicionário. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.

Nesse sentido, para aproximar as narrativas de memória sobre a participação da FEB na Guerra do corpo social, era indispensável que esses discursos representassem, em primeiro lugar, o corpo social da entidade, mas também fosse capaz de transmitir os valores associados àquela memória. Uma vez bem sucedida essa prática, ao menos na teoria, a memória sobre a participação da FEB na Guerra estaria salvaguardada do esquecimento social.

Os monumentos que demarcam a ida da FEB à Guerra presentes no Brasil apresentam uma característica comum ao pretender transmitir valores cívicos como brasilidade, defesa dos ideais de nação, doação, singularidade e o altruísmo e as virtudes dos cidadãos envolvidos. Para Uri Rosenheck, esses monumentos exaltam valores que dizem respeito mais à população civil do que àqueles pregados pelas instituições militares, não sendo evidente na retórica textual da maioria desses monumentos uma homenagem aos caídos, mas, sim, respeito àqueles que partiram e voltaram - vivos ou mortos.²¹⁸

Localizado em uma região central da cidade, próximo a grandes avenidas e ao centro comercial, o *Monumento ao Expedicionário* (Figura 3) ainda existe, resistindo à passagem do tempo e as flutuações características da memória. A escultura feita em bronze fora construída pela marmoraria Frateschi & Cia e consiste na figura de um soldado trajando uniforme militar, capacete e armamentos característicos da campanha da FEB na Itália.

A imagem do soldado concebida como se este estivesse em deslocamento (Figura 4) se localiza sobre um pedestal de granito facetado, sendo que em cada uma das extremidades desta base é possível ler, além da referência à data de inauguração, as palavras “Aviação”, “Marinha” e “Exército” se referindo as Forças Armadas brasileiras.

No monumento analisado, o soldado da FEB é colocado em posição de destaque, o que evidencia, até certo ponto, o discurso que se procurava transmitir durante sua construção.

Outra característica presente na composição imagética da escultura, e evidente aos olhos dos observadores mais atentos, se refere ao fato de o soldado ser representado com a barba por fazer (Figura 5). Uma vez que, em um contexto de guerra, as rotinas militares envolvidas com a apresentação individual não se configuram como prioridades, essa característica pode indicar que o monumento foi idealizado para transmitir uma referência mais “paisana”, ou ao menos mais particularizada, dos soldados da FEB. Esse detalhe, constante na imagética do monumento, chama a atenção para a identificação dessas memórias muito mais com a sociedade civil do que com as instituições militares.

²¹⁸ ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB e seus contextos. In: *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 3 jul/dez. 2008, p. 57-58.

Além da simbologia acima, constam no referido monumento o símbolo das armas nacionais do Brasil e duas placas. A primeira, localizada na parte de trás da escultura (Figura 6), apresenta referência à Comissão Diretora da Associação de Ex-Combatentes, à época da construção do monumento. A referência à diretoria da AECB-JF reforça a hipótese de que, para aquela coletividade, não é só o combate e os combatentes que deveriam ser enaltecidos, mas também aqueles que lutam por sua memória. A segunda, por sua vez, localizada à frente do monumento (figura 7) e abaixo do símbolo das armas nacionais, apresenta uma dedicatória com os dizeres “Aos heróis da F.E.B homenagem do povo de Juiz de Fora.”

A dedicatória, ressaltando que aquela homenagem, agora integrante da paisagem urbana da cidade mineira, fora tributada pelo “povo de Juiz de Fora”, deixa claro a característica local dessas esculturas e a ancoragem social desse reconhecimento. A retórica textual incorporada a essas referências imagéticas procura ressaltar que os jovens, outrora envolvidos com a FEB, eram os “filhos dessa terra”, a parte do “povo” local, os representantes de suas comunidades.”²¹⁹

Durante a pesquisa nos documentos por referências ao monumento analisado, as menções direcionadas à celebração da memória dos soldados mortos em combate chamaram a atenção. Nos debates em torno da instalação desse monumento, o presidente da associação, João Batista Pereira Bicudo, determinou em novembro de 1949 a composição de uma comissão que ficaria responsável pelas festividades da inauguração do “Monumento em Homenagem aos Expedicionários Mortos na Campanha da Itália.”²²⁰

O retorno da FEB da Itália, ponto já abordado nesse trabalho, despertava reflexões sobre o que iria se fazer com os restos mortais de centenas de jovens brasileiros que permaneciam sepultados em Pistóia. Dessa forma, ainda na incerteza de uma atitude mais contundente do governo brasileiro, detalhes como a fala do presidente da AECB-JF são marcantes no que se refere as práticas da entidade na celebração da memória dos caídos na Guerra.

Outra característica importante que denota a proximidade do monumento juiz-forano com a celebração dos mortos está na opção pelo artista que iria compor o projeto. A marmoraria Frateschi & Cia, construtora do monumento, desempenhava atividades na cidade desde meados da década de 1920. Chefiada até 1937 pelo italiano Natale Frateschi, era, segundo as pesquisas de Leandro Gracioso de Almeida, especializada e reconhecida na cidade

²¹⁹ *Ibidem.* p., 07

²²⁰ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 30 de abril de 1950, Livro nº 1, p. 68.

por atividades relacionadas a construção de altares e, especialmente, trabalhos em mármore para os cemitérios da cidade.²²¹

Não consta na documentação burocrática da associação os motivos da escolha da marmoraria Frateschi & Cia para a execução do projeto, mas a existência de uma coroa de flores no conjunto do monumento (Figura 8) traz a referência ao culto à memória dos soldados mortos em combate. As fontes ligadas à imprensa relatam que, durante a inauguração do marco, foi “procedida a chamada dos nomes dos mineiros mortos em campanha, seguindo-se o toque da vitória.”²²² Os relatos da imprensa indicam ainda que, após os discursos do presidente da comissão promotora do monumento, o presidente da AECB de Juiz de Fora e o presidente da associação da cidade de Barbacena depositaram coroas de flores ao pé da escultura.

Para Jacques Le Goff, os monumentos atuam evocando um passado e perpetuando sua recordação.²²³ O medievalista francês aponta que o termo “monumentum” tende a se especializar em dois sentidos, sendo que pode tanto se materializar como uma “obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu ou pórtico, mas também como um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa [ou grupo] no domínio que a memória é particularmente valorizada: a morte.”²²⁴

A repatriação dos despojos dos mortos brasileiros na Segunda Guerra Mundial ocorreria somente no início da década de 1960 com a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. A simbologia que envolve as solenidades em torno da rememoração dos mortos de um conflito apresentam características que podem ser definidas por um novo estilo de luto, que busca-se a aproximar a comunidade do evento no qual se deu a morte do indivíduo. Segundo Piovezan, o ato de morrer em uma guerra não pode ser equiparado a uma morte comum, uma vez que o indivíduo que ali jaz, ou o monumento que evoca sua memória, remete a uma morte em nome de uma causa. É nesse sentido que os monumentos destinados a esse fim buscam provocar

²²¹ Para um detalhamento maior acerca das diversas famílias de artistas que se ocupavam com as atividades em torno da construção de monumentos e esculturas nos cemitérios da cidade de Juiz de Fora, ver o trabalho de: SILVA, Leandro Gracioso de Almeida e. *Memórias de um ofício: os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2016.

²²² O MONUMENTO ao Expedicionário. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.

²²³ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 486.

²²⁴ *Ibidem.*, p. 486

uma reflexão nos espectadores sobre os motivos da morte, dando ênfase ao sacrifício realizado e transmitindo os valores vinculados a esse sacrifício às gerações futuras.²²⁵

A transmissão dos valores e distinções relacionados ao ato de morrer na guerra apontados acima por Piovezan estão presentes nas documentações produzidas pela AECB, no período posterior à inauguração do monumento em questão. Homenagens nas quais os membros da associação e da sociedade em geral faziam depósitos de palmas e coroas de flores aos pés da escultura eram mais frequentes. Entretanto, na documentação analisada, destacam-se também ações mais pontuais, como as comemorações relativas ao dia de finados no ano de 1956.

Na reunião da assembleia geral ocorrida em outubro do mesmo ano, foi eleita uma comissão que se encarregaria dos preparativos, ficando acordado oficialmente que a homenagem consistiria em uma missa campal a ser realizada no dia 02 de novembro, dia de finados, aos pés do monumento ao Ex-Combatente. A comissão também deliberou que se ornamentasse “devidamente o altar devendo após a missa permanecerem no local as flores”.²²⁶

Chama a atenção o destaque dado à celebração dos mineiros mortos em combate pela AECB e a relação do monumento em questão com as homenagens aos caídos na Itália. Compreender as iniciativas dessas agremiações no processo de construção de uma memória da participação do Brasil no teatro de operações da Itália significa, portanto, entender que a preservação dessa memória era em si um dos grandes objetivos das entidades. A política de preservação levada à cabo pelas agremiações se tornava concreta à medida que estas buscavam fixar suas narrativas de memória também no imaginário social, fundamentando, a partir dessas práticas, um culto cívico à memória daqueles que doaram suas vidas em defesa de uma causa.

A memória, de acordo com Jacques Le Goff e Aleida Assmann, possui seu núcleo antropológico diretamente ligado a celebração da memória dos mortos. O culto a essa memória, segundo a autora, tem em suas raízes derivações que dizem respeito a uma dimensão religiosa, na qual é uma obrigação dos descendentes perpetuar a memória dos que já se foram, e uma dimensão mundana, esta por sua vez, diz respeito a construção de uma memória, *a posteriore*, ligada às glórias e à eternidade dos feitos do indivíduo.²²⁷

²²⁵ PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV, 2017. p. 239.

²²⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 27 de outubro de 1956, Livro s/n. p. 20.

²²⁷ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Op. Cit.*, p. 37.

É de suma importância destacar que a força motivadora do processo de rememoração e mobilização das lembranças ocorre no presente e busca responder às questões e demandas inerentes a ele. O presente acaba por reconduzir a rememoração do passado e esse processo, realizado constantemente, garante a sobrevivência do indivíduo ou do grupo no imaginário da sociedade.

A capacidade que as memórias relacionadas à Segunda Guerra Mundial como um evento exemplar possuem embasam a existência dos marcos e monumentos em homenagem a FEB por todo território nacional. Rememorar os feitos dos “pracinhas” na guerra está diretamente ligado à evocação de uma série de ícones e símbolos que por si só já se referem a transmissão de valores como a doação, o combate ao totalitarismo, a liberdade dos povos e o altruísmo dos soldados. Nas palavras de Ana Maria Mauad e Daniela Ferreira Nunes:

É interessante notar a força de coesão, representadas pelas guerras e conflitos internacionais, no imaginário coletivo dos diferentes países. A Segunda Guerra Mundial, com todos os ícones e símbolos constituídos para homenageá-la e lembrá-la, como um evento para nunca ser repetido, é exemplar.²²⁸

As referências aos mortos estão presentes em diversas ocasiões nas quais a campanha da FEB na Itália é rememorada. Em reuniões públicas da seção de Juiz de Fora, oradores e sócios tomavam a palavra para homenagear aqueles que morreram durante os combates, celebrando a memória dos mortos, convidando os “Ex-Combatentes para um minuto de silêncio e pedindo uma oração em favor das almas de nossos irmãos que tombaram pela liberdade do mundo, e que hoje repousam no campo santo de Pistóia.”²²⁹

Posteriormente à inauguração do monumento, as referências a ele registradas em atas dão conta de homenagens prestadas em datas comemorativas como 21 de fevereiro, data histórica da Tomada do Monte Castello e o 14 de abril, data da tomada da cidade de Montese. Esta última celebração é particularmente importante aos veteranos de Juiz de Fora, dado o envolvimento de alguns deles nas operações. Nessas ocasiões, principalmente as que se referem especificamente a FEB, as referências são de desfiles dos associados bem como manifestações em homenagens aos mortos com o depósito de palmas e coroas de flores no monumento, além da realização de guardas solenes (figuras 9 e 10).

As manifestações públicas ocorridas junto ao monumento, eram oportunidades nas quais o público em geral acompanhava os desfiles ou as formaturas e tomavam contato com a memória difundida pela associação, acompanhando as solenidades enquanto os associados

²²⁸ MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas. In: Paulo Knauss (Org.). *Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999. pp. 53-73.

²²⁹ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 02 de novembro de 1947, Livro nº 1. p.19.

podiam “rememorar as suas glórias e apresentá-las em público, recebendo deste o apoio e o brilho que merecem como soldados de ontem e heróis de hoje.”²³⁰

A memória é vida; sendo assim, na ausência dos sobreviventes ou dos testemunhos diretos de um acontecimento, urge a necessidade de se instituir um suporte efetivo que acabe por garantir, em certo sentido, sua perpetuação. O culto e as celebrações em torno da memória sobre a participação da FEB na guerra, e os valores veiculados a ela, são inerentes e simultâneos ao processo de construção da memória coletiva dos ex-combatentes brasileiros e de suas associações.

Salvaguardar essa memória do esquecimento social implicava, por parte dos ex-combatentes, uma aproximação cada vez mais constante com a memória nacional. Dessa forma, desfiles e comemorações realizadas próximas a grandes feriados nacionais, como a Proclamação da República e o Dia da Independência, eram uma oportunidade de estreitar os laços com o imaginário nacional, uma vez que essas datas são lembradas tanto no meio civil como no militar.

A chamada memória nacional, como nos lembra Pollack, é capaz, através de seu compartilhamento, de engendrar um sentimento de pertencimento e coesão, pautado na hipótese da existência de uma comunhão de características culturais entre os indivíduos²³¹. Essa comunhão é, em suma, o que embasa o sentimento de pertencimento de uma comunidade a um território, engendrando a ideia de nação. Para Benedict Anderson, é essa sensação de comunhão de características em comum que irá definir a nação como uma comunidade política imaginada. O adjetivo proposto se justifica, segundo o autor, à medida que em todas as nações, por mais minúsculas que sejam, seus membros jamais virão a encontrar ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, mas a maioria deles irá sempre ter em mente a imagem viva de sua comunhão.²³² Nesse sentido, é essa comunhão que se torna um dos alicerces principais das instituições militares, uma vez que ela é quem embasa o engajamento dos mais diversos indivíduos nessas corporações.

A luta e defesa da pátria presente nos diversos relatos de memória dos veteranos estão inseridas nas narrativas que monumentos suportam explícita ou veladamente, carregando consigo toda uma carga semântica que relaciona esse sentimento de pertencimento a uma determinação sacro-familiar. Segundo Fernando Catroga, esta noção de que os indivíduos de

²³⁰ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 02 de setembro de 1956, Livro s/n. p. 04.

²³¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03, jun. 1989.

²³² ANDERSON, Benedict R. O'g. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

uma mesma pátria compartilham características comuns como os mesmos mitos de origem, mesma língua, território e ancestralidade, está fundamentalmente ligada à uma ideia ancestral e à memória coletiva. Nesse sentido, o autor aponta que:

Poder-se-á concluir que, ao privilegiar a origem e a herança, a pátria é, sobretudo, memória, instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como compatriotas de uma mesma *Vaterland*, característica que foi durante séculos repetida.²³³

Para tanto, a relação de proximidade dos veteranos e suas associações com as instituições militares podem ser vistas através dessa ótica, uma vez que, sendo essas instituições, no senso comum, as guardiãs desse sentimento aglutinador, essa proximidade poderia aumentar as celebrações e rememorações das vitórias militares do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse processo, ao longo do tempo, poderia garantir uma sensação de estabilidade dessa memória em meio ao imaginário social que, somada à construção de marcos e monumentos, iria, de acordo com essa expectativa, garantir a sacralização e a eternização desses cidadãos que estiveram envolvidos com as forças militares brasileiras durante a guerra.

A possibilidade de eternização e sacralização de seus feitos é a justificativa mais utilizada e que embasa o engajamento de inúmeros jovens em guerras por todo mundo. Em se tratando da Segunda Guerra Mundial como a última guerra “justa”, na qual se opuseram a liberdade *versus* a tirania, esses marcos e monumentos erigidos para ativar as lembranças dessa guerra e as causas pelas quais lutaram os soldados se proliferaram por todo o mundo, mesmo com iminência de um conflito entre os blocos capitalistas e socialistas durante a Guerra Fria, período imediatamente posterior ao conflito.

Segundo Aleida Assmann, a grande quantidade desses monumentos são evidências das tentativas de eternização dos significados e transmissão dos valores inerentes ao engajamento de milhares de jovens nesses conflitos por todo o mundo. Essa política evidencia “a forma desajeitada e bombástica da política de memória nacional”.²³⁴

A conferência de significados e valores cívicos a essas lutas e sua constante rememoração pela sociedade são, nesse sentido, as primeiras funções delegadas aos monumentos históricos, uma vez que estes atuam de forma contundente na perpetuação desse ideário. A introdução, segundo Françoise Choay, de uma “pedagogia geral do civismo”

²³³ CATROGA, Fernando. Pátria, Nação e Nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares. Coord. *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 10.

²³⁴ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Op. Cit.*, p. 48

delegam aos monumentos essa característica de serem portadores de conhecimentos que atingem as diversas classes sociais. Essa mobilização atua de forma contundente sobre o sentimento de pertencimento e superioridade nacional.²³⁵

Os monumentos em homenagem a FEB e todo o culto cívico inerente à celebração de suas vitórias e de seus mortos, estão diretamente ligados à transmissão de um ideário patriótico em torno da promessa de uma eternização dos feitos da FEB na Itália e dos símbolos e significados construídos em torno deles. Dessarte, a construção desses marcos simbolizavam em sua concretude a presença física da FEB na sociedade. Essa presença, mesmo após a natural extinção dos principais agentes dessa memória, estaria sedimentada na memória nacional que se encarregaria de sacralizá-los, garantindo sua sobrevivência e posteridade.

Em levantamento publicado na década de 1960, João Batista de Mattos, pioneiro na catalogação dos monumentos dedicados à FEB no Brasil, indicou a existência de 105 dessas obras que, segundo autor, contribuem para desmitificar a ideia de que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi obra exclusiva de acordos diplomáticos. A existência desse número substancial de monumentos evidencia o sentimento de união nacional despertada em vista das afrontas recebidas pelo país. As homenagens prestadas pela população brasileira, segundo o autor, deixam ainda mais às claras a “comunhão do sentimento popular com a nossa Força Expedicionária Brasileira.”²³⁶

Os monumentos à FEB elencados em primeira mão por João Batista de Mattos em sua obra sinalizam, nas análises que deles faz Uri Rosenheck, que o período compreendido entre os anos de 1945 a 1959 é marcado pelo aumento substancial da construção desses marcos. Nos levantamentos posteriores realizados por Rosenheck, já se sabia de 192 monumentos catalogados, sendo que 63 desses monumentos foram erigidos imediatamente à chegada dos escalões da FEB no Rio de Janeiro ou ainda enquanto estes ainda estavam em território italiano.²³⁷

Segundo o levantamento publicado por Uri Rosenheck:

²³⁵ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 117.

²³⁶ MATTOS, J. B. *Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze*. Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960. p.06.

²³⁷ ROSENHECK, Uri. *Op Cit.*, 2018. p. 57.

Tabela 6: Monumentos a FEB, 1945-1984

Período	Monumentos	Média anual	Porcentagem
1945-1959	105	7,0	54,6
1945-1946	63	31,5	32,8
1947-1959	42	3,23	21,8
1960-1984	87	3,48	45,3
Total: 1945-1984	192	4,8	100.0

Fonte: URI, Rosenheck. Re-Carving the Stone: reinterpreting World War II monuments in Brazil. In: MALLETT, Derek R. (Org.). *Monumental Conflicts: twentieth-century wars and the evolution of public memory*. New York: Barnes & Noble. p. 57

No levantamento apontado acima, o pesquisador se limita a elencar os lugares de memória a partir da lógica dos artefatos materiais presente materialmente no espaço público das cidades brasileiras, ou seja, os monumentos. A existência desses marcos configura o que o autor denomina como “*civicscape*”. O termo que, segundo Viviane Regina Calikevstz, é desenvolvido a partir do termo “*cityscape*” e diz respeito “às representações físicas e arquitetônicas no espaço designado aos rituais cívicos.”²³⁸

O surgimento de uma paisagem cívica localizada no Largo do Riachuelo, em Juiz de Fora, fica ainda mais evidente, à medida que, após a inauguração do primeiro monumento. É essa localidade que irá concentrar as rememorações públicas da FEB na cidade. A praça ainda contará com outro conjunto escultórico que, inaugurado em 1976, se mostrará mais imponente que o primeiro, além de inverter a ordem apresentada por aquele.

O *Monumento às Armas*, popularmente conhecido como “chapelão” (figura 11) apresenta uma clara referência às Forças Armadas ao incluir, em sua iconografia, os brasões pertencentes ao Exército, à Marinha e à Força Aérea. Demonstrando ser clara a tentativa de homenagem à instituições militares, uma vez que a homenagem a estas instituições ocupam o papel de destaque central na composição dessa obra (figura 12).

Segundo Francisco César Alves Ferraz, é possível traçar um paralelo importante em relação aos monumentos erigidos em homenagem a FEB na primeira década do pós-guerra e os demais. Enquanto os primeiros apresentavam uma imagem de destaque aos cidadãos soldados, como já demonstrado através da análise do primeiro monumento, os construídos

²³⁸ CALIKEVSTZ, Viviane Regina. *Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira – FEB*. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, 2017. p. 66.

posteriormente invertem essa lógica e acabam por incorporar em sua iconografia as referências às instituições militares. Essa mudança no objeto de culto faz, segundo o autor, emergir um “padrão trinitário” o que evidencia a militarização dessa memória ao tratar a participação brasileira na guerra como “uma unidade de esforços consubstanciados nas três instituições militares, deixando em plano igual, ou secundário, as homenagens personalizadas aos expedicionários da cidade.”²³⁹

Em se tratando do monumento em questão, as referências à FEB, presentes nele, se resumem em placas afixadas internamente, que fazem referências ao centenário de nascimento do Marechal Mascarenhas de Moraes, à data de inauguração, às principais batalhas travadas pela FEB em solo italiano, uma homenagem ao 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira e aos pracinhas mineiros mortos em combate.²⁴⁰ Essas referências, no momento da visita, não puderam ser lidas ou fotografadas uma vez que, segundo as informações constantes nas atas da AECB, o Monumento às Armas, se encontra “todo cercado por grades”, desde junho de 1982²⁴¹ (figura 13).

A barreira física que impede os espectadores de circular pelas instalações é emblemática para compreendermos o processo de aproximação das memórias relacionadas à FEB às Instituições Militares e o distanciamento dessas memórias da sociedade civil. A composição de uma paisagem cívica no atual Largo do Riachuelo em Juiz de Fora, com todas as suas funções sociais e significados ideológicos, se somam ainda a outros dois monumentos localizados em outros espaços da cidade e que remetem à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

O carro de combate *M3. Grant*, (Figura 14) e o *Monumento aos Pracinhas – Heróis Brasileiros na II Guerra Mundial*, (Figura 15) localizados nas dependências da 12ª Circunscrição de Serviço Militar, próximos à praça presidente Antônio Carlos, são alvos de processos de tombamento por parte do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora.

Na documentação obtida junto à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lege (FUNALFA) consta que a primeira solicitação de tombamento dos respectivos monumentos ocorreu por parte do então comandante da 12ª CSM, Otávio Dornelles Claret da Silva, que solicitava através do ofício nº 104 – S5/RP, o tombamento desses bens mediante a justificativa de que se trata de monumentos em “reverência aos PRACINHAS, verdadeiros

²³⁹ FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 310-311.

²⁴⁰ Textos das placas gentilmente cedidos por Humberto Ferreira Silva por correspondência eletrônica.

²⁴¹ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 06 de junho de 1982, Livro 05. p. 14.

heróis brasileiros que, com coragem e risco de suas próprias vidas, elevaram o nome do Brasil e também da nossa cidade perante a humanidade.”²⁴²

A lei 10.777 de 15 de julho de 2004, que versa sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Juiz de Fora, dispõe em seu primeiro artigo que:

Artigo 1º - O patrimônio cultural do município de Juiz de Fora é integrado pelos bens materiais – imóveis, móveis e integrados -, públicos ou privados, e bens imateriais existentes em seu território, que devem merecer a proteção do Poder Público Municipal, por serem portadores de referência a identidade juiz-forana.²⁴³

Embasado na lei acima citada, o processo Nº 008378, aberto em 2009, que dispõe sobre o tombamento dos bens acima referenciados, não consta como finalizado no portal oficial da FUNALFA uma vez que, na listagem dos 31 monumentos em praça pública tombados pelo município,²⁴⁴ consta apenas o tombamento do Monumento ao Expedicionário, construído na década de 1950 pela AECB e já discutido anteriormente.

O Monumento ao Expedicionário foi tombado como patrimônio histórico da cidade a partir do processo nº 3022/00²⁴⁵, que dispõe sobre o tombamento de vários monumentos localizados em praças públicas da cidade mineira. O decreto lei Nº 6941, que oficializa o tombamento, o faz, segundo ele, uma vez que estas obras possuem valor “histórico e cultural, se constituindo como uma homenagem aos personagens e épocas que marcaram o desenvolvimento urbano, industrial, artístico e cultural da cidade e à história que estes monumentos nos remetem”²⁴⁶

O conjunto de monumentos cujo número foi apresentado acima, pode ser ainda somado aos nomes de rua, galerias, escolas e bairros²⁴⁷ os quais, à primeira vista, configuram

²⁴² Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lege – FUNALFA. *Tombamento do monumento aos pracinhas – Heróis Brasileiros da Segunda Guerra Mundial*. Processo n. 008378/2009.

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ Lista de Monumentos em praça pública tombados pelo município de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/monumentos_praca_publica_040417.pdf. Acesso em: 01/05/2019.

²⁴⁵ Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lege – FUNALFA. *Tombamento do Monumento ao Expedicionário*. Processo n. 3022/00.

²⁴⁶ DECRETO N.º 6941 - de 26 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o tombamento dos bens que menciona. Disponível em: https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019273. Acesso em 01/05/2019.

²⁴⁷ Na cidade de Juiz de Fora, há alguns exemplos de expedicionários que nascidos no município ou não, foram homenageados com nomes de ruas ou avenidas. O Cabo Hélio Thomaz, primeiro soldado de Juiz de Fora a tomar nos campos de batalha italianos, emprestou seu nome para uma rua no bairro Cerâmica. Clério Bortolo, 3º sargento que tombou em combate no dia 12 de abril de 1945 em Montese, foi homenageado em uma travessa no centro da cidade. O 2º Tenente José Belfort de Arantes Filho, falecido em ação no dia 6 de fevereiro de 1945 em Bagga, dá nome a galeria Tenente Belfort Arantes também no centro da cidade. A cidade ainda apresenta homenagens a outros expedicionários ou pontos de referência importantes relacionados à memória da FEB como a rua Major Antônio Olímpio Duarte, que posteriormente a guerra ocupou cargo de presidente da AECB, os grupos de escoteiros Montese e Max Wolf, além do Bairro Monte Castelo e da Escola Estadual Polivalente de Juiz de Fora Marechal Mascarenhas de Moraes, inaugurada em março de 1975.

uma materialidade e presença significativa da memória coletiva da FEB no espaço público da cidade. No entanto, a existência substantiva de monumentos à memória da FEB na paisagem das cidades mineiras, em específico em Juiz de Fora, não parece configurar necessariamente uma presença efetiva dessa memória no imaginário da população.

3.2 - Entre a participação no front e a atribuição de significados: A Função dos discursos de memória sobre a Força Expedicionária Brasileira.

Até o presente momento, buscamos entender como as associações de Ex-Combatentes, tanto as AECB quanto as ANVFEB, em específico o caso das seções da cidade de Juiz de Fora, perceberam a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, e também como essas entidades montaram seu quadro social e calendário comemorativo atuando, não só como lugares de memória da participação do Brasil no conflito, mas também desempenhando, as mais variadas funções assistenciais sanando as falhas do problemático processo de desmobilização da FEB no pós-guerra e rearticulando as relações sociais do grupo.

O próximo passo é entender como e quando as narrativas articuladas pelas entidades foram mobilizadas e sob quais justificativas, buscando entender algumas de suas aplicações e os meios sob os quais esse discurso foi veiculado. Como já demonstrado ao longo do trabalho, as associações mobilizavam esse discurso, na maioria das vezes, em comemorações, eventos, reuniões e também em suas ações públicas na busca pelos direitos daqueles que se envolveram na Segunda Guerra Mundial. O esquecimento social sentido, e relatado em diversas ocasiões, pelos membros das entidades deixava claro a importância da valorização da memória da participação do Brasil na guerra.

A memória é incorporada ao discurso de identidade através da composição de uma narrativa que ressalta os personagens e suas funções, criando discursos e atribuindo significados. Característica inerente à memória coletiva, à seletividade, irá relegar a parte dos relatos às agruras do esquecimento, enquanto determinadas visões ou versões serão constantemente rememoradas pelo corpo social. Segundo Ricoeur, “as manipulações da memória devem-se a intervenção de um fator inquietante e multiforme, que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória. Trata-se do fenômeno da ideologia.”²⁴⁸

Ver: SILVA, Humberto Ferreira. *Memorial da Força Expedicionária Brasileira: Uma face da glória*. Monografia (bacharelado em história) - Faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011. p.31.

²⁴⁸ RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p.95.

O fenômeno ideológico, para o filósofo francês, pode ser pensado como um guardião da identidade, à medida que, através de uma de suas principais funções é a legitimação do sistema de poder.²⁴⁹ Ao delimitar, portanto, um conceito abrangente de ideologia pode se apontar que esse passa a dizer respeito a um sistema de ideias e crenças, mais menos coerentes e que, de certa forma, servem como um telescópio através do qual as sociedades podem entender o mundo e se posicionar nele.²⁵⁰

A ideia evidenciada por Ricoeur, que se refere à condição *sine qua non* do discurso de memória, a saber, seu caráter seletivo, aponta para que possamos entender os diversos usos dos discursos de memória e significados que posteriormente serão conferidos à FEB e as suas lutas na Itália. Os Ex-Combatentes brasileiros, se posicionando como porta-vozes desses discursos, durante suas comemorações e celebrações, lançam mão de suas memórias e dos significados da luta da FEB na Itália, para justificar posicionamentos políticos e ideológicos comuns no pós-guerra.

Não é raro de se encontrar nas atas de reuniões, publicações, livros de memória, panfletos ou veículos de divulgação das atividades das associações, o argumento da proximidade da entre a luta dos pracinhas na Itália e a defesa da democracia. Os motivos dessa relação, já levados em conta anteriormente, é uma das características mais aparentes nos debates públicos protagonizados pelos veteranos.

A publicação local da associação intitulada *Veterano*, editada anos mais tarde já pela ANVFEB-JF, trazia um artigo que ressaltava o porquê não esquecer a luta da FEB. No texto, o veterano Arnaldo Ferreira, descreve um episódio que vivenciou ao se preparar para um desfile na cidade de Juiz de Fora:

Quando nos preparávamos para iniciar o desfile, ouvi uma menina de mais ou menos 13 anos perguntar a uma senhora que lhe segurava a mão, o que fazíamos ali, e quem éramos, sentindo que a senhora não sabia responder, limitando a dizer à menina que ficasse quieta, eu fui até a mesma e disse que éramos os veteranos da FEB, completando que fomos a guerra há trinta anos passados defender a Pátria. (...) Nós fomos a Itália para enfrentar o inimigo para não lutarmos aqui em nossa Pátria, o que seria pior para todos os brasileiros, pois a guerra é destruição, fome e desorganização da família e lá estivemos em pequena parcela para, junto aos outros povos amigos, não deixar manchar a nossa Pátria com a Tirania pleiteada pelos inimigos da época.²⁵¹

A pauta de defesa e valorização da democracia já era a muito tempo defendida pelos estatutos da AECB. A relação estabelecida entre a FEB e a defesa dos regimes democráticos

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed., 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014. P. 209.

²⁵¹ Silêncio – Os Ex-Combatentes estão morrendo. In: *Veterano*, Juiz de Fora. Nº12, maio de 1975. S/p.

não era um discurso muito novo. A presença contraditória da FEB na Itália lutando ao lado das potências democráticas, mas vivenciando uma ditadura na política interna, se não colaborou para a derrubada de Getúlio Vargas do poder, como já apontado por Francisco César Alves Ferraz, reacendeu, segundo Octávio Costa, “o espírito democrático no povo brasileiro.”²⁵²

Em entrevista recente, publicada pela FAPESP em 2015, Boris Schnaiderman, comenta a contradição evidente à época do embarque da FEB para a Europa. Para Schnaiderman:

Nossa participação na guerra era algo estranho. Vínhamos do Brasil, onde havia uma ditadura de tendência fascista, para lutar na Europa e defender a democracia alheia. A maioria dos soldados não tinha nenhuma vontade de lutar e não entendia porque estava ali. No entanto, eles lutaram e se saíram relativamente bem. Para mim foi uma situação muito esquisita, um paradoxo da história. Num momento, ouvíamos as arengas pró-Eixo do governo Vargas, no momento seguinte tínhamos de aceitar tranquilamente ir lutar a favor dos Aliados.²⁵³

Ao fazer um balanço, trinta anos após o retorno da FEB, o Ex-Combatente, Octávio Costa, que durante a campanha da Itália integrou o 11º Regimento de Infantaria como 1º Tenente, diz haver um Brasil antes e depois da FEB. As distinções propostas por Octávio Costa tangenciam diversos pontos que se referem às consequências sociais, políticas e até econômicas.

Para Costa, a astúcia de Getúlio Vargas, ao tirar proveito da posição estratégica do Brasil, e a participação da FEB na guerra, legaram ao país o divisor de águas da história econômica brasileira. Segundo o autor: “sem a presença do Brasil na guerra, não teria havido Volta Redonda e a História Econômica do Brasil poderia ser escrita na fronteira decisiva de nossa industrialização: antes e depois de Volta Redonda.”²⁵⁴

Embora a relação estabelecida por Octávio Costa pareça fazer sentido, para o veterano José Maria Nicodemos, a imediata relação entre os dois pontos traz um empobrecimento do significado do que foi a atuação da FEB na Itália. Segundo Nicodemos, “Ainda existe uma maneira incrédula de falar sobre a participação do Brasil na Guerra, que trata que nós fomos trocados pela construção da Usina de Volta Redonda.”²⁵⁵

O Ex-Combatente Celso Rosa, que pertenceu ao 3º Escalão da FEB, em seu livro de crônicas onde relata as memórias sobre sua participação na Segunda Guerra Mundial com a

²⁵² COSTA, Octávio. *Op. Cit.*, p.83.

²⁵³ MARCOLIN, Neldson. Memórias de Um Ex-Combatente: Entrevista com Boris Schnaiderman. In: *Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo, outubro de 2015. p. 26.

²⁵⁴ COSTA, Octávio. *Op. Cit.*, p.83.

²⁵⁵ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

FEB, vai além de Octávio Costa e acrescenta que “A FEB foi um grito de brasilidade, uma resposta viril de um povo, diante dos atos de provocação, de selvageria e de desrespeito à sua soberania de nação livre e briosa.”²⁵⁶

Aos associados da ANVFEB-JF, o legado deixado pela FEB na história do Brasil seguia a mesma tônica. No livro de registros históricos da agremiação, após uma análise da construção histórica da seção juiz forana da ANVFEB, Duboc Filho escreveu de próprio punho que:

O Brasil progrediu após a guerra, não há como negar. Acentuado era o índice de subdesenvolvimento do nosso país naquela época, como também era o complexo de inferioridade que se observava na grande maioria do povo brasileiro que se deixava influenciar pela força da propaganda Nazifascista através da chamada “quinta coluna”. Para ilustrar o que afirmamos, basta que se verifique que antes da FEB o Brasil não era campeão de nenhuma modalidade de esporte e que, após a guerra, se tornou campeão de futebol e outras modalidades de esporte, inclusive boxe, salto, natação e etc.²⁵⁷

Pensar em como os Ex-Combatentes entendiam no pós-guerra as implicações diretas da participação da FEB no conflito é uma das formas de perceber as mobilizações do discurso de memória fora das reivindicações de assistências e das comemorações oficiais das quais participavam. Se a participação de uma nação latino-americana na guerra mudava o curso da história, como apontava o jornal cubano, citado no primeiro capítulo, o modo como os combatentes percebiam o valor de suas lutas em variados contextos políticos no Brasil é um ponto importante a presente análise.

O discurso de caráter reivindicativo difundido pelos combatentes da FEB no pós-guerra está, de certa forma, atrelado à busca por reconhecimento dos veteranos de guerra brasileiros como heróis nacionais. Se a participação do Brasil na guerra serviu para reascender um espírito de brasilidade, como evidenciado por Celso Rosa, e essa transformação da mentalidade do brasileiro pode ser notada na evolução econômica, nas transformações sociais e até mesmo nas conquistas esportivas, fica claro que somente os que tomaram parte, evidentemente, dos combates poderiam ser os porta-vozes dessas transformações.

Joaquim Xavier Silveira, ao mesmo estilo de Celso Rosa, aponta para o surgimento de um espírito da FEB sentido, principalmente, nas modificações ocorridas no interior das instituições militares. Ao escrever suas memórias no final da década de 1980, Silveira conclui que “A FEB, constituiu-se, treinou, embarcou, lutou e venceu. No retorno foi dissolvida, mas

²⁵⁶ ROSA, Celso. *O Espírito da FEB In: O pracinha na Guerra*. São Paulo: Café Editora Expressa, 2000.p. 66.

²⁵⁷ ANVFEB-JF. *Livro de Registros históricos*. Juiz de Fora, 1972. p. 17.

os oficiais que permaneceram, puderam dar ao Exército aquilo que foi a grande contribuição da FEB à força armada terrestre: profissionalismo, as lições e as experiências em combate.”²⁵⁸

De depoimentos mais ufanistas como os de Octávio Costa, passando pelo de Joaquim Xavier Teixeira, até os mais críticos como os de Schnaiderman, os participantes da FEB apontam para as modificações vivenciadas no Brasil, nos seus mais diversos setores, que foram ocasionadas pela participação da FEB na guerra e pelo sacrifício de centenas de jovens brasileiros nos campos de batalha. O pracinha brasileiro representou no teatro de operações da guerra a tenacidade de um povo, constituindo-se, para as associações, como um símbolo simples de um espírito que, mesmo após a desmobilização e o constante processo de desvalorização e esquecimento, havia lutado pela democracia e pela liberdade dos povos.

Eu tenho muito orgulho! Por isso eu faço questão que a associação continue porque eu acho, eu acho a maior história brasileira no exterior. Não tem esse negócio que foi campeão do mundo de futebol. Foi, parabéns! Mas, não se compara com os 25 mil homens que participaram daquele momento da Segunda Guerra Mundial. Então, eu faço questão de estar sempre na ativa fazendo palestra.²⁵⁹

A mudança ocasionada pela participação dos brasileiros na guerra era, por inúmeras vezes, acentuada pela ANVFEB, uma vez que, a “FEB cumpriu com excelência sua missão e colocou o Brasil em um cenário de destaque internacional. Trazendo ao Brasil, e aos brasileiros, uma mensagem de fé e de esperança mostrando ao mundo que o brasileiro não era um povo inferior”.²⁶⁰ Nesse sentido, o ato de conferir significados e mobilizá-los, tanto nas narrativas das associações, quanto nas pessoais, mantinha vivo o passado comum daqueles que sobreviveram a uma tragédia coletiva, e pontuava o porquê da ida à Itália.

A construção de um discurso narrativo, portanto, efetivava a batalha contra o esquecimento social. Ao transformar suas memórias em projeto e transmiti-las, os Ex-Combatentes, ressaltavam uma memória oriunda de uma tragédia coletiva, relacionavam-nas com significados universais à condição humana como: Liberdade, Democracia e luta contra a tirania nazista imbuindo em tais narrativas um “dever de memória”.²⁶¹

O termo acima, citação de Candau, pode nos auxiliar na presente análise sob dois aspectos importantes para esse ponto do trabalho. O primeiro, importante nesse momento, são as questões relacionadas a um “dever de memória” aplicado a uma memória social embasada em uma tragédia coletiva. O segundo, a ser discutido posteriormente, são os referenciais ambíguos relacionados à memória da FEB, já que, um discurso altamente motivador que

²⁵⁸ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Op. Cit.*, p. 263.

²⁵⁹ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

²⁶⁰ ANVFEB-JF. *Livro de Registros históricos*. Juiz de Fora, 1972. p.18.

²⁶¹ CANDAU, Joël. *Op. Cit.*, 2011. p. 154.

reivindica para si a missão de luta em prol da democracia, foi utilizado, não por todos os indivíduos, mas por alguns membros das associações para justificar um posicionamento favorável ao regime militar.

A noção de dever de memória, utilizada por Joël Candau e Tzevetan Todorov, aponta que as memórias das tragédias coletivas engendram um sentimento de identidade que, como já abordado em outro momento, não poderia incorporar, por exemplo, aqueles que não foram à Itália. Fica evidente, como já colocado, que o culto, benesses, ou glórias advindas do tributo de sangue sejam circunscritas à parcela de Ex-Combatentes que o praticou. Dessa forma, é muito natural que um Ex-Combatente, um antigo membro da resistência ou antigo herói, não deseja que seu passado de heroísmo seja ignorado o que é algo muito natural. Entretanto, ao passo que o papel de heróis de guerra seja ressaltado, o papel de vítimas também o será.²⁶²

As memórias de tragédias coletivas, como a participação em uma guerra, e o dever de recordação implícito a essa categoria, enfrentam no meio social certa dificuldade que seus transmissores encontram de conferir sentido a elas, já que a sociedade, de uma maneira geral, não entende a magnitude daquelas lembranças relatadas. O modo como cada um daqueles 25.334 homens percebeu sua experiência na guerra foi distinto. Havia uma diferença profunda entre o conceito que cada combatente possui de si mesmo e a imagem que a população construía nos tempos da guerra. Como aponta o Boris Schnaiderman, “Era possível que os pracinhas se perguntassem Afinal o que foi que eu fiz? Estive em terra estranha, quando me diziam para atirar, atirei, quando me ordenavam recuar, obedeci também, senti frio, medo, solidão e foi só.”²⁶³

Costurar um relato que seja capaz de distinguir esses indivíduos da sociedade em geral, apontando as agruras sofridas, a juventude que tiveram que abrir mão e, pontuando sempre os motivos pelos quais lutaram, ajudam a compreender a estrutura narrativa de seus relatos de memória, que carregam como acontecimento fundador o engajamento desses homens: “Das diversas camadas sociais, dos mais diversos pontos do país e que, incorporados a FEB nos diversos postos da hierarquia militar, representaram, há 30 anos passados o exército nacional no T.O da Itália, conquistando para o Brasil, inspiradoras glórias.”²⁶⁴

À medida que a memória, segundo Paul Ricoeur, é a guardiã da problemática relação entre o presente e o passado,²⁶⁵ o discurso de memória e os valores incorporados e transmitidos nas narrativas, aproximam o transmissor e o receptor das mensagens. Como

²⁶² TODOROV, Tzevetan. *Op. Cit.*, p. 23.

²⁶³ SCHNAIDERMAN, Boris. *Op. Cit.*, p. 205.

²⁶⁴ ANVFEB-JF. *Livro de Registros históricos*. Juiz de Fora, 1972. p. 17.

²⁶⁵ RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p.100.

mostrado em várias das narrativas até aqui apresentadas, os significados são mobilizados como uma das formas de se obter justiça por meio das práticas de memória e do exercício de rememoração. Esses usos dos discursos evidenciam, na maioria das vezes, o saldo que a sociedade atual apresenta com as gerações passadas.

Dos diversos significados atribuídos ao discurso de memória da FEB ao longo do tempo, um, em particular, reforça nessas narrativas seu caráter ambíguo. Este diz respeito ao estreitamento das relações sociais entre os Ex-Combatentes e as instituições militares. Se no primeiro momento, após o retorno da FEB, estas instituições fizeram pouco pelos, agora, veteranos de guerra, nas décadas posteriores, a comunhão de interesses entre as duas instituições fará com que as Forças Armadas, principalmente o Exército, acabe por se tornar o principal gerenciador das memórias relacionadas à FEB.

Tal aproximação, à primeira vista natural, pode ser observada a partir da análise dos livros, relatos de memória e das próprias atas das associações, que relatam as relações institucionais. No que tange a parte dos eventos comemorativos, segundo Ferraz, é nitidamente observável a progressiva militarização dessas celebrações. Para o autor, a guinada desse processo se dá após o afamado desfile do silêncio, já relatado no presente trabalho.²⁶⁶

Analisar as relações das seções regionais de Juiz de Fora, tanto da AECB quanto da ANVFEB, com as instituições militares é um ponto importante para a trajetória proposta. A AECB de Juiz de Fora, nos primeiros passos de sua institucionalização, não apresentava, em suma, uma direção composta por militares da ativa. Fundada a partir da iniciativa de um civil, a mesa diretora da agremiação, à época de sua fundação, era formada por uma maioria de expedicionários.

Se levarmos em conta o contexto de institucionalização da sede regional, ao se intitular e subscreverem a ata de fundação da agremiação como “expedicionários” e não com o posto ou graduação da instituição militar, fica mais concreta a hipótese de que a mesa diretora da AECB-JF era, em suma, composta por civis que já haviam passado pelo processo de desmobilização.²⁶⁷

A aproximação da agremiação com as instituições militares é cada vez mais notada, a partir das eleições da diretoria seguinte. No pleito realizado em fevereiro de 1948, a respeito

²⁶⁶ FERRAZ, Francisco César Alves. *Op. Cit.*, 2012. p. 294.

²⁶⁷ A composição da mesa diretora da AECB seção Juiz de Fora decidida por aclamação na primeira reunião da agremiação ficou assim organizada: Presidente de Honra: Marechal Mascarenhas de Moraes; Presidente Executivo: Professor J. H. Vianna Júnior; 1º Vice-Presidente: Expedicionário Adson Marques; 2º Vice-Presidente: Expedicionário José João da Silva; 1º Secretário: Jornalista José Filástrio Ricardo de Albuquerque; 2º Secretário: Expedicionário Romeu de Matos Viana; 1º Tesoureiro: Expedicionário Adailton Garcia; 2º Tesoureiro: Expedicionário Sinval de Oliveira; Orador Oficial: Professor Nelson Evangelista.

dos cargos diretivos principais postos em votação (Presidente, Vice-Presidente, Secretários e Tesoureiros), todos foram ocupados por militares da ativa. Dos demais cargos (Secretários de Assistência, Finanças, Intercambio e Cultura, Propaganda e Publicidade e Recreação e Esportes) somente dois Ex-Combatentes foram eleitos.²⁶⁸

À medida que a diretoria se aproximava cada vez mais das instituições militares, os ramos cerimoniais e assistencialistas da agremiação também migravam em direção a uma maior aproximação. O caráter assistencialista, já ressaltado no trabalho, era a que mais se aproximava das instituições militares, à medida que, em diversas vezes se é referenciado na documentação o auxílio concedido pelo corpo médico do exército no sentido de fornecer leitos e tratamentos médicos aos membros da associação.

Considerar a aproximação da AECB com o Exército e instituições militares em Juiz de Fora é importante, já que, por ser pioneira, é a AECB que estreitará os laços entre instituição militar e os Ex-Combatentes. Como a ANVFEB surge na cidade somente na década de 1970, esta já nascerá com um parâmetro de comportamento e um discurso apologético as instituições. É necessário considerar também que, a partir da fusão das associações, há um intercâmbio, não só de significados, mas também, de redes de contato.

A documentação produzida pela associação de Juiz de Fora farta nos primeiros anos da AECB, dá indícios, portanto, de que há um processo de incorporação das rotinas militares às comemorações sobre a participação do Brasil na guerra. A Inauguração do monumento, em 1950²⁶⁹, e os desfiles em paradas militares, a partir de 1952, exemplificam a proximidade das entidades com as Forças Armadas. Podemos destacar também a série de festividades e eventos que compreendem a semana da Pátria, de 25 agosto, dia do soldado e aniversário de Duque de Caxias, patrono do Exército, até os desfiles em homenagem a independência do Brasil, sete de setembro, estes eventos majoritariamente ocorridos no interior dos quartéis, contavam com a presença massiva de membros da associação.²⁷⁰

Tentar mapear alguns desses pontos de relação entre Ex-Combatentes, associações e instituições militares, pressupõe pensar a existência de uma comunhão de interesses entre esses grupos. Para os Ex-Combatentes, a aproximação com as instituições era produtiva, à medida que estas possuíam uma gama de recursos que os auxiliariam em preservar a memória da FEB. Ao passo que, para as Forças Armadas, as vitórias militares são importantes e representam pontos de uma tradição que é indispensável para a coesão do grupo.

²⁶⁸ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 19 de fevereiro de 1948, Livro nº 1, p. 36.

²⁶⁹ MONUMENTO ao Expedicionário. *Diário mercantil*, Juiz de Fora 24 de maio de 1950. Ano XXXIX. p.1

²⁷⁰ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 02 de agosto de 1956, Livro nº 2, p. 14.

A comunhão de interesses entre o Exército e as associações, passando por toda a questão relacionada com a utilização do discurso de memória da atuação da FEB na Itália, nos leva ao questionamento: Como e em que circunstâncias ocorreram o engajamento desses veteranos e, por conseguinte, do discurso de memória no regime militar brasileiro vivenciado a partir de 1964?

Para tanto, é necessário se considerar o papel da cidade mineira de Juiz de Fora na articulação do movimento que instituiria a Ditadura Civil-Militar a partir de 1964. Papel que deve ser pensado também é o do general Olympio Mourão Filho que, além de ter integrado o 5º escalão da FEB, foi um dos articuladores do movimento que instituiria o governo militar. Mourão era, à época, comandante da 4ª Região Militar do I exército sediada em Juiz de Fora.

271

A AECB-JF já encampava o discurso de combate ao comunismo interacional desde muito antes da tomada do poder pelos militares. Minutos de silêncio aos “companheiros que tombaram na luta contra a Intentona Comunista”²⁷² ou amplo apoio concedido a projetos de se destituir o Conselho Nacional da AECB expurgando-o do comunismo²⁷³ eram algumas das falas registradas em reuniões. Dando um salto de alguns anos, uma vez desencadeado o golpe militar em 1964, os dias que se sucedem a ele trazem à tona o pedido de demissão do presidente em exercício da associação Francisco de Paula Fonseca.²⁷⁴

A escolha de Francisco Fonseca para seu segundo mandato como presidente da agremiação é um ponto interessante de ser considerado. Em seu discurso de posse, Fonseca deixava claro o bom rumo que a agremiação teria tomado em seu último mandato. O discurso do presidente reeleito ressaltava a autonomia da assembleia que, de acordo com o estatuto interno, possuía a prerrogativa de desfazer a diretoria e convocar novas eleições. A constatação de Fonseca deve-se, em parte, à sua condição no momento de sua reeleição, o Ex-Combatente se encontrava como 3º suplente da câmara dos vereadores da cidade.²⁷⁵

Tão logo, procede o golpe militar de 1964 e o quadro muda repentinamente, tanto na associação, quanto na câmara dos vereadores de Juiz de Fora. Na associação, o presidente Francisco de Paula Fonseca enviou uma carta para ser lida na sessão extraordinária em 19 de

²⁷¹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 31/08/2018. Verbete CPDOC

²⁷² AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 28 de novembro de 1948, Livro nº 1, p. 57.

²⁷³ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 17 de abril de 1949, Livro nº 1, p. 62.

²⁷⁴ Francisco de Paula Fonseca, Ex-Combatente da FEB, político pelo PTB e alto funcionário da Receita Federal em Juiz de Fora, foi eleito presidente da associação, para seu segundo mandato em votação no dia 02 de dezembro de 1962. Sob sua direção, a AECB-JF, se manteve nas práticas comuns já dotadas desde sua criação participando de eventos importantes como a 9ª convenção nacional dos Ex-Combatentes, em Curitiba.

²⁷⁵ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 16 de dezembro de 1962, p.08.

abril de 1964. Tal comunicado dava, a saber, a solicitação de sua demissão do cargo de presidente e do corpo social da AECB. Segundo Fonseca,

Tendo em vista os últimos acontecimentos políticos no país, dos quais envolveram-me injustamente e sendo essa magna entidade inteiramente apolítica vi por bem solicitar a Vossas Excelências a demissão do cargo de presidente e até mesmo de sócio.²⁷⁶

Com a demissão de Fonseca o cargo de presidente da agremiação passa para seu vice, Adalberto José de Oliveira. A demissão de Francisco de Paula Fonseca e a posse de Adalberto podem, à primeira vista, se tratar de algo corriqueiro nos destinos administrativos da agremiação. Entretanto, Adalberto afirmaria mais tarde que “Sentiu-se extremamente satisfeito quando em 1964, fui designado pelo General Mourão Filho para assumir a presidência da Associação dos Ex-Combatentes.”²⁷⁷ Outro ponto que merece ser destacado, é o fato de que Francisco de Paula Fonseca era, naquele momento, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente destituído João Goulart.

A escolha do presidente da associação por um militar de alta patente, que possuía estreitas relações com a intervenção do exército nos destinos políticos do país, reforça a hipótese de que as relações entre associações e Forças Armadas extrapolavam o caráter simbólico e assistencial, no sentido de que, apesar de também ser veterano da FEB, Mourão Filho opinava ativamente nos quadros de sócios da AECB-JF.

Empossada a nova presidência e com a chegada das notícias em torno da posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, também Ex-Combatente da FEB, para a presidência da república, foi lida uma ordem do dia escrita pelo Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, no qual já se relacionava a vitória da FEB na Itália com o combate ao “perigo vermelho”. Segundo o trecho relatado “Com o esforço invencível de Montese que a nação brasileira com Deus e a Liberdade e dentro da democracia fortalecida e moralizada pela vitória sobre o totalitarismo comunista, inicia realmente a grande etapa de reformas democráticas”.²⁷⁸

Com a instauração do governo militar, a cidade de Juiz de Fora vivenciou um verdadeiro expurgo que começou com a prisão de diversos opositores e incluiu a cassação de mandatos na câmara dos vereadores da cidade. De acordo com Bárbara Vital, o retorno de Mourão Filho à cidade de Juiz de Fora irá representar o início de uma verdadeira “caça às

²⁷⁶ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 19 de abril de 1964, p.36.

²⁷⁷ AS ESTÓRIAS que a FEB escreveu: Depoimento do veterano Adalberto José de Oliveira. Revista *O Lince*, n. 1609, setembro de 1976. p. 24.

²⁷⁸ AECB-JF. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria*. Juiz de Fora, 19 de abril de 1964, p.37.

bruxas”. A pressão exercida por Mourão Filho irá resultar na cassação de quatro vereadores ligados ao PTB e ao deputado Clodesmidt Riani que, àquela altura, já estava preso.²⁷⁹

A caça às bruxas, promovida no legislativo municipal, contará com a participação direta ou indiretamente de três militares outrora envolvidos com a FEB. Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, ficará responsável por pressionar o legislativo municipal que, de acordo com Barbara Oliveira, numa reunião a portas fechadas e vigiadas por agentes militares, votará a toque de urgência a cassação de mandatos de quatro dos cinco vereadores tidos como comunistas.²⁸⁰ Dante Antônio Pereira, vereador pelo PL, Ex-Combatente da FEB e outrora membro da AECB, foi o relator do processo em favor encerramento dos mandatos e a consequente posse de Francisco de Paula Fonseca, agora Ex-Presidente da AECB, que assume como suplente da câmara dos vereadores de Juiz de Fora.

Essa relação de apoio mútuo entre as lideranças das associações e os governos militares acaba por consolidar uma imagem da FEB e de seus combatentes como parte integrante do regime inaugurado em 1964.²⁸¹ Embora essa relação seja feita, é necessário que entendamos e ressaltamos que, em diversas vezes, Ex-Combatentes da FEB e da FAB tiveram seus direitos caçados e foram perseguidos pelo próprio regime. Alguns exemplos podem ser destacados como os casos relatados por de Jacob Gorender²⁸², Boris Schnaiderman²⁸³ e também o então Brigadeiro Rui Moreira Lima²⁸⁴, que se viram em meio a perseguições e cobranças por esclarecimentos de suas convicções políticas.

Outro caso também muito repercutido nos noticiários da época, diz respeito ao de Dilermando Melo do Nascimento, tenente da reserva do Exército e veterano da Força Expedicionária Brasileira. Segundo Elio Gaspari, o Ex-Combatente foi uma das vinte vítimas ao longo do ano de 1964. Dilermando, depois um longo interrogatório na sede do próprio ministério da justiça, onde ocupava um cargo no governo de Goulart, se jogou do quarto

²⁷⁹ O deputado Clodesmidt Riani, citado por Bárbara, era político influente no PTB e com o decreto do Ato Institucional nº 1 teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Riani já havia participado das reuniões da AECB em março de 1963. Recebido com salva de palmas na sessão, o deputado mineiro, discursou sobre a nomeação de Ex-Combatentes a cargos públicos, prometendo ser uma ponte entre os Ex-Combatentes e o presidente João Goulart.

²⁸⁰ OLIVEIRA, Bárbara Vital de Matos. *A Câmara Municipal de Juiz de Fora no Período Autoritário (1964-1985): impactos sobre a instituição e a dinâmica político eleitoral*, Dissertação (Mestrado em História) – Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. p.59.

²⁸¹ FERRAZ, Francisco César Alves. *op. cit.*, 2012. p.284.

²⁸² FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Paulo de Tarso. Memória: Jacob Gorender – O PCB, a FEB e o Marxismo. In: *Teoria e Debate* nº 11; julho a setembro de 1990. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-jacob-gorender-o-pcb-feb-e-o-marxis>. Acesso em: 01/09/2018

²⁸³ MARCOLIN, Neldson. *Op. cit.*, p. 26.

²⁸⁴ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um militar exemplar. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ed. 116. Maio de 2015.

andar, tendo deixado um bilhete onde dizia: “Basta de tortura mental. Basta de desmoralização.”²⁸⁵

O Jornal *Última Hora* noticiou em agosto de 1964 a morte de Dilermando Melo do Nascimento. Ao noticiário, a esposa de Dilermando declarou que o marido vinha sofrendo perseguições e estava sendo mantido preso. Por seu turno, um dos responsáveis pelo interrogatório de Dilermando, o Coronel Turola, afirmou que o veterano não estava sendo mantido preso, embora, desde o dia 11 do ano corrente, dormia em uma das dependências do IPM.

Sobre o suicídio o depoimento prestado pelo Coronel foi rico em detalhes, mas pouco esclarecedor. Turola declarou que Dilermando havia saído com alguns policiais para comprar jornais e tomar café e voltando à sala:

Após bater à porta, cuja maçaneta, emperrada, torna difícil abri-la pelo lado de fora, jogou-se pela janela estatelando-se na área interna do edifício. Na ante-sala encontravam-se quase todos os membros do IPM e da Comissão Especial de Inquérito, que nada, entretanto, puderam fazer para salvá-lo.²⁸⁶

Embora haja exemplos destacados de diversas formas, não se pode constatar que ocorreu, durante o Regime Militar (1964-1985), uma supervalorização da memória da FEB no Brasil. Refletir sobre os abusos acerca dessa memória de guerra, encampada e construída pelos grupos de veteranos dentro e fora das associações, é um exercício produtivo, já que auxilia a entender como a memória em torno da participação da FEB, outrora intitulada a vanguarda armada brasileira contra o totalitarismo e em prol da democracia, pode ser flexionada e relacionada com o regime militar que pregou a exceção, suspensão de direitos políticos e perseguição a opositores.

Nesse sentido, uma das comemorações ocorridas em Juiz de Fora no transcurso do 30º aniversário do embarque da FEB para a Itália é um dos exemplos da mobilização desses discursos. Na solenidade, o cel. Otávio Luiz Rezende ressaltou que: “Por herança somos todos os mesmos soldados: os que voltaram trazendo a mesma ideia, com a mesma determinação. Liberdade em 08 de maio de 1945. Liberdade em 31 de março de 1964.”²⁸⁷

Concomitante a aproximação dos dois lados, o que se nota é que, para os Ex-Combatentes, a incorporação dessas memórias pelas instituições não se configurou em uma

²⁸⁵ O caso emblemático de Dilermando Melo do Nascimento é relatado em GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 154.

²⁸⁶ PRACINHAS acompanham o enterro do herói da FEB vítima do Inquérito. *Última hora*, Rio de Janeiro 17 de agosto de 1964. ed. A01362. p.2

²⁸⁷ CORONEL exalta a participação dos expedicionários na guerra. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora 09 de maio de 1974. Recorte afixado no Livro de Registros históricos da ANVFEB-JF, p. 07.

presença mais efetiva ou em um aumento das comemorações em torno da FEB, muito pelo contrário, a apropriação da simbologia reforça a hipótese que a relação quase indissociável entre a FEB e essas instituições acabou por enclausurar essa memória em um ambiente militar.

O caráter cada vez mais militarizado que passou a fazer parte das comemorações e monumentos, somados a incorporação de significados e valores da luta da FEB à retórica que embasou os militares no golpe de 1964 evidenciou, ainda mais, esta fratura e o distanciamento com a população civil. Não restam dúvidas que a imediata relação feita entre o golpe civil-militar e a memória da FEB acabou por atribuir, a esta última, alguma parcela de culpa pelos acontecidos, a partir de abril de 1964.

Para Adriane Piovezan, a aproximação dos veteranos brasileiros com as instituições militares na busca de um respaldo institucional, acaba por exercer uma força contrária ao que foi pensado pelas associações. A historiadora identifica que o silêncio em torno da participação da FEB na guerra e sua ausência no imaginário da população se referem, em certa medida, ao trauma causado pelo regime militar, uma vez que as referências ao tema, suas comemorações e até mesmo os monumentos acabam por sofrer, ou com as duras críticas, ou com a invisibilidade social²⁸⁸.

3.3 - A memória dos próximos: Os familiares como agentes de memória

Conquanto o sentido das análises apontadas até este momento pautaram-se em entender a perspectiva da construção coletiva da memória, é oportuno apontar que, em se tratando dos grupos nos quais os indivíduos se inserem ao longo da vida, a família é, sem dúvida, o primeiro deles. Sendo assim, nos interessa nesta altura da presente análise o compartilhamento das impressões e lembranças dos veteranos brasileiros com seus cônjuges, filhos e parentes próximos.

Dessa forma, neste tópico iremos mobilizar entrevistas realizadas com alguns filhos dos veteranos da FEB, na tentativa de entender como se dava no interior da organização familiar a transmissão das memórias desses indivíduos. Essa abordagem é pertinente ao tema central desse estudo, à medida que irá suscitar uma série de questões relacionadas ao ato de comunicar as narrativas de memória dos veteranos, bem como entender como seus filhos

²⁸⁸ PIOVEZAN, Adriane. *Op. Cit.*, p. 219.

foram inseridos nas associações, comemorações e monumentos, passando a atuar junto à memória pública da FEB se tornando também agentes dessa memória.

Os veteranos brasileiros, mesmo enquanto estavam em combate, mantinham contato com suas famílias e também com as chamadas “madrinhas de guerra”, assim transmitiam através das poucas oportunidades, em meio aos combates na Itália, e também em meio às dificuldades inerentes, a atuação implacável dos censores no Estado Novo, suas impressões sobre a guerra às suas famílias e também ao círculo social mais próximo a elas.

Uma vez já garantida a vitória das nações unidas no *front* europeu da Segunda Guerra Mundial, e também em meio as festividades de recepção dos escalões da FEB, o *Diário Mercantil*, órgão de imprensa local, interessado nas primeiras impressões advindas dos próprios soldados, realizou uma campanha na cidade mineira na qual convidava as famílias a contribuírem com informações sobre a atuação de seus entes junto à FEB, para que fossem publicadas no periódico.²⁸⁹ Os relatos enviados preenchem as páginas das edições subsequentes ao convite e, em meio as homenagens da sociedade civil e comerciantes da cidade (Figura 16), a população poderia sanar a curiosidade imediata de relatos sobre a guerra.

O que confere a essas memórias, transmitidas no seio familiar, uma força especial, é a sua perpetuação através das gerações. Atualmente, os potenciais agentes de memória relacionados a essa transmissão das memórias relacionadas à FEB, são os filhos dos veteranos. Nascidos nas décadas posteriores à participação de seus pais na guerra, ao tomarem contato com as histórias da família, se tornaram os principais transmissores dessas memórias.

Segundo Ecléa Bosi, uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência dos mais diversos tipos. Familiares, escolares ou profissionais, são esses os laços que envolvem a memória de seus membros que acrescentam ou subtraem experiências, podendo também unificar, corrigir e diferenciar detalhes desse passado. É vivendo no interior de um grupo que podemos acompanhar as diversas mudanças da memória coletiva, devido ao fato desta estar sempre em transformação.²⁹⁰

Nesse sentido, quando lançamos mão do conceito de memória coletiva, cunhado por Maurice Halbwachs para entender a relação entre os indivíduos e os grupos nos quais estes se inserem, é de fundamental importância que compreendamos o sentimento de pertença dos primeiros aos últimos, e o potencial de coesão que fundamenta a existência destes grupos

²⁸⁹ AS FAMÍLIAS dos Expedicionários de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora. 12 de outubro de 1945. Ano. XXXIV. Num. 9887. p. 02.

²⁹⁰ BOSI, Ecléa. *Op. Cit.*, p. 411.

perpassam pelas dinâmicas de transmissão de memórias. Em se tratando da organização familiar, assunto discutido nesse momento, essas dinâmicas de transmissão decorrem, principalmente, da ocorrência de rememorações em conjunto. Sendo assim, fica claro que, quando se refere à transmissão dessas memórias familiares, a organização familiar ocupa, ao mesmo tempo, o lugar do grupo, ou espaço no qual acessamos as recordações, e objeto da recordação em si.

As histórias contadas pelos mais velhos parecem fascinantes aos ouvidos e imaginação dos mais jovens, e a transmissão das memórias da família, além de reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo, também define as diferenças entre os grupos que ocupam o mesmo espaço geográfico. O ato de transmitir as memórias do grupo no interior da organização familiar fundamenta a transmissão dos imperativos daquela organização. Segundo Bosi, “aqueles episódios que todos gostam de repetir, pois a atuação de um parente parece definir a natureza íntima da família, fica sendo uma atitude-símbolo. Reconstruir o episódio é transmitir a moral do grupo e inspirar os menores.”²⁹¹

Nos depoimentos colhidos junto aos nossos colaboradores e elencados nessa pesquisa, buscamos identificar, em primeiro lugar, as características inerentes a transmissão das memórias relacionadas a FEB entre as gerações. Os participantes, ao serem questionados sobre a ocorrência de relatos oriundos da experiência de guerra de seus pais nas conversas de família, afirmaram que, por mais que essas memórias estivessem sempre presentes, os relatos que envolviam à experiência de seus pais com a FEB não eram repetidos a exaustão.

Isaete Leal registrou em seu depoimento que as histórias da família relacionadas à presença do pai junto à FEB lhe foram transmitidas, primeiramente, por sua mãe. “Meu pai nunca gostou muito de falar sobre a guerra, mas desde criança eu sabia por que minha mãe me contava e eu, tinha muito orgulho disso. Foi só em 2008, quando minha mãe ficou muito doente que ele foi falar da guerra e eu comecei a colher esses depoimentos e acabei fazendo um livro.”²⁹²

No mesmo sentido, Wilson Lacerda aponta que o pai, Wellington Lacerda, “Não se vangloriava e ficava falando isso pra todo mundo. Lá em Carangola, todo mundo sabia que ele tinha ido à Itália e lá em casa, sempre iam alunos, professores e o pessoal do tiro de guerra. Mas ele não ficava contando vantagem que “eu fiz isso ou aquilo”, isso aí ele não falava definitivamente.”²⁹³

²⁹¹ *Ibidem.*, p. 424.

²⁹² Maria Isaete Brito Leal. Entrevista ao autor, Viçosa, 09 abril. 2019.

²⁹³ Wilson Carlos Abrantes de Lacerda. Entrevista ao autor, Viçosa, 06 abril. 2019.

Ao passo que a transmissão desses relatos passa a ser de fundamental importância para a sobrevivência dessas memórias, é oportuno reafirmar que o compartilhamento dessas impressões está relacionada além da disponibilidade de uma escuta ao compartilhamento de memórias oriundas de episódios traumáticos. Segundo Pollack, desconsiderando as razões de ordem política, as motivações mais importantes referentes a este silêncio são aquelas de ordem pessoal que muitas vezes podem se referir a uma tentativa de poupar seus filhos das lembranças traumáticas dos pais.²⁹⁴

“Na minha casa não se tocava no assunto de guerra eu preferia não falar. Quando tinha alguma solenidade, a gente falava tudo o que tinha para falar e ponto.”²⁹⁵ Os silêncios percebidos na fala de Antônio Inham são corroborados por sua filha. Fátima Regina Inham, que diz não se recordar de muitos momentos em sua infância nos quais seu pai narrava suas experiências durante os combates na Itália. A colaboradora apontou que somente após atingir certo grau de maturidade é que conseguiu, através do cruzamento de depoimentos de membros da família, amigos e parentes próximos, entender um pouco sobre os episódios que seu pai se envolvera na Itália.²⁹⁶

No mesmo curso, Ana Maria dos Reis Schreider, filha de Antônio José dos Reis, apontou: “Meu pai nunca foi muito de comentar sobre a guerra enquanto éramos crianças. Ele era muito calado, e às vezes falava que era um Ex-Combatente, mas não explicava o que era ser ‘Ex-Combatente’. Eu me lembro que meu pai começou a falar um pouco sobre a guerra a partir de 1975. Eu me lembro de 1975 porque eu já tinha minha filha.”²⁹⁷

Na contra mão dos depoimentos acima elencados, Maria Margareth Henriques da Silva Nicodemos, filha do Veterano José Maria da Silva Nicodemos, também colaborador dessa pesquisa, e Mário Pereira, relataram que as narrativas sobre a atuação de seus pais na guerra sempre estiveram presentes em suas vidas. Margareth apontou que “A vida inteira meu pai relatou sobre a guerra e nunca teve maiores problemas com isso.”²⁹⁸

Para Mário Pereira:

Ao longo da minha vida sempre ouvia meu pai contar as histórias da guerra, mesmo saindo no passeio ao domingo quando a gente subia a montanha eram inevitáveis os contos relacionados à guerra, então passei absorver esta história em doses homeopáticas mas constantes. Estes contos chegavam sempre até um certo ponto e depois ele parava, calava e ficava sombrio, como não querendo mais lembrar daquilo. Eu me lembro bem que quando chegava no sopé do Monte Castelo ele

²⁹⁴ POLLAK, Michael. *Op. Cit.*, p. 06.

²⁹⁵ Antônio de Pádua Inham. Entrevista ao autor, Juiz de fora, 10 de junho de 2019

²⁹⁶ Fátima Regina Inham. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 18 julho. 2018.

²⁹⁷ Ana Maria Reis Schreider. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

²⁹⁸ Maria Margareth Henriques da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

começava chorar, alegando que via as cenas da guerra e os companheiros feridos e mortos naquele lugar.”²⁹⁹

Os colaboradores aqui elencados foram selecionados a partir de sua atuação pública como guardiães das histórias de suas famílias, e também por serem oriundos de uma segunda geração de agentes das memórias relacionadas à FEB. As entrevistas foram colhidas através da organização de questionários semiestruturados, nos quais procuramos evidenciar os meandros do processo de transmissão das memórias relacionadas à FEB no interior da organização familiar, sem perder de vista as motivações que alguns dos colaboradores possuem para atuar como os divulgadores dessas memórias.

Fátima Regina Inham é filha do veterano da FEB e atual presidente da ANVFEB-JF, Antônio de Pádua Inham. Nascida em 1954, na cidade de Juiz de Fora, Fátima desempenha atualmente a função de secretária da ANVFEB-JF, atuando juntamente com os veteranos, suas famílias, sócios e pesquisadores interessados em trabalhar com os arquivos relacionados às duas agremiações na cidade. Atualmente, Fátima administra a associação e foi o contato direto para as pesquisas realizadas nos arquivos da entidade.

Wilson Lacerda, filho do veterano Wellington Lacerda, reside na cidade de Viçosa-MG. Nascido em Carangola-MG em 1962, Wilson conserva as lembranças relacionadas à participação junto a FEB de seu falecido pai em um acervo próprio localizado em sua residência. Medalhas, certificados, matérias de jornais, uniformes da época, utensílios utilizados e um acervo riquíssimo de fotos capturadas por seu pai, durante sua passagem pela Itália, estão organizados e conservados em um museu particular, compondo uma narrativa sobre a passagem da FEB pela Itália. Mobilizando essas memórias, Wilson Lacerda realizou durante muito tempo palestras e exposições de seu acervo em instituições militares e de ensino em Viçosa e cidades próximas.

Maria Isalete Brito Leal, ou somente Isalete Leal, como gosta de ser chamada, é nascida na cidade de Valença-RJ em 1961. Filha do veterano da FEB, Francisco Conceição Leal, Isalete é autora do livro intitulado “Histórias de um pracinha da Segunda Guerra Mundial: Memórias do meu pai”, no qual narra as principais memórias e depoimentos cedidos por seu pai ao longo da vida. Isalete que desempenha funções junto às associações no estado do Rio de Janeiro, participa de formaturas militares e encontros de veteranos da FEB, atendeu prontamente o convite para ceder seu depoimento que foi gravado via chamada telefônica em abril de 2019.

²⁹⁹ Mário Pereira. Entrevista via correspondência eletrônica. 05 abril. 2019.

Mário Pereira é nascido na cidade de Pistóia na região da Toscana Itália, no ano de 1959. Miguel Pereira, seu pai, desempenhou até seu falecimento em fevereiro de 2003 a função de guardião do Monumento Votivo na cidade, localizado onde até 1960, fora o antigo cemitério militar brasileiro. Mário Pereira é tido como uma referência devido a sua atuação como agente público das memórias relacionadas à atuação da FEB, tanto na Itália como no Brasil. Realizando palestras e coordenando visitas guiadas, não só ao monumento votivo, mas, também, nos “mais 50 pontos entre placas e monumentos que ressaltam a participação do nosso país na Segunda Guerra Mundial.”³⁰⁰ Mário cedeu sua colaboração para esta pesquisa através de um questionário enviado e respondido por correio eletrônico.

Ana Maria Reis Schreider é filha do já falecido veterano da FEB Antônio José dos Reis. Residente em Juiz de Fora, Ana Maria nasceu em 1947 e acompanhou durante boa parte de sua vida as atividades desempenhadas por seu pai junto às associações de Juiz de Fora, chegando até a morar na sede da agremiação.

Maria Margareth Henriques da Silva Nicodemos é filha do veterano José Maria da Silva Nicodemos. Nascida em Juiz de Fora em 1949, Maria Margareth foi entrevistada na sede da ANVFEB-JF, onde acompanhou seu pai durante a sua colaboração para esta pesquisa.

Comum entre os entrevistados é o papel que eles ocupam no interior da estrutura familiar. Espécie de guardiães da memória, esses agentes parecem estar cientes de sua característica mais evidente, ou seja, sua transformação ao longo do tempo. Estes personagens perceberam cada um a seu tempo, haver uma necessidade iminente de zelar e transmitir as memórias de seus pais. De acordo com Myriam Moraes, são inúmeras as motivações para que esses agentes tomem consciência de sua função no interior da organização familiar. A morte de um parente próximo, o crescimento dos filhos, um membro da família que percebe sua posição peculiar na organização social são, via de regra, os mais apontados.³⁰¹

Wilson Lacerda registrou em seu depoimento que, no seu caso, a necessidade de tomar para si o papel de agente das memórias de seu pai surgiu quando este, no fim da vida, já não podia mais comparecer em homenagens e comemorações. Concomitante a essa limitação de seu genitor, Wilson começou a representá-lo nesses eventos direcionados a rememorar a participação da FEB na guerra. Segundo Lacerda, foi em um desses eventos que um veterano, amigo de seu pai, pediu a palavra e

Contou a história do meu pai para todo mundo dizendo, que meu pai foi um herói de guerra que ele cumpriu a obrigação dele ali no pé da letra e não tinha negócio de

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 38.

granada ou tiro. Ele disse que o pai era um exemplo de homem e funcionário. Foi naquele momento, que realmente vi a importância e o perigo da função que meu pai desempenhou na guerra, porque eu não sabia disso e fiquei sabendo de uma pessoa que antes eu nem conhecia. Esse Ex-Combatente ficou uns 15 minutos falando e foi ali que eu vi que era importante manter a história dele então, eu combinei com meus irmãos de ficar com as coisas dele e guardar tudo.³⁰²

Isaete Leal, mostrando uma caixa repleta de artefatos relacionados a participação do seu pai junto à FEB, considera que a atuação dos filhos e filhas é fundamental na divulgação e conservação dessas memórias. Segundo a colaboradora, o perigo iminente do desaparecimento dessa “parte da história” foi e, ainda é, sua a preocupação e motivação principal para continuar com seu trabalho.

Quando eu comecei a cuidar da memória do meu pai, meus filhos já estavam crescidos e criados cada um com sua família. Eu comecei com isso, e o pessoal chegou a falar que eu era louca e que era desnecessário. Os pracinhas não tiveram reconhecimento nenhum quando voltaram e sua participação na guerra, aos poucos, foi sendo abafada. Então, os brasileiros não deram muito valor pra eles. É só você olhar como o americano respeita os veteranos deles, aqui no Brasil não tem isso.³⁰³

Um dos pontos fundamentais que pôde ser percebido nas falas dos entrevistados se refere à natural comparação entre a difusão e a valorização do significado das memórias relacionadas à FEB, no território italiano e aqui no Brasil. Isaete Leal, Fátima Inham e Wilson Lacerda ressaltaram haver uma presença mais efetiva da memória da FEB na Europa sendo que, para ambos os entrevistados no Brasil, pouca gente sabe sobre o assunto.

Para Fátima Inham, que faz questão de presenciar as comemorações realizadas na cidade de Montese, na Itália, essas rememorações e comemorações são simbólicas, uma vez que transmite uma sensação de que a população da cidade é grata pela atuação dos brasileiros na libertação da cidade. Segundo seu depoimento,

Montese que é o lugar que a gente vai inclusive o pai depois que retornou lá a primeira vez, passou a ir praticamente todos os anos. Meu desejo é dar continuidade a isso e inclusive ele até faz questão que eu vá para representa-lo. É gratificante demais porque aí você vê mesmo, de fato, o agradecimento que eles tem sabe? Porque a gente fica em Montese, lá é que tem a “festa da libertação de Montese” onde eles tem um monumento ao Ex-Combatente brasileiro. Então, nesse monumento é feito, todo ano, uma celebração onde o padre dá a benção, realizam diversas homenagens e há uma entrega de medalhas. Os habitantes da cidade comparecem, e acompanham o desfile inteiro aplaudindo. Aqui no Brasil, eu acho que é muito pouco difundida e muito pouco valorizada, muito pouco... muito pouco. Aqui em Juiz de Fora, se você perguntar sobre aquele monumento que está lá na praça, do soldado, eles não sabem.³⁰⁴

³⁰² *Ibidem.*

³⁰³ Maria Isaete Brito Leal. Entrevista ao autor, Viçosa, 09 abr. 2019.

³⁰⁴ Fátima Regina Inham. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 18 jul. 2018.

No mesmo sentido, Isalete Leal aponta para essa discrepância em torno da difusão e do potencial engajamento da população e a posterior valorização dessas memórias. Para Isalete, percorrer os caminhos pelos quais a FEB passou na Itália e que hoje fazem parte de um roteiro turístico, foi uma experiência extremamente positiva. Entretanto, o que mais chamou sua atenção foi ver as comemorações e desfiles na cidade de Montese e, principalmente, “as crianças cantando o hino do expedicionário.”³⁰⁵

Wilson Lacerda, por seu turno, considera que o fato dos expedicionários estarem em processo natural de desaparecimento faz com que, aos poucos, o processo de esquecimento aumente. Entretanto, para ele, esse processo é menos aparente na Itália. Diferente dos colaboradores acima, nem Wilson Lacerda, nem seu pai retornaram à Itália após a guerra, mas, apesar disso, Wilson afirma categoricamente que na Itália “isso não morre não, lá eles são bem gratos aos brasileiros, tem vídeos de crianças cantando o hino da FEB, professores falando sobre a FEB, mas agora aqui no Brasil eu não sei.”³⁰⁶

Questionado sobre esse ponto, Mário Pereira considera essa presença efetiva das memórias com certas ressalvas. Indo de encontro aos depoimentos acima, para Mário, o Brasil deixa a desejar em relação a gestão dessas memórias, entretanto, a situação não é a melhor possível na Europa. Segundo o entrevistado:

Aqui na Itália a memória é muito viva nos lugares que foram cenários das batalhas, mas fora esta pequena região, por onde os brasileiros passaram, a atuação da FEB na II GM é praticamente desconhecida. Eu sou sozinho na guarda do Monumento, sou único que faz pesquisa, único que faz palestras, único que viaja pra cá e pra lá gratuitamente (pois todos acham - como deveria ser - que a embaixada me custeia por isto) ministrando palestras. Interessante é que quando consigo um público novo que não conhece essa história, todo mundo fica admirado de como o Brasil não aproveita deste êxito tão grande que a FEB conseguiu. Afinal aqui também na Itália, fora da área onde o soldado brasileiro atuou, a FEB tem mais ausência do que presença.³⁰⁷

Nas entrevistas realizadas e supracitadas, identifica-se uma das características em comum e extremamente latente que permeia grande parte dos discursos apresentados pelos colaboradores. Estes homens e mulheres, que se posicionam como agentes de memória encarregados da transmissão desses relatos às gerações futuras, se portam como espécies de caixas de armazenamento e agentes ativos de recordação dos acontecimentos ligados à FEB e a história de suas famílias.

³⁰⁵ Maria Isalete Brito Leal. Entrevista ao autor, Viçosa, 09 abr. 2019.

³⁰⁶ Wilson Carlos Abrantes de Lacerda. Entrevista ao autor, Viçosa, 06 abr. 2019.

³⁰⁷ Mário Pereira. Entrevista via correspondência eletrônica. 05 abr. 2019. (Grifo no original).

Essa condição, própria a esses agentes de memórias, o situa em uma fronteira tênue que diz respeito à comunicação dos relatos de memória. Ao fazê-lo, transmite pontos de uma vivência coletiva à qual não estavam presentes, ou seja, a participação nas operações de guerra. Entretanto, comunicam também as suas memórias familiares, uma vez que, ao transmitirem suas narrativas sobre a participação do Brasil na guerra, estes homens e mulheres o fazem tendo como principal embasamento os relatos transmitidos, principalmente, por seus pais veteranos de guerra.

É de fundamental importância que se compreenda que a memória coletiva é estreitamente relacionada à comunicação, rememorar é, em suma, compor uma narrativa sobre o passado e comunicá-la, conferindo-lhe significados e mobilizando essas lembranças através dos materiais e referências que se encontram à disposição no presente de quem narra. O ato de transformar essa memória em comunicação e difundi-la, socialmente, acaba por formar uma rede de pessoas que compartilham entre si lembranças e características em comum.

De acordo com Aleida Assmann, podemos analisar a memória e sua aplicação ao longo do tempo em dois vieses principais. A memória *Ars*, para a autora, é aquela memória ligada ao campo da mnemotécnica e trata-se da capacidade dos seres humanos de reter dados, decorar uma ordem numérica, a letra de uma música, entre outros. Em outro caminho, encontra-se o que a autora chama de memória *Viris*, que se refere à memória como uma potência ligada ao ato de lembrar, tecer narrativas sobre suas experiências no passado e comunicá-las.³⁰⁸

Quando tentamos analisar o conteúdo, referente a memória “*Ars*”, este pode ser adquirido através da própria vivência do indivíduo ou ensinado. Entretanto, para que consigamos comunicar uma experiência ocorrida em tempos pretéritos, são necessários pelo menos alguns referenciais simbólicos importantes, que são transmitidos socialmente. Nesse sentido, e a partir dos dados já apresentados ao longo deste trabalho, é oportuno afirmar que, a sobrevivência de um grupo decorre da transmissão de seus valores, ideologias, formas de organização e representações sociais aos mais jovens.

A comunidade dos veteranos de guerra que, envolvidos com a FEB, se dirigiram ao *front* italiano, aos poucos chega perto do desaparecimento e, com a conclusão desse processo natural, procura-se tentar responder a seguinte questão: como e por quais meios as memórias relacionadas à FEB irão sobreviver e se propagar? Os atuais agentes dessa memória, os

³⁰⁸ ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Op. Cit.*, p. 33.

poucos veteranos de guerra ainda ativos e os familiares que se interessam por esse passado depositam suas expectativas nas gerações futuras. Para Isaete Leal, “Nós, as filhas e filhos, estamos fazendo o alicerce chamando os mais jovens, os adolescentes, os estudantes para as associações e são esses mais jovens, que vão continuar e abrir esse leque pra gente.”³⁰⁹

Wilson Lacerda ao ser questionado sobre o desaparecimento progressivo dos veteranos a manutenção das memórias sobre a FEB, respondeu que, ao seu ver, “Pouca gente vai manter essa história. Isso vai acabar, e aqui no Brasil isso já está acontecendo então, eu não posso te responder com exatidão como vai ficar daqui para frente.”³¹⁰

Por seu turno Ana Maria Reis concorda, em certo sentido, com Wilson. Segundo a depoente, “Eu não acredito que vá muito pra frente infelizmente, eu tenho que ser sincera. Nós os filhos e filhas de Ex-Combatentes já estamos na casa dos 70 anos, mas eu não sei, por exemplo, se associação vai continuar por muito tempo. Isso vai depender se eles começarem a arrebanhar mais pessoas.”³¹¹

Conquanto se procure refletir sobre os meios de transmissão das memórias relacionadas à FEB, ao menos no âmbito interno, as famílias encontram essas narrativas por meios mais efetivos. Nessas condições, os significados que mais são inerentes a essa transmissão, são os valores e bens simbólicos atribuídos às memórias dos avós que, na ótica dos pais, se convertem em ensinamentos caros à próxima geração.

O que meu pai falava pra gente, era o sofrimento que ele passou e a lição que ele tirou disso. Tudo que ele viveu lá, ele passou pra gente dessa forma ensinando a valorizar as coisas por que ele viu gente passando fome, amigos morrendo, etc. E é assim que eu passo para meus filhos no meu carro, por exemplo, tem a *cobra fumando* (se referindo ao dístico da FEB), meus filhos tem nas suas mochilas a *cobra fumando*. Os filhos dos veteranos já estão com seus 60 e poucos anos eu também e nós, como os expedicionários, vamos morrer. Daqui a uns 5 anos talvez menos, não vai ter mais nenhum Ex-Combatente vivo tanto que já não existe mais oficiais de alta patente da FEB vivos, então a gente não sabe. Eu acredito que isso vai ficar ali no cantinho da história.³¹²

A sobrevivência das memórias da participação da FEB, na Segunda Guerra Mundial, perpassa o trabalho desempenhado atualmente nas associações. Essas entidades, plano de fundo de toda essa pesquisa, atualmente, já não desempenham, em suma, um papel exclusivamente ligado aos auxílios burocráticos aos veteranos e seus familiares. Para Fátima Inham, o trabalho das associações é, sem dúvida, importante, sendo que uma de suas

³⁰⁹ Maria Isaete Brito Leal. Entrevista ao autor, Viçosa, 09 abr. 2019.

³¹⁰ Wilson Carlos Abrantes de Lacerda. Entrevista ao autor, Viçosa, 06 abr. 2019.

³¹¹ Ana Maria Reis Schreider. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

³¹² Wilson Carlos Abrantes de Lacerda. Entrevista ao autor, Viçosa, 06 abr. 2019.

principais preocupações, como funcionária da ANFEB-JF, é a manutenção das atividades na entidade. Em suas palavras:

A gente tenta fazer alguma coisa, por exemplo, no dia do Ex-Combatente, no dia da vitória... Às vezes o exército faz, as vezes a gente faz aqui algumas palestras, mas público mesmo quando a gente faz é do Exército. Nós mandamos convites para a faculdade de história e outras pessoas, mas aparece pouca gente então, as vezes nem compensa. Estamos tentando organizar um evento (no momento da entrevista, estava sendo planejado um festival de pizza que foi realizado posteriormente) e fazer uma exposição para ver se as viúvas voltam. Os encontros, as festas ocorrem, para tentar chamar o pessoal, as vezes, as pessoas sabem que podem estar em alguma foto antiga né? As fotos inclusive, vão ser desde a fundação da associação. Eu acho que é uma memória muito pouco difundida aqui na associação, quando o pai era mais ativo na presidência, ele, quando tinha alguma comemoração, ligava pra TV, para os jornais era raro até, mas um ou outro órgão de comunicação aparecia.³¹³

O contato com essas entidades é também um ponto de convergência nos relatos dos colaboradores. Os posicionamentos dos nossos entrevistados variavam em relações de proximidade e distanciamento. Enquanto que para Fátima Inham e Isalete Leal, Ana Maria Reis e Maria Margareth Nicodemos essa relação é presente até os dias de hoje e representa, para essas pessoas, grande parte de sua atuação como agentes, Wilson Lacerda deixou claro que chegou a frequentar algumas reuniões com o pai, mas que atualmente não faz parte dos quadros sociais de nenhuma entidade.

Mário Pereira registrou que o pai, por residir na Itália, não era presença nos quadros das associações, desempenhando suas funções junto ao monumento em Pistóia. Em vista disso, Mário não chegou a frequentar as entidades enquanto criança, no entanto, após adulto, realizou palestras e eventos em algumas sedes da ANVFEB.

As lembranças dos relatos da atuação de seus pais junto à FEB subsiste na consciência dos entrevistados. Estas ultrapassam a mera explicação dos fatos e ações dos pracinhas no teatro de operações da Itália, a vida de seus pais após a participação na guerra ou a análise de fotos e documentos amarelados pela ação do tempo. A construção de uma memória coletiva e sua transmissão é dependente da sobrevivência dos grupos que dela fazem uso e, é nesse sentido, que a atuação desses agentes é fundamental.

A memória é parte fundamental da existência dos seres humanos, sendo assim, permeia grande parte da relação destes com a passagem do tempo, nesse sentido, a produção de relatos e impressões dos seres humanos sobre os mais diversos assuntos servem, para o

³¹³ Fátima Regina Inham. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 18 jul. 2018. (Grifos do autor)

historiador, como fontes de apreensão e análises do passado. “A história, não se apaga com o fim daqueles que a escreveram.”³¹⁴

³¹⁴ ANVFEB-JF. Juiz de Fora, 06 de dezembro de 1993, Livro n.15. p. 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA

O presente trabalho, despendeu um esforço inerente ao próprio ofício do pesquisador em história no que se refere à coleta e seleção das fontes junto a diversos arquivos disponíveis na cidade de Juiz de Fora, principalmente àqueles ligados as associações de Ex-Combatentes da cidade. Nesse sentido, a pesquisa apresentada foi sendo desenvolvida mediante o processo de seleção e identificação destas fontes para que, servindo ao principal objetivo deste estudo, promovessemos uma análise crítica da memória coletiva construída pelas associações e reforçadas pelos monumentos utilizando como referências os estudos relacionados à memória coletiva já realizados. Como todo trabalho de pesquisa, este também possui lacunas e objetivos que, ao longo de todo processo, não puderam ser alcançados ou necessitaram de correções para se adequar as condições inerentes a essa pesquisa e as fontes que estavam disponíveis no momento.

Promover a análise e a coleta das memórias, principalmente de depoimentos, sobre a participação da FEB na Guerra, nos dias de hoje, é uma tarefa árdua entretanto, compensatória. Árdua, no sentido de que os principais agentes dessa memória, os veteranos da FEB, já se encontram nonagenários e poucos ainda estão dispostos a, mais uma vez, narrar suas memórias sobre a guerra. Compensatória, porque tomar contato com as narrativas desses veteranos é compartilhar de momentos nos quais saltam aos olhos as memórias e impressões desses homens que, naturalmente, estão em processo de extinção.

Para tanto, iniciamos nossas reflexões construindo uma narrativa embasada nas fontes citadas que se inicia no processo de retorno desses homens ao Brasil após a Guerra. No primeiro momento os jornais, se tornaram uma fonte riquíssima de coleta de dados e depoimentos referentes a preparação das festividades de recepção dos combatentes da FEB e sua consagração como heróis pátrios. No entanto, as fontes relacionadas à imprensa ainda necessitavam de complementos e estes, vieram através do cruzamento de informações com os depoimentos obtidos junto dos veteranos da ANVFEB-JF e, também, aqueles contidos nos livros e conteúdos de memória produzidos posteriormente a participação na Guerra.

Dessa forma, nos objetivamos a, mais uma vez, trazer visibilidade a esses discursos de memória identificando as características em comum ressaltadas pelos veteranos nas narrativas e buscando compreender quais os símbolos, significados e sentidos são conferidos por esses agentes de memória à sua participação na guerra.

Essas narrativas, nutrem relações intrínsecas com os conteúdos de memória coletiva produzidos e difundidos pelas associações. Nesse sentido, entender os meandros relacionados a reintegração profissional e, por consequência, a social dos veteranos da FEB é de real importância para lançar reflexões pontuais sobre os papéis atribuídos as agremiações (AECB-JF e ANVFEB-JF) no que diz respeito à sanar as falhas inerentes ao processo de desmobilização da FEB a partir do término das operações na Itália.

Fica claro, através da análise dos conteúdos de memória, que o abrupto retorno à sociedade e a difícil reintegração social desses veteranos ocasionou a perda progressiva, perante o corpo social, dos significados inerentes o engajamento na Guerra. Dessa forma, a fundação da AECB-JF em 1947 e da ANVFEB-JF em 1971 são os pontos cruciais que determinam, em contextos diferentes, às batalhas pela memória e, por conseguinte, pela formação de um sentimento de identidade e coesão social entre aqueles envolvidos nas agremiações.

As agremiações destinadas a representação dos militares inseridos nos esforços de guerra do Brasil, não irá se limitar apenas ao caráter assistencialista. Com embasamento nos documentos citados, percebemos as articulações que se davam nas assembleias gerais e da diretoria, com o intuito de promover um enquadramento das narrativas de memória e o engendramento de um discurso próprio que será mobilizado visando a luta por reconhecimento social dos associados. É inerente também as agremiações o papel que estas irão desempenhar como espaços de recordação e rememoração da passagem da FEB pela Itália.

A memória é, portanto, o alicerce principal sob o qual se sustenta o sentimento de identidade e entendendo essa função, lançamos mão de nossas memórias não só para obter contato com nossos *selves* do passado mas, sobretudo, quando necessitamos de um direcionamento ou quando sentimos que essa identidade está, de alguma maneira ameaçada. Portanto, a fundação das ANVFEB, como órgão representativo restrito aos veteranos da FEB e seus descendentes, pode ser compreendida como um diagnóstico dessa crise identitária à medida que seus fundadores irão mobilizar os discursos de memória como forma de engendra um quadro social direcionado àqueles que estiveram diretamente envolvido com a guerra no *front* italiano.

A memória, como operação resultante da ação dos grupos humanos está sujeita a ressignificações, recortes, esquecimentos e realces. Reafirmada pelos monumentos, estes discursos, alçam o espaço público das cidades onde, enfrentam batalhas diárias para se

manterem vivos e não colherem as aguras do esquecimento social. A relação da memória difundida pelas ações das agremiações juiz-foranas com o espaço da cidade tem como marco inicial, para as análises propostas, a construção e inauguração do primeiro monumento em homenagem a FEB inaugurado na cidade em 1950.

O aumento relativo de comemorações, desfiles, atos cívico-militares, homenagens aos mortos e rememorações de passagens da guerra realizados no entorno do monumento é característico de uma batalha incessantemente travada pelas agremiações contra o esquecimento, mas sobretudo, em prol da manutenção e difusão dos significados da luta daqueles combatentes na Itália.

Quando os discursos alçam o espaço público as discussões inerentes a quem ou quais agentes poderam transmiti-lo, se tornam evidentes. A memória coletiva é sobretudo pautada na transmissão das narrativas, dessa forma quais os atores seriam reconhecidos como legítimos transmissores dessas memórias senão, aqueles que efetivamente lutaram a Guerra? Os consensos e os dissensos entre as agremiações mineiras estavam pautados em questões semelhantes, uma vez que, o papel de transmitir os discursos referentes a memória da FEB e colher as benesses e consagrações sociais advindas dessa participação deveria ser dos próprios veteranos da FEB que se viam, após a consolidação da ANVFEB-JF, como os legítimos agentes dessa memória.

Ao fim e ao cabo, as agremiações juizforanas acabariam, no final de década de 1980 por se unirem. O processo de união, discutido ao longo de algumas assembléias resultaria na supressão da AECB-JF, pela ANVFEB-JF. A crise identitária que seria manifestada, principalmente, na atribuição de papéis de legítimos agentes da memória da FEB seria resolvida com o desligamento daqueles Ex-Combatentes ligados à defesa do litoral durante o esforço de guerra dos quadros sociais da agremiação.

Conquanto se considere a existência substancial de monumentos não só no espaço público da cidade analisada, mas também em todo território nacional, como evidenciamos com alguns estudos realizados na área. Esse momento de balanço, é oportuno para que reforcemos a hipótese de que a demasiada aproximação com as instituições militares acabou por enclausurar as memórias relativas a atuação da FEB na Itália sobretudo, no espaço dos quartéis e instituições militares.

Entender quais são os efeitos diretos dessa aproximação e, em um futuro próximo, quais serão as implicações desse processo foi um ponto que, sem dúvida, esbarrou nos limites do trabalho proposto ou por esse processo ainda estar em andamento, ou pelos limites

das fontes analisadas. A comunhão de interesses entre Ex-Combatentes e Instituições Militares observada não é, de forma nenhuma, condenada mediante algum juízo de valor arbitrário. Entretanto, ao passo que essa aproximação se torna mais contundente, os significados inerentes a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial acabam por fazerem mais sentido para o corpo militar, do que para a população civil em geral.

Reafirmando o que já foi colocado, mas em outras palavras, a memória é inerente aos grupos humanos e nutre relações diretas com as relações sociais inerentes aos membros dessas coletividades. Lidar com os esquecimentos é também, em suma, uma condição *sine qua non* da memória dessa forma, cabe aos esforços de pesquisa futuros determinam uma análise acerca das bases sob as quais as memórias relacionadas a FEB irão se sustentar após o desaparecimento natural dos veteranos.

Cientes dos limites inerentes à uma pesquisa histórica, o destino dos acervos contidos nas agremiações, sua existência e quais os papéis que essas entidades desempenharão no futuro não fizeram parte diretamente do nosso campo de análises. Entretanto, é necessário pontuar e colocar no horizonte de análises futuras o papel dos filhos, filhas e descendentes diretos dos veteranos como uma segunda geração desses agentes de memória.

Passados 74 anos do marco temporal que elegemos para o início desta pesquisa, o término das hostilidades na Europa e o retorno dos pracinhas ao Brasil, resta-nos pontuar que os veteranos da FEB jamais deixaram os campos de batalha. Se não se ouvia mais o assustador barulho dos artefatos alemães e tampouco, se temia o “riso da lurdinha” as batalhas que esses jovens enfrentaram, após sua chegada ao Brasil, foram, em certo sentido, tão ou mais árduas do que aquelas na Itália.

PARTE II

A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

1.1 – Pensando a produção de memória no espaço escolar

A natureza profissional que toca o escopo do programa de pós-graduação a qual este trabalho de pesquisa está inserido convida a pensar, sobre o retorno à sociedade das pesquisas realizadas. Nesse sentido, na tônica das discussões acima propostas cabe, neste momento, tecer considerações sobre a inserção das pesquisas realizadas e discutidas em ambiente acadêmico no espaço escolar.

Para tanto, é necessário que iniciemos a presente reflexão delimitando que o espaço escolar, referente ao ensino básico, não pode ser pensado como um espaço de simples reprodução do saber acadêmico no sentido de que, as práticas desenvolvidas e complexa relação entre materiais didáticos, educadores, educandos, atividades e programas curriculares colaboram para que as salas de aula da educação básica se tornem espaços de produção ativa de memória histórica. Dessa forma, urge a necessidade de se conferir cada vez mais significados aos saberes e às práticas de professores e de alunos no processo de construção do conhecimento.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, há um compromisso fundamental da História a ser mantido com a Memória, o elo entre essas duas concepções sobre o passado auxilia na formação das identidades individuais e coletivas e fundamenta um “Direito à Memória” que, de acordo com os PCN’s,

Faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido.”³¹⁵

Neste sentido, as demandas atuais inerentes ao ensino de história, de acordo com Circe Bitencourt, tangenciam a ideia de trabalhar para a “superação de uma tradição verbalista da história escolar, cuja ênfase recaí, invariavelmente, na aquisição cumulativa de informações

³¹⁵ BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCN’s). Ensino Médio. Parte IV: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.26.

factuais sobre o passado.”³¹⁶ O estudo da memória social dos diversos grupos auxilia no alargamento de uma percepção mais ampla do conhecimento histórico, longe das interpretações factuais atreladas a memorização de fatos, datas e eventos.

É inerente ao ensino de história se preocupar em administrar recordações, relatos e formas de transmissão do passado ao tomar como base essas práticas, a reflexão crítica sobre o passado auxilia o aluno a pensar no tempo evitando naturalizações de tradições herdadas fazendo com que o educando se torne um agente do conhecimento.³¹⁷

A História, como já abordado ao longo deste trabalho a partir do pensamento de Meneses, se distingue da Memória, ao passo que a primeira se configura na forma intelectual do passado construída através de uma operação cognitiva, baseada em métodos de pesquisa, pesquisas em fontes e discussões com os estudos já realizados. A Memória por sua vez, além de fundamentar as identidades individuais e coletivas, bem como, o sentimento de continuidade e homogeneidade de um grupo é uma construção social formada a partir de negociações, rememorações, seleções e esquecimentos.³¹⁸

Embasado nas questões já levantadas durante a pesquisa é que elaboramos o presente material paradidático intitulado “O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial”, pensado de acordo com as diretrizes propostas pelo Currículo Básico Comum – CBC do estado de Minas Gerais e também das experiências obtidas atuação como professor de educação básica no ensino público e em redes privadas, o trabalho prático a qual esse esforço de descrição se refere se enquadraria no eixo temático abaixo descrito, sendo trabalhado com turmas do 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

Os materiais didáticos assumem diversas funções que variam de acordo com o contexto em que são produzidos, as disciplinas em que são aplicados, os níveis do ensino a que se destinam e suas formas de utilização. Dessa forma, a mutabilidade e complexibilidade deste tipo de material é inerente aos diversos interesses existentes em sua produção e distribuição, transformando-o em um dos vetores essenciais da língua, cultura e valores, sendo ainda um símbolo privilegiado da construção de uma identidade.³¹⁹

Não é uma pretensão do presente trabalho prático se colocar como uma ferramenta obrigatória, outorgando, ao professor, seu uso e discussão no espaço escolar. Elaboramos este

³¹⁶ CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 66.

³¹⁷ Ibidem. p. 73.

³¹⁸ MENESES, Ulpiano Bezerra de. op. cit. p. 22.

³¹⁹ MONTEIRO, Ana Maria. op cit. p. 18

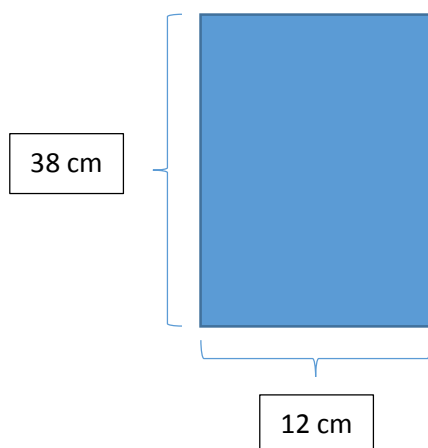
material mais no intuito de servir como um complemento às atividades docentes direcionadas ao ensino básico, trazendo reflexões sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, procurando despertar nos agentes interesse e curiosidade sobre a atuação da FEB na Guerra e também em conceitos caros ao presente trabalho Memória, Esquecimento, História, Patrimônio histórico e Monumentos.

O material para didático proposto poderá ser utilizado como uma material de apoio ao trabalho do docente ao abordar os temas previstos e indicados acima, à medida que, ao se abordar o período no qual o Brasil foi governado pelo presidente Getúlio Vargas, principalmente após instaurado o Estado Novo, é possível trabalhar o contexto da Segunda Grande Guerra, e como esse conflito foi percebido pelos brasileiros, que a partir de 1937, também vivenciavam, no Brasil, a ausência de direitos civis e políticos.

Dessa Forma, os protestos em torno da declaração de guerra contra os países do Eixo após o bombardeamento dos navios mercantes brasileiros, a participação do Brasil no esforço de guerra dos Aliados, a convocação, formação e atuação da FEB na Itália, a vitória aliada e o retorno dos militares em meio a uma crise política do regime Vargas, podem ser melhor ilustrados a partir do material didático proposto que apresentará a seguinte configuração.

1.2 – Breve preâmbulo do material proposto

O Livro paradidático proposto abordará a participação da FEB na Segunda Guerra a partir do estreitamento de relações do governo Vargas com a política externa norte americana. Com linguagem acessível à compreensão de alunos e professores, o material será impresso em formato revista contando com imagens, dicas de filmes, sites, livros e músicas com intuito de fornecer ferramentas e bibliografias que ampliem as discussões sobre o tema em sala. As dimensões do material estão especificadas abaixo.



O livro paradidático foi pensado para trazer um amplo acervo de imagens, inexistente na maioria dos materiais didáticos encontrados. Esse acervo, buscará retratar através das referências imagéticas a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. A começar pela capa, que contará na parte superior o título do material, o nome dos autores, e um plano de fundo com fotomontagens de imagens da participação dos pracinhas brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Na primeira parte abordaremos uma breve introdução contendo, um panorama geral do contexto político vivenciado pelo Brasil à iminência da Segunda Guerra Mundial. Superado o breve contexto, abordaremos a política externa varguista durante o Estado Novo, dessa forma será possível perceber o modo pendular e pragmático a qual o país se comportava na iminência do conflito. Buscando manter relações comerciais tanto com os países do Eixo, como os Aliados. Falar sobre o período que antecedeu o conflito mundial, bem como a participação efetiva do Brasil na Guerra, auxiliará o educando a entender o contexto político vivenciado pelos brasileiros a partir do final da década de 1930.

Após o detalhamento dos antecedentes apresentados no bloco anterior, partiremos para a participação do Brasil no esforço de guerra dos aliados abordando a utilização de bases aéreas brasileiras, situadas no nordeste, que de certa forma tiveram papel fundamental no decorrer do conflito. Subsequente a esse assunto o capítulo intitulado “A Guerra Chega ao Brasil” abordará os ataques a navios mercantes brasileiros e as manifestações populares, resultantes do torpedeamento desses navios.

Buscando jogar luz a temas pouco usuais nos materiais didáticos regulares, abordaremos na sequência um breve texto de referência a mobilização dos “Soldados da Borracha” trabalhadores que, apesar de não terem atravessado o oceano em direção à guerra, enfrentaram duras condições na prospecção do látex na floresta tropical amazônica.

Concernente ao tema, abordaremos a formação da Força Expedicionária Brasileira. Tratando sobre a convocação dos soldados, os extratos sociais de onde eram oriundos, dados sobre a escolaridade, profissões e as regiões do Brasil em que residiam. Este dados nos permite não só mapear como era formada a FEB, mas, também, tecer um breve diagnóstico do retrato social da população brasileira na época abordada.

A parte seguinte, analisará a atuação da FEB na Itália, através dos relatos obtidos nas fontes utilizadas na pesquisa e também dos livros de memória escritos por diversos Ex-Combatentes, buscaremos, nesse momento, traçar uma narrativa da experiência na guerra

abordando as dúvidas quanto ao envio de tropas brasileiras à Itália, narrativas sobre os episódios mais marcantes, textos de correspondentes de guerra, atuação da FAB na Itália e um breve texto sobre a participação das enfermeiras brasileiras na Itália.

O interessante nessa parte do trabalho será trazer ao aluno algumas versões de passagens do cotidiano dos pracinhas na Itália. Buscando de trechos desses relatos de memória referências sobre: Os dias sobre o frio intenso; passagens marcantes; as alternativas dos brasileiros para escapar do frio; os dias no *front*; ou seja, trazer à tona relatos humanísticos da guerra sanando curiosidades dos educandos quanto a esse assunto e tangenciando, de fato, os objetivos do presente material, que é a relação com o conceito de Memória.

Na parte seguinte, tangenciaremos o tema correspondente ao primeiro capítulo do trabalho de pesquisa. A chegada dos cidadãos mobilizados para integrar a FEB ao Brasil, o desfile pelas ruas do Rio de Janeiro e o retorno aos seus lares de origem, dessa vez, marcado por uma experiência de Guerra da qual jamais irão esquecer. Ao final desta parte, haverá um box contendo indicações de livros, documentários e filmes disponíveis na internet que ilustrem, em vários contextos, o que foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e temas pertinentes ao assunto, assim como dicas de livros que, mediante o interesse no tema, podem ser buscados por alunos e professores. Nesta parte também trataremos de algumas curiosidades com relação ao intercâmbio linguístico e a participação de intelectuais na FEB.

1.3 - Paradidático O Brasil vai à Guerra: A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial



O Brasil vai à Guerra



A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Rodrigo Musto Flores
Edilan Martins de Oliveira

Sumário

O Brasil de Vargas	04
A Política da Boa Vizinhança	06
Trampolim da Vitória	11
A Guerra chega ao Brasil.....	13
Soldados da Borracha	16
Você Sabe de Onde eu Venho?	18
A FEB por estado	20
A Cobra vai Fumar?!	21
Do Rio de Janeiro à Nápoles	22
Monte Castelo	24
Montese	26
As Enfermeiras da FEB	28
Com a FEB na Itália	30
Senta a Púa	33
De Nápoles ao Rio de Janeiro	34
Intelectuais Brasileiros e a FEB	38
Curiosidades	40
Dicas dos autores	42
Referências Bibliográficas	44

Mensagem dos autores

O material que se segue, foi desenvolvido por Rodrigo Musto Flores e Edilan Martins de Oliveira sob a orientação do professor Luiz Lima Vailati como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania vinculado ao Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Objetivamos com o presente material contribuir com as discussões em sala de aula, sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) entre os anos de 1944 e 1945 na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É importante ressaltar que o presente paradidático foi pensado para atuar como um suporte das discussões em sala sendo que seu uso, pelo professor, é totalmente facultativo.

É necessário considerar também que, não nos preocupamos em compor uma narrativa que se objetive, pura e simplesmente, a valorização de símbolos e heróis pátrios. Nesse sentido, o texto do presente material não almeja tratar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial no campo das chamadas “grandes glórias da nação”. Nosso objetivo principal, é trazer a público uma narrativa embasada nas memórias e impressões dos soldados brasileiros, em demais fontes e pesquisas bibliográficas que foram realizadas pelos autores.

A proposta, portanto, tem como principal objetivo apresentar um texto fluído de linguagem simples que contenha imagens e referências externas com a intenção de motivar no aluno questionamentos e curiosidades sobre o antes, o durante e o depois da passagem da Força Expedicionária Brasileira pela Segunda Guerra Mundial.

**Boa leitura !!!
Os autores.**

O Brasil de Vargas

No que se refere à questão política quando a Segunda Guerra Mundial começou Getúlio Vargas, já estava no seu 9º ano de governo. Durante esse período o Brasil passou por várias mudanças de ordem política e, desde novembro de 1937, se encontrava sob uma ditadura: o chamado Estado Novo.

O Regime getulista, promovia perseguições a partidos de oposição, ameaçava os direitos políticos e civis da população e seu governo compartilhava algumas características com os regimes Nazifascistas europeus.

Em setembro de 1939 os brasileiros sequer imaginavam que o país poderia tomar parte ativa no conflito. Naquele contexto, o Brasil não possuía um projeto de industrialização efetivo, sua economia era baseada na exportação de produtos primários e, além de flertar com o autoritarismo, estava geograficamente distante do conflito.

Com esse retrato, em certo sentido nada agradável, o Brasil, até pouco tempo antes da declaração efetiva do estado de beligerância, se comportava em sua política externa de forma pendular. Ora cedendo às pressões norte-americanas, ora atendendo às demandas de matéria prima e apoio político dos alemães.

É interessante notar, caro leitor, que a presença do Brasil na Guerra além de ser pouco cogitada pela sociedade da época soava um tanto quanto dissonante aos ouvidos de quem questionava. Como poderia Vargas, chefe de governo em um país ditatorial, fornecer apoio aos Aliados, grupo de países que levantavam a bandeira da liberdade e democracia?

Entretanto, as pressões norte-americanas para um posicionamento contundente do Brasil sobre a Guerra se acentuaram após o ataque a base de Pearl Harbor. Ainda assim, o Brasil mantinha sua posição de neutralidade com relação a Guerra.

Na Europa, o exército alemão conquistava importantes vitórias sobre os países aliados. Desde junho de 1940, por exemplo, que a bandeira nazista já tremulava no alto da torre Eiffel. Antes disso, já haviam sucumbido ao poder de guerra alemão: a Áustria (1938), a Tchecoslováquia (1938) e a Polônia (1939) sendo que Hitler se preparava para atacar a URSS com a chamada operação *Barbarossa*. A *Blitzkrieg* nazista se mostrava difícil de enfrentar.

Na América, o temor de que o Brasil fosse se render as pressões nazistas era grande e, em alguma parte, até desejado pela chamada ala germanófila do governo de Getúlio Vargas. Após o ataque Japonês à base de Pearl Harbor, as investidas norte-americanas se acentuam. O rompimento de relações externas do Brasil com os países do Eixo só ocorre, com a III Reunião de Chanceleres, no Rio de Janeiro em 1942. Na ocasião, os discursos convergiam para a aprovação de um pacto entre os países americanos que determinasse o rompimento imediato de relações com os países do Eixo.

Entretanto, a recusa de Argentina e Chile em assinar o tal acordo fez com que o Brasil atrasasse seu posicionamento que veio momentos antes do encerramento da conferência. Getúlio Vargas, havia garantido um compromisso com o presidente americano Roosevelt que determinava, mediante o apoio do Brasil aos aliados, o reequipamento e a modernização das Forças Armadas com a tecnologia americana, que àquela altura era o que se tinha de mais desenvolvido.

Os discursos do Chanceler brasileiro Oswaldo Aranha marcariam, naquele Janeiro de 1942, o fim das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. A declaração do estado de beligerância daria início, a uma série de ataques promovidos por submarinos alemães a navios brasileiros.



Oswaldo Aranha discursa na III Reunião dos Chanceleres. Fonte: cpdoc.fgv.br

1942

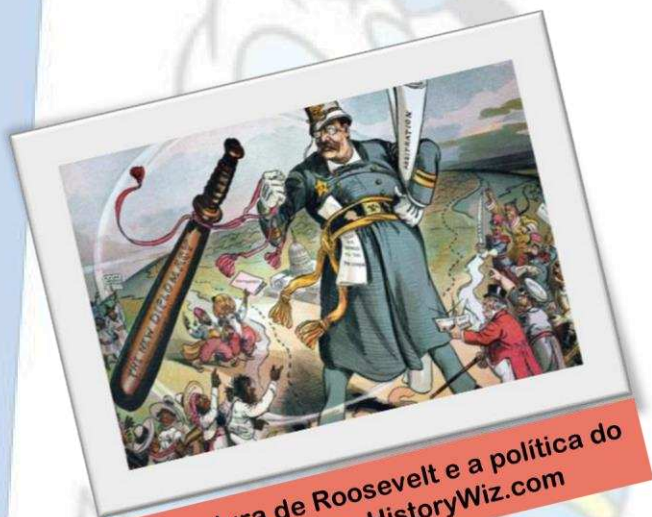
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Agosto
III Reunião dos Chanceleres das Repúblicas Americanas.	Torpedeado o navio brasileiro "Buarque" no litoral dos EUA.	O navio Cayrú é atacado causando a morte de 53 pessoas.	É instalado um destacamento do exército em Fernando de Noronha	Atacado o navio "comandante Lyra", o primeiro em águas brasileiras	Vão à pique Alegrete, Paracury, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena e Piave.	Atacados os navios Annibal Benévolo, Itagibá, Arará, Baependy e Araraquara. Brasil declara guerra.

A política da boa vizinhança

A convivência com certos aspectos da cultura estadunidense no Brasil é algo indiscutível no nosso tempo. Estamos rodeados por computadores, temos rede Wi-Fi, pedimos comida por *delivery* (entrega), tomamos Coca-Cola, usamos *jeans*, acessamos ao Facebook, assistimos a filmes hollywoodianos e somos informados continuamente no noticiário sobre o cotidiano político e econômico dos Estados Unidos da América. Ao contrário do que parece, os ventos da cultura estadunidense não sopraram espontaneamente para nossas terras tropicais, trazendo consigo padrões culturais e bens de consumo.

Tudo começou na década de 1940. O sucesso das forças alemãs na parte ocidental da Europa, com a conquista da Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, e, depois, com a invasão da França, deixava claro aos Estados Unidos que o Ocidente estava ameaçado. De certa forma, tanto a América Central como a América do Sul estavam nos planos do Eixo.

A propaganda germânica mobilizou uma gama de agências oficiais e informais como embaixadas, consulados, clubes, imprensa, linhas aéreas para propagar a ideologia nacional-socialista na América Latina. Além disso, núcleos do partido nazista reuniam, militantes alemães e seus descendentes no continente. Não menos importante, a comercialização de equipamentos (principalmente na década de 30), missões de treinamento e ensino para as Forças Armadas de países latino-americanos, bem como a eficiência da blitzkrieg (guerra relâmpago) alemã, causaram um deslumbramento nas cúpulas militares ao sul do Rio Grande (especialmente do Brasil). A Inglaterra, pensava-se, não suportaria, sozinha, a poderosa máquina de guerra nazista. Assim, era preciso formar uma sólida defesa hemisférica no continente, uma “fortaleza”, segundo o presidente Franklin Roosevelt.



Caricatura de Roosevelt e a política do "Big Stick" Fonte: HistoryWiz.com

Entretanto, para lograr êxito no propósito de estabelecer uma firme aliança cultural, econômica e política com as "*Other Americas*" (Outras Américas), seria necessário modificar o panorama de relações bilaterais, ou melhor, os métodos empregados na geopolítica que incluía as nações latino-americanas.

A política do *Big Stick* (Grande Porrete), a qual havia sido idealizada pelo presidente Theodore Roosevelt, pautava-se por uma ingerência nos assuntos do continente. Os americanos, justificavam esse intervencionismo baseando-se na ideia central de que, existindo anomalias políticas em meio aos governos latino-americanos, um país civilizado deveria interferir para mediar e solucionar os conflitos, como uma espécie de "guarda internacional". A imagem que norteava essa *realpolitik*, desde que os Estados Unidos entraram na corrida imperialista no final do século XIX, era profundamente marcada por uma superioridade intrínseca do homem branco, protestante e dominador da natureza selvagem com relação a uma América de índios, negros, mulheres e crianças. Em última instância, essa outra América deveria ser domesticada. Esse racismo foi duramente criticado por intelectuais modernistas brasileiros, a exemplo de Mário de Andrade:

Mas pra que tanta esquivança!
Lá tem boa vizinhança
Com prisões de ouro maciço
Lá te darão bem bom lanche
E também muito bom linche
Mas se você não é negro
O que você tem haver com isso!
No, I'll never be
In color land.

Para a opinião pública dos países latino-americanos, os estadunidenses eram representados por um envaidecido e soberbo Tio Sam com o seu arrojado cavanhaque. Ao mesmo tempo caricata engraçada e avassaladora o Tio Sam, com sua cartola distintiva, parecia uma tentativa de intimidar os países latino-americanos.



O icônico personagem "Tio Sam" Fonte: HistoryWiz.com

No final da década de 20, a política do Big Stick deu sinais de desgaste e os Estados latino-americanos impuseram aos estadunidenses suas exigências nas conferências interamericanas: o direito de autodeterminação dos povos e o princípio da não intervenção. Nesse contexto, Franklin Roosevelt formulou uma política que, em tese, valorizava a igualdade jurídica e estabelecia uma cooperação mútua entre as nações do continente americano, era a política da Boa Vizinhança. A Doutrina Monroe e o princípio da “América para os americanos” (criada pelo presidente James Monroe em 1823, estava coligada às propulsões iniciais imperialistas dos americanos no globo) possuía uma nova roupagem. Livre dos intervencionismos obsoletos do passado, agora permitia ganhar os corações e mentes dos latino-americanos.

Nesse sentido, no prelúdio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os estadunidenses combateram arduamente o comércio compensado proposto pela Alemanha, que consistia na troca de produtos por produtos, não haveria o emprego de dinheiro. Insistiram pesadamente no livre-comércio para recuperar o intercâmbio internacional de mercadorias e revalorizar o dólar. Ambos os países, necessitavam de matérias primas para balancear suas economias na preparação para a carnificina que, naquele tempo, imaginava-se que iria se desenrolar futuramente.

O Brasil mantinha-se equidistante dessa guerra comercial, buscando apenas beneficiar-se materialmente da contenda financeira para buscar concretizar dois projetos estado novistas: o incremento produtivo na indústria de base com a construção de uma siderurgia; a reestruturação das Forças Armadas, as quais foram essenciais para o golpe que permitiu a continuidade de Vargas no poder a partir de 1937.

Mas, em 1940, já com o conflito em andamento, com a supremacia da Wehrmacht (Forças Armadas Alemãs) na Europa, para difundir o American Way of Life (estilo de vida americano) nas Américas foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics (Escritório para Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas), mais conhecido no Brasil como “Birô interamericano” ou simplesmente “Birô”.

O escritório chefiado por Nelson Rockefeller (bilionário americano, sua família era proprietária de uma empresa exploradora de petróleo) para os negócios interamericanos contava com o apoio financeiro de grandes corporações privadas, e, por meio de suas “filiais” espalhadas pelo território latino-americano, atuava difundindo as mercadorias estadunidenses mascarando-as sob o manto democrático-liberal na luta contra o nazi-fascismo.



Carmen Miranda.
Fonte: <https://istoe.com.br/>

O Birô empenhou-se em diferentes áreas estratégicas para fazer valer a presença dos Estados Unidos da América (EUA) frente à influência do Terceiro Reich no continente americano: rádio, cinema, imprensa, esportes, arte, música, literatura, publicações, intercâmbio, educação, finanças, transporte e saúde pública. Perpassando todas essas iniciativas estava uma pesada máquina propagandística para assegurar o pan-americanismo e fazer valer em meio às abissais diferenças de valores entre os norte-americanos e os ibero-americanos uma unidade

espiritual indivisível, que fundava-se na aceitação da democracia e da organização republicana como ideais a serem seguidos, bem como na defesa da liberdade individual, mas também da soberania nacional.

Com efeito, a política da Boa Vizinhança difundiu-se através do Birô por muitas formas, mas a principal foi pela via cultural. No Brasil, se fez notar através dos filmes hollywoodianos os quais deixaram suas visões estigmatizadas de lado para “descobrirem” os brasileiros, isso ficou em evidência na criação do personagem Zé Carioca por Walt Disney. Além disso, Carmem Miranda, a “Pequena Notável”, tornou-se na esfera artística uma autêntica representante da música tropical em terra de Tio Sam.



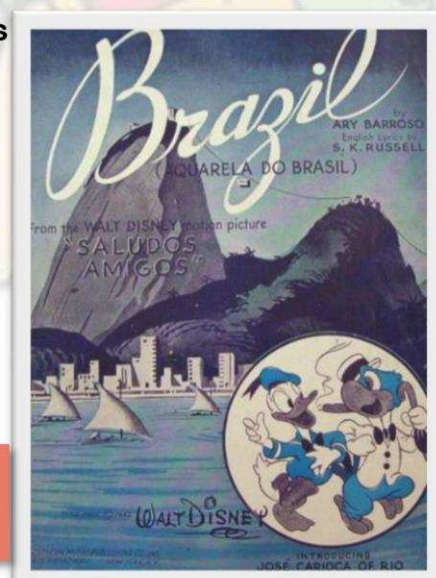
Zé Carioca
Fonte: <https://Disney.com.br>

Nessa lógica, depreende-se que a meta de todos os programas de trocas culturais desenvolvidos era nítida: os estadunidenses davam lições aos vizinhos latino-americanos para que deixassem a sua “infância” (intervencionismos e nacionalismos estéreis), desse modo poderiam alcançar o pleno desenvolvimento nacional. Portanto, os “auxiliavam” no plano político com a propagação de princípios democráticos para suas engrenagens Ditatoriais. Nas relações econômicas, enviaram técnicos com a finalidade “aperfeiçoarem” a exploração de seus recursos minerais e a mão de obra. No âmbito social, o Birô atuou no sentido de “ensiná-los” a terem melhores padrões educacionais, cultivarem hábitos de higiene e buscarem por seus próprios meios alcançar o “sublime bem estar-social.” Após o fim da guerra, a presença latino-americana diminuiu na cultura estadunidense e os estereótipos depreciativos voltaram a circular nos meios de comunicação, bem como a vigorar na política externa dos EUA. No pós-guerra, a política da Boa Vizinhança possibilitou a consolidação do imperialismo cultural (principalmente através da disseminação de produtos da indústria do entretenimento) e a afirmação do americanismo como paradigma cultural em substituição ao modelo francês, o qual dava a tônica das famílias aquinhoadas do país.

Símbolo do progresso econômico e tecnológico para as elites urbanas na “República do Café com Leite”, a França já não era a mesma dos tempos áureos da belle époque. Após ter sucumbido à dominação nacional-socialista em 1940, deixou definitivamente de ser uma referência cultural para aqueles grupos sociais dos grandes centros nacionais que se espelhavam na civilização europeia. A outrora “bárbara” cultura estadunidense agora ditava os rumos culturais da nação brasileira.



Vargas e Roosevelt em Natal, 1943.
Fonte: memorialdademocracia.com



Partitura da Aquarela do Brasil. Composta por Ary Barroso e ilustrada por Walt Disney.
fonte: elpais.com/br.

O Trampolim da Vitória

O comando para execução da “Operação Brasil” o ataque simultâneo de dez submarinos alemães aos portos do Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Recife e Natal seria o início do projeto expansionista da Alemanha em direção a América do Sul. A pequena “matilha” dos submergíveis *U-boat* chegou a se mover para atingir os referidos alvos, no entanto a ordem foi cancelada.

Como sugere o historiador Durval Lourenço Pereira em *Operação Brasil, o Ataque Alemão Que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial*: mesmo com o corte das relações diplomáticas e do progressivo alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, foi a ação de um único submarino (o U507, comandado pelo capitão Harro Schacht) e não uma diretiz direta de Hitler, que levou o Brasil a declarar guerra ao Nazifascismo em 1942. Temia-se que o ataque não apenas conduzisse os brasileiros ao conflito, mas também outros países latino-americanos.

Após o ataque solitário do U507 aos navios mercantes nacionais, o clima de desconfiança entre Brasil e EUA se dissipou. Entretanto, até então, temendo que o Norte e Nordeste brasileiro caísse em mãos inimigas, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos já havia elaborado pelo menos sete planos (*Pot of Gold e Rainbow I, II, III, IV e V*).

Segundo o historiador Francisco Ferraz, a operação chegou a prever a instalação de cem mil soldados em pontos estratégicos do país.

Porém, o que prevalecia agora era a “Política da Boa Vizinhança” e não mais o temível porrete. Com o alinhamento do Brasil aos Aliados, a empreitada militar nunca saiu do papel.



Soldados são desembarcados de um avião americano na base de Parnamirim. Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/>

Atualmente, ao caminhar pela orla em Natal, é possível chegar a praia de Miami. Nomeada desse modo devido a presença dos estadunidenses por lá há sete décadas, banhar-se em Miami era um dos divertimentos dos dez mil soldados americanos os quais, no intervalo de 1942 a 1945, desempenharam as suas missões na base aérea de Parnamirim e no centro naval de hidroaviões. Espécie de trampolim entre a América e a África, o Nordeste Brasileiro era considerado um dos pontos mais estratégicos do mundo.

De Miami, nos EUA, os caças e as fortalezas voadoras B-17 e B-24 fizeram escalas em Porto Rico, Trinidad e Belém daí partiam para a África e dali para a Europa. Graças a Parnamirim Field, Natal, antes pacata e tranquila, passou a contar em 1943 com até 800 mil pousos e decolagens diários. A vida noturna era frenética, com movimentação intensa nos prostíbulos, bares e boates. As pessoas mascavam chicletes e tomavam Coca Cola, já que a primeira fábrica do refrigerante na América Latina havia se instalado em território brasileiro.

Com o final da guerra , em Natal, as comemorações da vitória dos Aliados foi um fracasso total. Enquanto multidões comemoravam na Times Square de Nova Iorque , em Moscou e na avenida Rio Branco (Rio de Janeiro), ninguém saiu às ruas na já não mais apoteótica Natal. O teatro Carlos Gomes, local no qual seria celebrada a comemoração do “Dia da Vitória” encontrava-se vazio.

Segundo o historiador Gerson Moura no livro “Tio Sam Chega ao Brasil”: “Para preencher seus lugares, os organizadores saíram às ruas com a fim de procurar mendigos e prostitutas.” Para Natal era o fim da tão sonhada modernidade advinda do “american way of life”. Embora seguissem usando as calças de brim, costume que posteriormente se espalhou pelo país, não conviviam mais com os estadunidenses em seu meio. Voltariam a viver novamente no estado de letargia econômica de outrora.



Na volta à Pátria o retrato da mudança nos costumes: em vez de Guaraná, Coca-Cola.
Fonte: <https://segundaguerra.net>.

A Guerra chega ao Brasil

O rompimento diplomático com os países do Eixo, em janeiro de 1942, não passaria despercebido pela Alemanha. Os meses que se seguiram após a assinatura do acordo foram marcados por intensa movimentação de submarinos alemães em águas brasileiras e, também, por vários ataques à navios de transporte de passageiros e navios mercantes de bandeira brasileira.

Os primeiros ataques ocorreram já em fevereiro de 1942 atingindo os navios: Buarque, Olinda, Cabedelo, Arabutã e Cayrú. Uma das controvérsias que se encontra ao recuperar a memória dos ataques a navios brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial reside na crença de que estes foram desferidos pelos próprios americanos, em uma tentativa desesperada de forçar um posicionamento do Brasil favorável aos interesses dos Aliados. O boato, embora falso, se espalhou facilmente e acabou por se fixar no imaginário de muitos brasileiros.

Suposições à parte estima-se que de fevereiro de 1942, data do primeiro ataque, até junho de 1944, data da última ofensiva registrada, tenham sido postos à pique 33 navios brasileiros. Os números de vítimas divergem entre si, mas de acordo com as arquivos da ANVFEB-JF registraram-se cerca de 975 mortos.

Os ataques que mais vítimas fizeram e que marcaram o início de uma série de manifestações da sociedade civil, em favor da declaração de guerra foram os ocorridos entre 15 e 16 de agosto de 1942. Nestas datas, foram postos à pique os navios: Araraquara, Baependi e Aníbal Benévolo. O total de vítimas dessas ofensivas chega a cerca de 551 pessoas.

O Estado brasileiro precisava tomar uma posição contundente sobre o estado de beligerância. A Guerra havia chegado ao litoral brasileiro e, assim, já estava próxima demais para ser ignorada.

Nas grandes cidades brasileiras o assunto era inevitável. Com grande cobertura da opinião pública, a ordem do dia era a Guerra. Os brasileiros questionavam o real motivo das ofensivas promoviam ruidosas manifestações. As ruas das grandes cidades tornaram-se palcos de discursos inflamados e as movimentações e protestos se tornavam, cada vez mais, comuns. A população saía às ruas e exigia um posicionamento mais contundente do governo Vargas.

As grandes manifestações demonstravam a insatisfação da população. Até que em 22 de agosto de 1942 o Brasil, finalmente, declarava guerra aos países do Eixo. Apesar das desconfianças e das simpatias de alguns militares aliados de Vargas com os interesses do Eixo a Guerra, finalmente estava decretada.

Se por um lado a declaração de guerra do Brasil rendia páginas e páginas à Imprensa e atendia ao clamor popular e patriótico, por outro, a participação do Brasil no “Teatro das Grandes Nações” ainda dependia de uma série de fatores para ocorrer.

O Brasil, não possuía um histórico de participação em conflitos externos. A Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, ainda nos tempos de D. Pedro II, não se aproximava em nada das condições inerentes à Segunda Guerra Mundial. A doutrina militar francesa, aprendida pelas Forças Armadas após a I Guerra Mundial, se mostrava ineficiente nos campos de batalhas contra o exército alemão na Europa. O acordo de modernização das Forças Armadas, já citado em outro momento, precisava, mais do que nunca, ser colocado em prática. Além disso, era necessário iniciar a mobilização de centenas de jovens para ingressarem nas fileiras do exército nacional.



Encenação de estudantes contra o Eixo, 1942.
Fonte: cpdoc.fgv.br



Manifestações contra o Eixo, 1942.
Fonte: cpdoc.fgv.br

Os conscritos oriundos, em sua maioria, das classes menos abastadas formariam o grupo de cidadãos-soldados, que integrariam as tropas brasileiras em algum cenário da Guerra.

As precariedades dos padrões de recrutamento e seleção de conscritos se acentuavam, mediante as situação socioeconômica do país. A evidente ausência de infraestrutura, armas, equipamentos deficientes sem contar, as

relações de dependência política e econômica entre comandantes e subordinados refletiam o coronelismo da I República.

Os problemas se aprofundavam ainda mais quando se colocava no horizonte, os perigos de se combater e um conflito como a Segunda Guerra Mundial. A criação da Força Expedicionária, em agosto de 1943, projetava o Brasil para o esforço de guerra, mas o abismo entre a participação, ao menos em teoria, e o envio de tropas brasileiras para o *front* ainda continuava quase intransponível.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo responsável pela publicidade do regime, se esforçava para ocultar as os pontos contraditórios e manter o esforço de guerra em destaque. Muito embora a memória oficial dê conta de que havia um sentimento de afronta mediante os ataques aos navios brasileiros, alguns historiadores como Roney Cytrynowicz, evidenciam que o clima de guerra era percebido mais pelos inúmeros casos de racionamento, vivenciados pela maioria da população no período, do que pela mobilização de tropas para atuar na guerra.



Carros equipados com gasôgênio, 1945.
fonte: CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.

Após a discussões iniciais, cabia, de fato, a organização do efetivo que iria combater. De acordo com Ferraz, cogitou-se, de início, a estruturação de três divisões e uma força aérea, o que totalizava cerca de 60 mil homens. Entretanto, o projeto suntuoso de participação na Guerra, ainda possuía baixo engajamento de voluntários e continuava ameaçado.

1943

Janeiro	Fevereiro	Março	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Vargas e Roosevelt se reúnem em Natal (RN).	Preso no Brasil, acusado de espionagem Albrecht Gustav Engels.	Vargas aprova o envio de tropas brasileiras para a Europa.	Aprovada a portaria nº 4744. A FEB era oficialmente criada.	Inicia-se o processo de seleção e convocação de soldados para compor a FEB.	O navio "Campo" vai à pique após ataques alemães. 12 pessoas morreram.	Uma comissão de oficiais, chefiada por Mascarenhas de Moraes vai à Itália e à África.

Os Soldados da Borracha

Há um trabalhador brasileiro que labora na selva amazônica do país. Sobrevive da extração do látex. Quase não está na memória. Se Chico Mendes, líder seringueiro, não tivesse sido brutalmente assassinado em 1988, estariam todos esquecidos. A morte de Chico Mendes possibilitou um novo olhar para os problemas ecológicos e condições insalubres de trabalho dos seringueiros. Contudo, esse consistiu apenas em mais um dos males pelos quais esse grupo social foi acometido ao longo da história brasileira.

Enquanto em Natal ocorriam festejos e comemorações e o Nordeste era cobiçado pelas potências beligerantes, a Amazônia ficava em evidência por um cenário obscuro devido aos acordos bilaterais entre Brasil e EUA.

Com o látex em falta, devido a ocupação japonesa nos principais centros produtores na Ásia, os Aliados direcionaram-se para a extração da borracha amazônica. Para abastecer a carência aliada por látex, o governo brasileiro organizou um exército de homens da caatinga nordestina para trabalharem na floresta equatorial. Caminhões abarrotados tomaram as estradas poeirentas e sinuosas que iam do sertão para a mata amazônica. Muitos deles aspiravam pelo recebimento de benesses e acreditaram nas promessas de enriquecimento que lhes foram feitas pelo Estado Brasileiro. Por isso, muitos levaram as suas famílias e vislumbraram possibilidades concretas de prosperidade para os seus entes queridos.

Não há muitas informações sobre o número exato de civis que tomaram parte na chamada “Batalha da Borracha” bem como, a quantidade que padeceu por picadas de animais, doenças respiratórias e a difícil vida na úmida floresta amazônica. Entretanto, calcula-se que milhares de homens abandonaram suas vidas (entre 1941 e 1942) para contribuir na produção dessa matéria – prima essencial ao esforço de guerra.



Supõe-se que metade deles tenha falecido em meio à imensidão da floresta. O ritmo da produção de látex, esteve em consonância com o fracasso dos seringueiros. As toneladas extraídas do produto não foram suficientes para prover os Aliados.

Entre os anos de 1943 e 1945 mais de 30 mil homens migraram, principalmente, da região nordeste do país em direção à floresta amazônica para a extração do látex. A mobilização, seleção e encaminhamento desses trabalhadores cabia ao SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) que fora criado em novembro de 1942.

É importante destacar caro leitor, que a participação dos países latino-americanos na guerra se deu, primeiramente, com o engajamento desses nas campanhas de fornecimento de matérias prima indispensáveis ao esforço de guerra empreendido pelos Aliados.

Apenas em 2014, após um longo percurso judicial, foi aprovado pelos congressistas a quantia indenizatória de vinte e cinco mil reais aos soldados da borracha. A redação do texto, porém, não modificou o montante da pensão vitalícia endereçada à eles, a qual é padronizada pela Constituição em dois salários mínimos. A categoria lutava para ter salário equiparado aos pracinhas que foram à Europa. Atualmente, restam menos de cinco mil recrutados.

O mês da borracha

O sr. Presidente Roosevelt enviou ao sr. Getúlio Vargas um telegrama a propósito da instituição do "Mês Nacional da Borracha". Nesse documento, que é mais uma expressão legítima do espírito pá-americanista, o Chefe do Governo norte-americano põe em destaque a decisão com que o Brasil se lança à batalha da produção, externando o papel saliente que nosso país vem desempenhando na América Latina, como centro abastecedor da luta que se trava em diversas frentes de batalha. Com efeito, a borracha renasce hoje para a guerra, na planície amazônica. Um verdadeiro exército de trabalhadores, procedentes de diversos pontos do país, estabeleceu-se no vale, levando-o ao cumprimento de uma missão que os destinos históricos lhe confiaram. O "Mês da borracha", que é o em curso, não se destina a consagrar tanto o produto quanto os homens dos seringueiros. É a homenagem do Governo brasileiro que, em nome do povo, reconhece a função histórica do trabalho que se desenvolve atualmente na Amazônia. E os resultados dessas atividades, que têm lugar nos recantos mais afastados da vida intensa do país, encontram repercussão não apenas entre o povo e as autoridades do país, mas no seio das nações unidas, cujas indústrias se abastecem do produto do vale do Amazonas. Não foi, pois, sem razão que, em seu telegrama, disse o Presidente Roosevelt: "Cada tonelada de borracha fornecida pelo Brasil é uma aplicação imediata e importante na produção de guerra das nações unidas". E, portanto, a borracha do Brasil, uma das matérias primas com que os aliados estão ferindo as potências do "eixo". Cada quilograma de "látex" representa uma parte do esforço do trabalhador dos seringueiros. Mas, cada quilograma também uma parte dos aparelhos que estão bombardeando os pontos vitais da defesa do "eixo" na Europa.

Dedicando o mês de junho à intensificação da produção da borracha, o sr. Presidente da República, na verdade, intensifica a ofensiva dos aliados contra os totalitários, cada vez mais encurralados na Europa. É uma das manifestações do esforço de guerra do Brasil, esforço que está pesando decisivamente no desfecho da luta.

"Cada tonelada de borracha fornecida pelo Brasil é uma aplicação imediata e importante na produção de guerra das nações unidas."
Fonte: Folha da Manhã. 04 de Março de 1942.

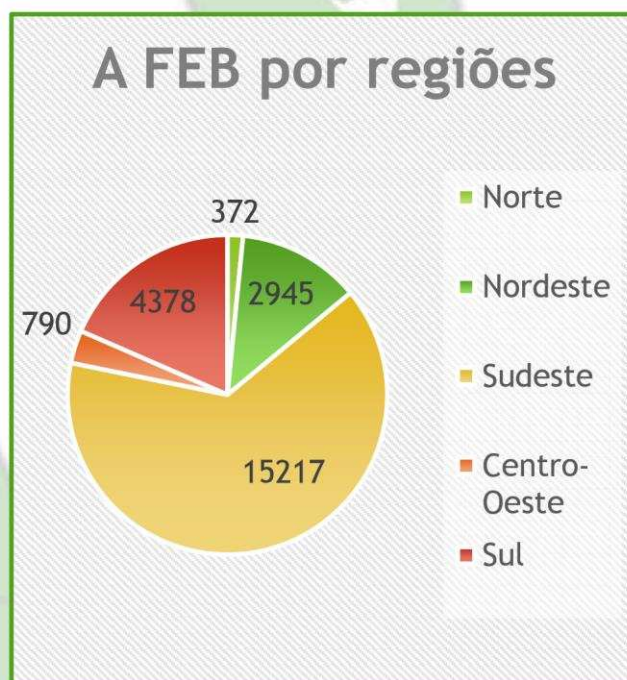
Você sabe de onde eu venho?

As estrofes da Canção do Expedicionário escritas, já em meio à Guerra, por Guilherme Almeida e musicadas por Spartaco Ross se tornaram, ao longo do tempo, um símbolo para os expedicionários brasileiros e ainda continuam a ser executadas nas datas comemorativas e encontros de veteranos da FEB.

Muitos mitos cercam a composição social dos militares da FEB que, apesar das dificuldades inerentes à sua formação, não foi composta por analfabetos, raquíticos ou desdentados. De acordo com o historiador César Campiani, a composição da I Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) contou com membros oriundos de diversas regiões do país entretanto, é notável a preponderância de homens advindos das regiões sul e sudeste, uma vez que, estas localidades, estavam mais próximas das unidades escolhidas para compor a FEB. (Ver Infográfico a FEB por estado)

Conquanto faltem dados mais concisos sobre a composição racial da FEB, por exemplo, podemos, a partir de alguns estudos, apontar de quais núcleos saíram os 25.334 homens que à compuseram. Tomando como modelo o estado do Paraná, a historiadora Adriane Piovezan apontou alguns dados a partir da profissão declarada pelos recrutados daquele estado. Segundo a historiadora, a maioria dos conscritos exerciam atividades ligadas ao núcleo urbano. Entretanto, exercer uma profissão ligada ao ambiente urbano não significava

necessariamente, que o indivíduo habitasse aquele espaço. Nesse sentido, mesmo que morando em zonas urbanas e exercendo atividades nas áreas rurais ou vice-versa, é inquestionável que a maioria dos expedicionários provinham das cidades brasileiras.



Fonte: ROSENHECK, Uri. "Entre a Comemoração do Passado e a Construção do Futuro: os monumentos da FEB e seus contextos."

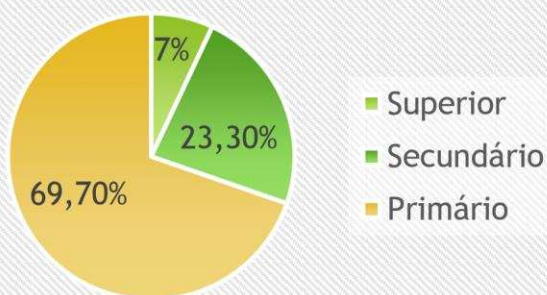
Em se tratando do grau de instrução escolar dos conscritos é um consenso, para a maioria dos historiadores, que a FEB foi composta de pessoas com nível relativo de instrução para a época.

A carreira militar naquele contexto era, apesar dos graves problemas já mencionados, vista para muitos dos expedicionários como uma oportunidade de saída do cotidiano regular das pequenas cidades.

O alistamento obrigatório aparece na memória de alguns veteranos da FEB como, primeiramente, a condição básica para o ingresso no mercado de trabalho. A obtenção do certificado de reservista era de extrema importância de acordo com o veterano José Maria Nicodemos “Era a primeira coisa que eles perguntavam. Você já serviu o exército? Se você não tivesse servido, você não arrumava nada.”

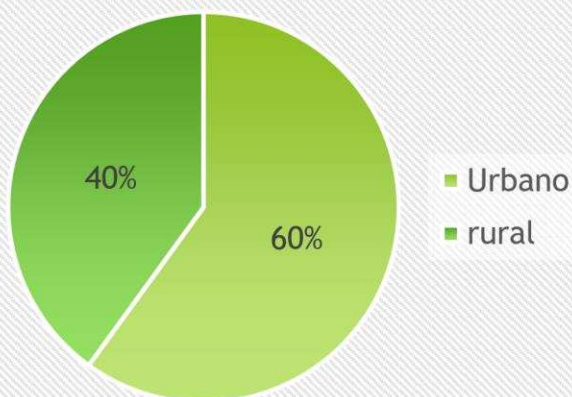
Em uma amostra de dados coletados a partir dos registros de sócios da Associação de Ex-Combatentes do Brasil de São Paulo, Campiani elencou os seguintes dados acerca do grau de instrução dos veteranos da FEB.

Grau de instrução



Fonte: MAXIMIANO, César Campiani. Barbudos, Sujos e Fatigados.

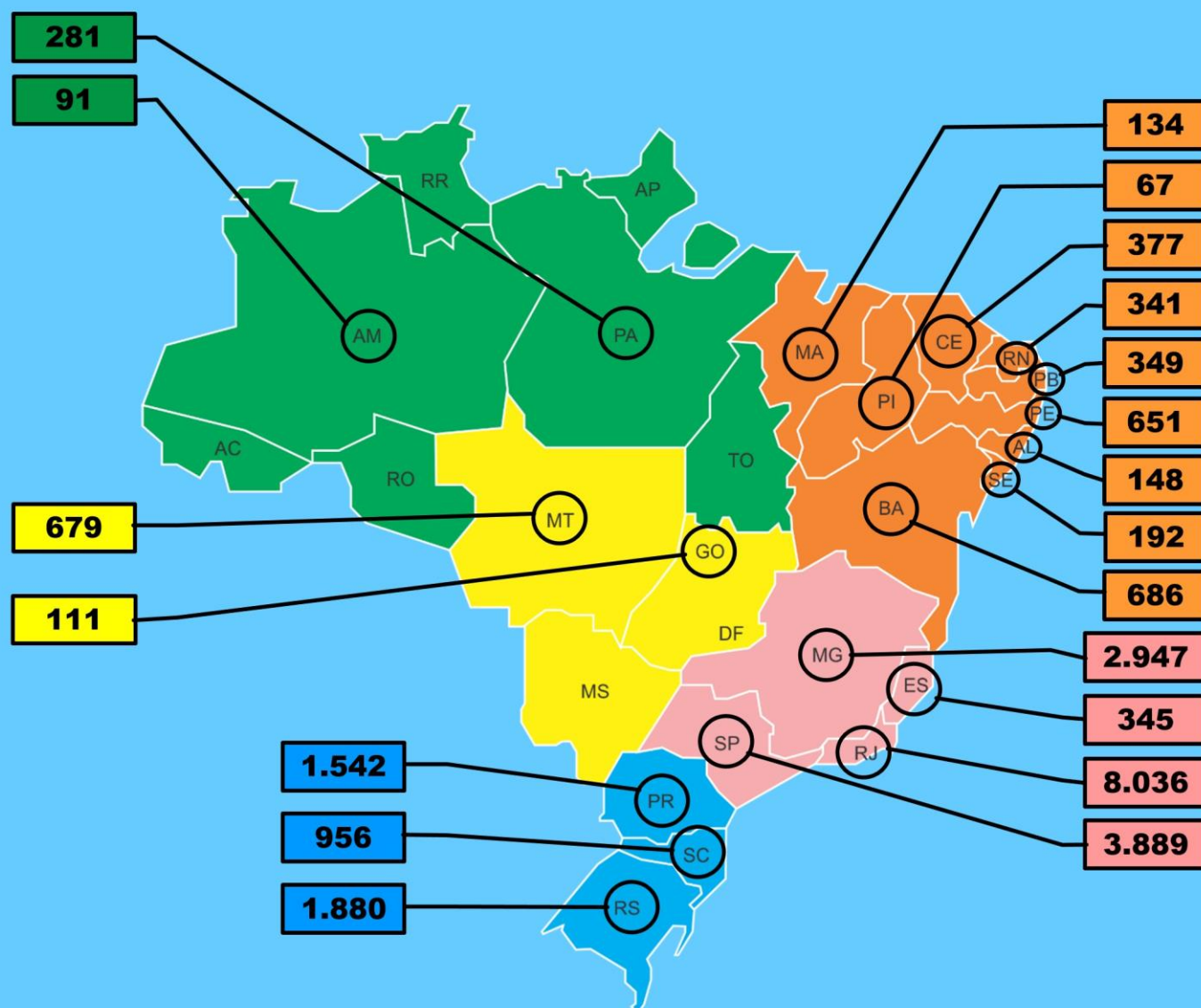
Urbano x Rural



Fonte: PIOVEZAN, Adriane. Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate.

Esses dados servem para entendermos um pouco da composição social da FEB. Na bibliografia e nas obras recomendadas ao final deste material você, caro leitor, terá acesso a outros levantamentos que auxiliarão a delimitar um perfil ainda mais completo dos expedicionários brasileiros.

A FEB por estado



Fonte: Uri Rosenheck - "Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos."

A Cobra vai Fumar?!

Ao se deparar com o dístico (símbolo) da FEB em sites da internet, livros didáticos, filmes ou documentários muitos já devem ter se perguntado qual é o seu significado. Já vimos por aqui, em outro momento, que a participação da FEB na guerra estava cercada de descrenças e desconfianças que, em parte, faziam certo sentido.



Brasão da FEB.
Fonte: www.eb.mil.br



Primeira página do jornal de campanha "E a cobra fumou" de setembro de 1944. Fonte: <http://conversapiaba.blogspot>.

Como poderia um país sul americano atrasado tecnologicamente, sem um histórico de Guerras em solo estrangeiro, participar de um conflito como a Segunda Guerra Mundial? Não era uma contradição Getúlio Vargas, que governava o país sob uma ditadura, fornecer apoio aos aliados? Estas perguntas e outras, caro leitor, eram repetidas por parte da população e veículos de imprensa brasileiros. O Brasil havia declarado guerra, mas daí a participar do conflito era um longo caminho a percorrer. Os mais descrentes exclamavam aos quatro cantos "Mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na guerra."

Não há uma versão exata quanto a origem da expressão ou que confirme o autor do desenho que fora, já na Itália, afixado nas mangas dos uniformes dos soldados brasileiros. Fato interessante é que a expressão utilizada, em um primeiro momento, com ar de desconfiança acabou se tornando um lema de combate entre os brasileiros na Itália. Quando algo importante estava prestes a ocorrer nas geladas montanhas italianas, os pracinhas já sabiam que "A cobra ia fumar!". O Lema de combate, acabou também nomeando um jornal de campanha que circulava entre os soldados intitulado "...E a Cobra Fumou."



Pracinha posa para foto na Itália.
Fonte: Página "V de Vitória"

Do Rio de Janeiro a Nápoles

A FEB partiu do Rio de Janeiro dividida em 5 escalões. O primeiro, composto por 5000 homens, saiu no dia 02 de julho de 1944 e chegou a Nápoles, na Itália, em 16 de julho de 1944 sendo incorporado ao V Exército Americano.

Na Itália, os expedicionários se depararam com o verdadeiro ambiente da Guerra. Segundo o veterano da FEB José Maria Nicodemos: “Nós desembarcamos em Nápoles, no sul da Itália, após uma viagem de 14 dias e 14 noites. O dia clareando, o navio atracou e ali foi o primeiro retrato da Guerra que eu vi e meus companheiros também viram. Era Impressionante o porto estava todo destruído.”



Brasão do V Exército Americano.



Desembarque dos pracinhas na Itália
Fonte: V de Vitória

A chegada dos brasileiros confundia a população italiana uma vez que, a cor do uniforme brasileiro se assemelhava muito com a do uniforme do exército alemão. Embora, houvesse o escudo com a cobra fumando, e um outro dístico com o nome Brasil, nos ombros de cada soldado alguns italianos que presenciavam o desembarque exclamavam “*Tedeschi, Tedeschi!*” A FEB enfim desembarcava

em zona de guerra. Dali, os brasileiros partiram para um acampamento próximo a Nápoles e a Guerra, enfim, começaria para a FEB...

1944

Fevereiro	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
O Jornal americano <i>The New York Times</i> noticia o afundamento de 18 submarinos do Eixo em águas brasileiras.	O primeiro grupo de oficiais brasileiros chega a Nápoles na Itália.	Parte o primeiro contingente da FEB para a Europa com cerca de 5 mil homens.	A FEB tem seu batismo de fogo na Guerra conquistando suas primeiras vitórias. Enquanto isso no Brasil, partiam mais dois escalões para a Itália.	A FEB segue conquistando importantes vitórias em: <i>Barga, Lama di Sotto, Lama di Sopra...</i>	Parte do Rio de Janeiro o 4º Escalão da FEB.	O 4º Escalão Chega à Nápoles.

Após a chegada conturbada no porto de Nápoles, os soldados brasileiros ficaram acampados durante cerca de 3 meses recebendo treinamentos juntamente ao V exército americano. Em meados de setembro de 1944, a FEB até receberia sua primeira missão de combate. O chamado “batismo de fogo”, primeiro combate da FEB, se daria em 14 de setembro daquele mesmo ano.

De setembro a outubro de 1944, a FEB desempenhou suas funções ao longo do vale do Rio *Serchio*. A principal missão da FEB na Itália era atuar na chamada Linha Gótica, uma linha de defesa alemã situada na cordilheira dos Apeninos, no norte da Itália. As primeiras vitórias ocorreriam ainda em 1944 quando a FEB sairia vitoriosa em *Camaione*, em 18 de setembro. A cobra estava fumando!

O principal desafio do soldado brasileiro era conviver com o alto poder destrutivo do exército alemão. Por mais que se veicule, de forma errônea, que as tropas alemãs empregadas na Itália eram compostas de soldados cansados, velhos ou prisioneiros de guerra esta afirmação não se sustenta.

A FEB estava inserida na lógica de operações do V exército americano e, assim, cumpriu com as missões que lhe foram atribuídas. O soldado brasileiro com treinamento ineficiente e sem experiência na guerra enfrentou um infante alemão experiente que, de acordo com a historiografia militar especializada, era capaz de transportar um poder de fogo até aquele momento impensável.

As metralhadoras alemãs MG-42, apelidadas de Lurdinhas pelos brasileiros, eram capazes de disparar 1.200 vezes por minuto. Os estilhaços, resultados das explosões de granadas, minas terrestres e outros artefatos feriram, mutilaram e foram responsáveis pelas mortes de muitos brasileiros.

Ainda assim, a FEB enfrentava os alemães prosseguia, se adaptava e seguia conquistando vitórias no *front* italiano. Após as vitórias em *Camaione*, os brasileiros seguiram enfrentando os alemães em *Monte Prato*, *Massarosa*, *Bozzano* e *Monte Prato*.

No final de 1944, A FEB avançava e, naturalmente, sofria os reveses naturais de uma guerra. À medida em que o conflito prosseguia o número de baixas também aumentava, mas os conflitos mais importantes ainda estavam por vir.

Monte Castelo

Mas onde eu vi muito tedesco?
Foi lá no monte do Castelo.
Mas onde eu vi muito Tedesco?
Foi lá no monte do Castelo.
Subindo o monte eu encontrei “sinhá” Lurdinha
“Tava” toda “afobadinha” querendo me pegar
Joguei-me ao solo e comecei a rastejar
Ela farejava, farejava mas nada de me encontrar.

Os pracinhas brasileiros narraram de muitas maneiras as suas experiências durante a Segunda Guerra Mundial os sambas, os relatos escritos, as entrevistas concedidas e os livros de memória estão repletos de detalhes e percepções obtidas por eles na Itália.

A música transcrita acima, de autoria do soldado Natalino Cândido da Silva, chama-se “Sinhá Lurdinha” e narra o temido encontro dos soldados da FEB com a arma alemã MG-42, durante a batalha pelo chamado Monte Castelo. As experiências da Guerra que transformadas em melodia, soavam de forma mais amena aos ouvidos e

transmitiam as memórias que ficaram para sempre presentes na vida daqueles 25.334 jovens envolvidos diretamente com a FEB.



1945

Fevereiro

A FAB, que àquela altura já participava ativamente dos combates, conquista uma importante vitória em Mazzacana.
Em 21 de fevereiro de 1945, os brasileiros tomam o Monte Castello.

Março

Em 05 de Março a FEB toma Castelnuovo.

Abril

Tomada de Montese, Zocca, Monalto e Collecchio.
Em 28 de abril, a FEB capturaria a 148ª D.I. com seus mais de 14 mil componentes.

Maio

No dia 08 de maio estava encerrada a guerra na Europa.

Julho

No dia 18 de Julho chegava ao Brasil, vitorioso, o 1º Escalão da FEB. Nos meses seguintes chegariam os demais escalões, que seriam recebidos como heróis pela maioria da população.

O chamado Monte Castelo, era um ponto estratégico para os alemães no *front* italiano, os brasileiros, por sua vez, atacavam sempre em desvantagem enquanto os alemães, de suas casamatas no cume da montanha faziam dos soldados da FEB um alvo fácil.

Foram quatro tentativas para a derradeira vitória naquele cenário e quanto mais o inverno italiano se aproximava, mais difícil era para os soldados que tinham que conviver com as baixíssimas temperaturas. O desgaste físico que chegava com o inverno italiano dificultava, ainda mais, o trabalho dos brasileiros que àquela altura, já possuíam certa experiência em combate. Entretanto, juntamente com essas experiências vinham o cansaço, a saudade de casa e o peso pela morte de vários companheiros.

O último ataque realizado à elevação, ocorreu em 21 de abril de 1945 neste dia, os brasileiros da FEB conseguiram, finalmente, a tão sofrida vitória “Até parecia que a guerra havia acabado. Esqueciam-se as dores e os sofrimentos, a perda dos companheiros, para só pensar no futuro, isto é, no que aquela vitória no Monte Castelo haveria de nos proporcionar.” Assim traduziu Walter Petrocello a conquista do Monte Castelo pela FEB. Petrocello, que foi ferido no derradeiro ataque, escreveu em seu relato que a sensação de tomar uma fortaleza que os alemães julgavam inconquistável foi de uma alegria imensa.

O sucesso desse episódio é, sem sombra de dúvidas, a passagem mais conhecida pelo público em geral da atuação da FEB na Itália. Apesar das baixas, as FEB continuou progredindo e os expedicionários ainda enfrentariam grande resistência alemã nas batalhas de *La Serra*, *Caselina* e *Castelnuovo*

Os expedicionários, prosseguiriam na Guerra e enfrentariam, aquela que foi a mais dura batalha da FEB na Itália. A cidade italiana de Montese, hoje um lugar calmo e tranquilo, foi a que mais ceifou vidas brasileiras na campanha da Itália. O perigo que em Monte Castelo vinha das montanhas agora, estava escondido nas vielas e casas da pequena comuna. Os brasileiros seriam, mais uma vez, postos à prova.



Soldados brasileiros com prisioneiros alemães.
Fonte: Costa, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

Montese

“Minha retina e minha sensibilidade não conseguiram esquecer ainda, e talvez não o consiga nunca, este tormentoso período da minha vida. Meses que valeram por uma experiência inteira. (...)

A vida de um combatente é a vida de um condenado a morte. Assim me sentia e, por certo, todos os companheiros.”

Wellington Lacerda.

Os combates travados na cidade de Montese ceifaram a vida de dezenas de brasileiros. A chamada Ofensiva da Primavera, da qual faziam parte os planos aliados para a conquista da cidade italiana, ocorreu no início de abril de 1945. Os brasileiros, nunca tinham enfrentado condições semelhantes às aquelas sentidas em Montese. As vielas, ruas e casarões da cidade escondiam o aparato defensivo alemão que estava pronto para contra atacar e defender a qualquer custo a cidade.

As temidas patrulhas realizadas para identificar onde estavam os artefatos explosivos, pontos de observação e tropas alemãs ceifaram, nas preparações para o ataque um dos personagens mais famosos da FEB, o sargento paranaense Max Wolf Filho.

Os combates em Montese demonstraram que os brasileiros aprenderam e, muito, com os combates travados até ali.

Os ataques se iniciaram na tarde do dia 14 de abril de 1945, as tropas progrediam de casa em casa, viela em viela, desalojando os alemães que seguiam resistindo e contra atacando.



Max Wolf Filho, ao centro e à frente de seu pelotão, momentos antes de ser atingido pelos alemães. Fonte: <https://www.eb.mil.br/>

Segundo Octávio Costa, Montese foi a epopeia mais sangrenta da FEB em toda companhia da Itália. O soldado Antônio Inhan, que foi ferido nessa ocasião, se recorda até hoje de vários companheiros que viu caindo mortos e feridos durante a progressão pelas ruas da cidade. “É muito triste a Guerra. Você ver seus companheiros caindo mortos, companheiros que você estava conversando com ele momentos antes sendo mortos ou feridos. É muito triste.”

A batalha de Montese foi a última grande batalha travada pelos brasileiros na Itália, os combates na pequena cidade se estenderam até o dia 16 de abril de 1945. Muito disputada a cidade era o último ponto de resistência alemã entretanto, a FEB continuou prosseguindo rumo ao norte da península itálica desalojando e vencendo os últimos alemães que àquela altura, já se encaminhavam para a rendição completa.

Vencer os combates em Montese era, para os brasileiros, o reforço das esperanças de retorno com vida e saúde ao Brasil. A saudade de casa apertava e a tristeza pelos mortos e feridos também. Mas antes, os pracinhas ainda viam a rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã em *Fornovo di Taro*. Episódio descrito por muitos dos veteranos brasileiros e que marcou a coroação de uma vitória conquistada à duras penas.



Soldado brasileiro brinca com um prisioneiro alemão. Fonte: <https://www.reddit.com/>

Mussolini, colheu a ira dos *Partigianos* quando, em 28 de abril de 1945, foi brutalmente assassinado juntamente com sua amante Clara Petacci, no norte da Itália. O corpo do ditador, exposto a quem quisesse ver, se tornou uma das imagens mais marcantes do século XX, as fotos acabaram virando *souvenirs* raros dessa Guerra que fora, até aquele momento, a pior já travada.

Adolf Hitler, ditador alemão, não suportou pensar em sua amada Berlim invadida pelo exército soviético e, já sabendo do trágico destino de Mussolini, se suicidou em 30 de abril de 1945, ordenando que as tropas alemãs resistissem. No entanto, estas, não suportaram muito tempo. A Segunda Guerra Mundial acabaria na Europa em Maio de 1945.

As Enfermeiras na FEB

O Exército Brasileiro, não tinha um quadro formal de enfermeiras antes da Segunda Guerra Mundial. Devido aos graves e urgentes acontecimentos, o presidente Getúlio Vargas criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, a fim de incorporá-las ao Serviço de Saúde da FEB (composto por mais de mil pessoas, especialmente 176 médicos de diferentes especialidades). Nesse sentido, as mulheres com formações na área de Enfermagem se voluntariam ou foram convocadas para realizarem o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército.

Após um treinamento realizado às pressas, Selecionou-se o número de 67 mulheres para seguir em direção à Itália. A promoção ao posto de segundo tenente, veio quando elas já desempenhavam as suas funções em meio à Guerra. Entretanto, para que fosse possível permanecer nessa área, tiveram de empreender muitos embates a fim de legitimarem-se como “enfermeiras militares” perante a um contexto predominante masculino. O Exército Brasileiro da época refletia as disparidades e as divisões hierarquizantes entre gêneros e, sendo assim, a inserção dessas mulheres ao meio militar fora extremamente dificultoso.

Segundo Alexandre B. de Oliveira, Tânia Cristina F. Santos *et al*, apesar das dificuldades, a atuação do grupamento de enfermeiras da FEB na campanha da Itália foi notável. A inserção dessas pioneiras no cenário de um conflito mundial era algo simbólico. A aparição dessas mulheres como figuras ativas na vida pública do país, superava uma série de paradigmas que relacionava os papéis sociais das mulheres estritamente à vida privada.

Com efeito, após o conflito, essas pioneiras, depararam-se também com dificuldades para seguirem galgando postos na carreira militar. Receberam seus certificados e foram dispensadas sem razões plausíveis dos hospitais de campanha nos quais desempenhavam a sua missão na Itália.

A formação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército Brasileiro revelou em seu âmago, por meio do emprego de mulheres na conjuntura bélica, uma nova tomada de papéis pelo gênero feminino no país da década de 1940. Entretanto, o pouco destaque dado a essa participação acabou por esvaziar, em certo sentido, os itens simbólicos dessa participação.

O engajamento dessas mulheres no conturbado esforço de guerra brasileiro, como sugere os autores já mencionados, foi o epicentro não só de quebra nos paradigmas das relações de gênero no interior das forças armadas, mas também um ponto crucial na História da Enfermagem Brasileira.



O Corpo de Enfermeiras da FEB designado para servir num hospital americano atendendo aos doentes e feridos. 16º Hospital de evacuação, Pistóia-Itália. 10/03/1945.

Acervo do Museu Casa de Memória dos Ex-Combatentes, mantido pela Associação dos Ex-Combatentes de Brasília. Fonte: <http://www.portalfeb.com.br/relacao-nominal-das-enfermeiras-da-forca-expedicionaria-brasileira/>

Com a FEB na Itália

De Ruben Braga correspondente do Diário Carioca.

Você precisa ver como é que Mestre Pracinha está lidando com a neve. Fui ver e encontrei Mestre Pracinha com um capuz branco e um longo capote branco. Só os galochões eram os mesmos do outono, pretos. Mas a neve, que encobriu todo o campo de batalha se encarrega de camuflar os galochões, que nela se afundam. Mestre Pracinha é um fantasma branco na paisagem branca. Só destoa o que aparece de sua cara morena, mas não é muito.

(...)

Um fox-hole não é, normalmente, um lugar muito confortável. É, afinal de contas, um simples buraco no chão. Durante os meses do outono o pior inimigo do soldado era a chuva. Agora que o inverno entrou não chove, mas neva. E Mestre Pracinha, aprende a se defender da neve. Aboliu as botinas: usa só os galochões que enche de feno, de panos, de papel. Seu novo capote é forrado de pele — e ele procura forrar também com alguma coisa o seu fox-hole. Arranja madeira, quebra galho nas árvores nuas carrega feno e medita. Organiza lentamente, através de erros e experiências, a sua defesa.

(...)

Mestre Pracinha usa os materiais de que dispõe onde está: tijolos, ou trapos de mantas, ou pedras. Redescobre a lei dos vasos comunicantes e luta contra ela: costroe (sic) pequenas barragens, abre pequenos canais, defende seu abrigo da inundação da neve. E ali, a poucas centenas de metros do inimigo, improvisa um precário conforto. Ajeita um modo de ficar sentado e de manobrar a arma à vontade — e vigia.

Erguer a cabeça alguns centímetros a mais do que o necessário é morte quasi(sic) certa. (...)



Soldados na neve. Fonte: COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.



Artilheiros preparando granada. Fonte: COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

Se algum ruído na noite, algum vulto mal divisado faz prever que o inimigo vai tentar um ataque — um desses golpes de mão secos, súbitos e violentos que os veteranos alemães dão para experimentar as posições, matar gente ou colher prisioneiro — o pracinha não se mexe. O inimigo vem, está vindo e ele sabe que deve ficar imóvel. Sente formas vagas

que se aproximam, aparecendo por um instante sumindo, ora aqui, ora ali; ouve algum ranger de passos, algum murmúrio ou assovio baixinho. Será, talvez a ilusão dos olhos na brancura da neve sob o luar: talvez a ilusão dos ouvidos no silêncio do intervalo dos canhoneiros?

Espreita. Sabe que se atirar agora virá contra sua posição o fogo dos morteiros e ele “talvez” não acerte. A vontade de atirar, em certos instantes, é quase irresistível...

E a vontade de tossir! O Sr. não imagina: logo nessa hora é que a gente se lembra de tossir. As vezes algum outro tosse do lado e então dá uma vontade desgraçada. (...)

Mas no instante da minha visita tudo está calmo. Hoje sou um

peregrino da Paz: saí as onze horas de um lugar que começaram a bombardear as doze; passei as onze e meia por um outro que tinham bombardeado toda a manhã. (...)

Voltei da frente e agora escrevo depressa para não perder o mensageiro que vai sair. A esta hora lá está o pracinha no seu fox-hole solitário. Não o pintem como um belo herói. Não é o Super Homem.

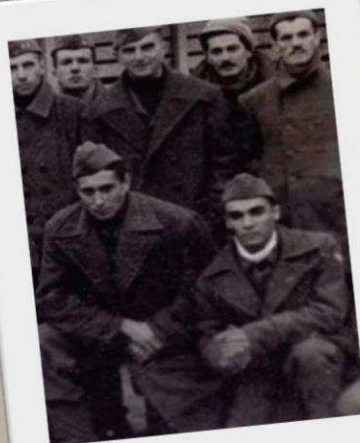
É exatamente um sujeito — um desses sujeitos não muito fortes, não muito altos, não muito brancos um desses sujeitos como há por aí em qualquer trem de subúrbio, em qualquer sítio do interior — Esse tipo de sujeito comum, mais feio que



Montese destruída. Fonte: www.eb.mil.br.



O cenário das batalhas. Fonte: www.eb.mil.br.



Soldados brasileiros.
Fonte: V de Vitória

bonito, mais desajeitado que elegante.

O João da Silva, o Severino Magalhães, o Moacir Ferreira, o José Nunes empregado da Farmácia, o Tico da Leopoldina. Ele está sozinho no seu buraco de neve. Talvez amanhã tenha ordem de atacar, de sair por uma encosta nua, para receber uma rajada e tombar entre explosões de morteiros. Talvez seja atacado, talvez as bombas venham abrir buracos negros na neve em torno dele. Ele já viu companheiros mortos, já viu companheiros feridos esfaqueados. Ele está sozinho em seu buraco na neve. Si (sic) não estivesse em cima da hora do mensageiro sair eu talvez fizesse aqui uma peroração, um apelo.

Que alguém que me lesse pensasse nele- não para mandar cigarros nem pull-overs, isso não é o mais importante. Para ele, agora, tudo importa muito pouco na guerra mandem o que quiserem, o que ele mais quer é carta, mas a tarefa de vocês é outra é maior. Vocês são responsáveis pelo país dele, para onde ele voltará. Vocês, e não ele são responsáveis por uma vida de decência de Liberdade de homem, de justiça social verdadeira. Que o sacrifício dele não seja em vão...



Correspondentes de guerra brasileiros na Itália.
em pé, da esq. a dir.: Rubem Braga (Diário Carioca), Frank Norall (Coord. de Assuntos Interamericanos), Thassilo Mitke (Ag. Nacional), Henry Bagley (Associated Press), Raul Brandão (Correio da Manhã), Horácio Gusmão Coelho (Ag. Nacional); Sentados, da esq. a dir.: Allan Fischer (fotógrafo da Coord. de Assuntos Interamericanos), Joel Silveira e Egídio Squeff (O Globo) e o Cinegrafista da Ag. Nacional, Fernando Stamato.
Fonte: <https://segundaguerra.net/feb-correspondente-de-guerra-2/>

Caro leitor o texto acima, é de autoria do jornalista e escritor carioca Rubem Braga. À época da guerra, o autor, era correspondente do Jornal Diário Carioca sendo que o texto, foi publicado no Jornal Cruzeiro DO Sul - Publicação do Serviço Especial da FEB Nº 2 Ano I

Senta a Púa!

A FEB, não lutou sozinha no *front* italiano. O Brasil também enviou para a Europa o 1º Grupo de Aviação de Caça, criado em dezembro de 1943. O 1º GAC brasileiro integrou o 350th Fighter Group americano e chegou na Itália em 06 de outubro de 1944, com a denominação de 1º Brazilian Fighter Squadron. Chefiados pelo Tenente-Coronel Nero Moura, os 32 pilotos brasileiros iniciaram as operações em 31 de outubro de 1944 finalizando-as em 26 de junho de 1945 quando retornaram para o Brasil.

Os treinamentos, realizados em Orlando nos EUA, começaram quase que imediatamente após a criação do Grupo, em janeiro de 1944. Foi durante esses período que surgiu o clássico emblema utilizado na Itália: o avestruz mau encarado com traços caricaturais criado pelo Capitão Fortunato Câmara de Oliveira. A história, contada por Moreira Lima no livro “Senta a Púa”, diz respeito a dificuldade dos militares em se adaptar aos hábitos alimentares dos americanos. “Comia-se de tudo, inclusive feijão branco com açúcar. Alguém lembrou-se do avestruz, ave que come até prego e nós mesmos passamos a nos chamar de avestruzes.”

Sempre acompanhado pelo famoso grito de guerra “Senta a Púa”, que de acordo com Rui Moreira Lima surgiu ainda no Brasil e passou a fazer parte do palavreado do grupo o símbolo, passou a ser pintado nos aviões utilizados pelos brasileiros os lendários Republic P-47D Thunderbolts.

Os brasileiros, recebidos com certa desconfiança pelos americanos, aos poucos superaram a inexperiência e desempenharam importantes missões durante a Guerra. Foram mais de 5.000 horas de voo em combate e 445 missões desempenhadas pelo o 1º Grupo de Caça que chegou, inclusive, a ser decisivo no ultimo ataque brasileiro ao Monte Castelo.



P-47 Thunderbolts com o Emblema do 1º Grupo de Aviação de Caça. Fonte: <http://www.fab.mil.br>.

Segundo o veterano da FEB José Maria Nicodemos: “No Rio de Janeiro, sem exagero, sem mania de grandeza, sem nada, eu vi a maior recepção que um povo pode dar a um grupo de militares. Era muita alegria eles arrancavam os botões, os distintivos das nossas roupas para guardar de lembrança.”

O regresso à pátria, marcaria a memória dos veteranos da FEB. É claro que as batalhas pela memória, pelo reconhecimento das vitórias e pelos significados daquela participação ainda estavam por iniciar, mas aquele momento era de festa.

As ruas superlotadas de gente davam o tom daquelas manifestações. Nos Jornais da capital, o que se via eram manchetes que exaltavam o caráter simbólico da participação da FEB na Guerra e a recepção calorosa recebida pelos combatentes.

Os heróis de Monte Castelo e Castelnuovo, os Defensores da Democracia, os heroicos soldados da FEB, estes eram os termos mais comuns utilizados para definir aquele momento.

O herói nacional construído a partir da imagem do pracinha, homem comum; retrato da população brasileira do período; vindo de um país sem tradição em guerras; atrasado tecnologicamente e que, ainda assim, soube passar pelas diversas provações de uma guerra desarmava os críticos da FEB.

A multidão que cercava, abraçava e beijava os soldados não preenchia a saudade que eles sentiam de suas mães, esposas e demais familiares.

A recepção calorosa não se limitou ao Rio de Janeiro e ocorria, em maior ou menor escala por onde houvesse algum expedicionário que retornasse da guerra. Segundo Boris Schnaiderman: “era esquisito voltar a lucidez cotidiana, ao quarto confortável, a estante de livros, aos bancos da faculdade, ouvir piadas, participar de bailes, ser o centro das atenções...”



Pracinha e seu fiel companheiro no retorno ao Rio de Janeiro. Fonte: V de Vitória.

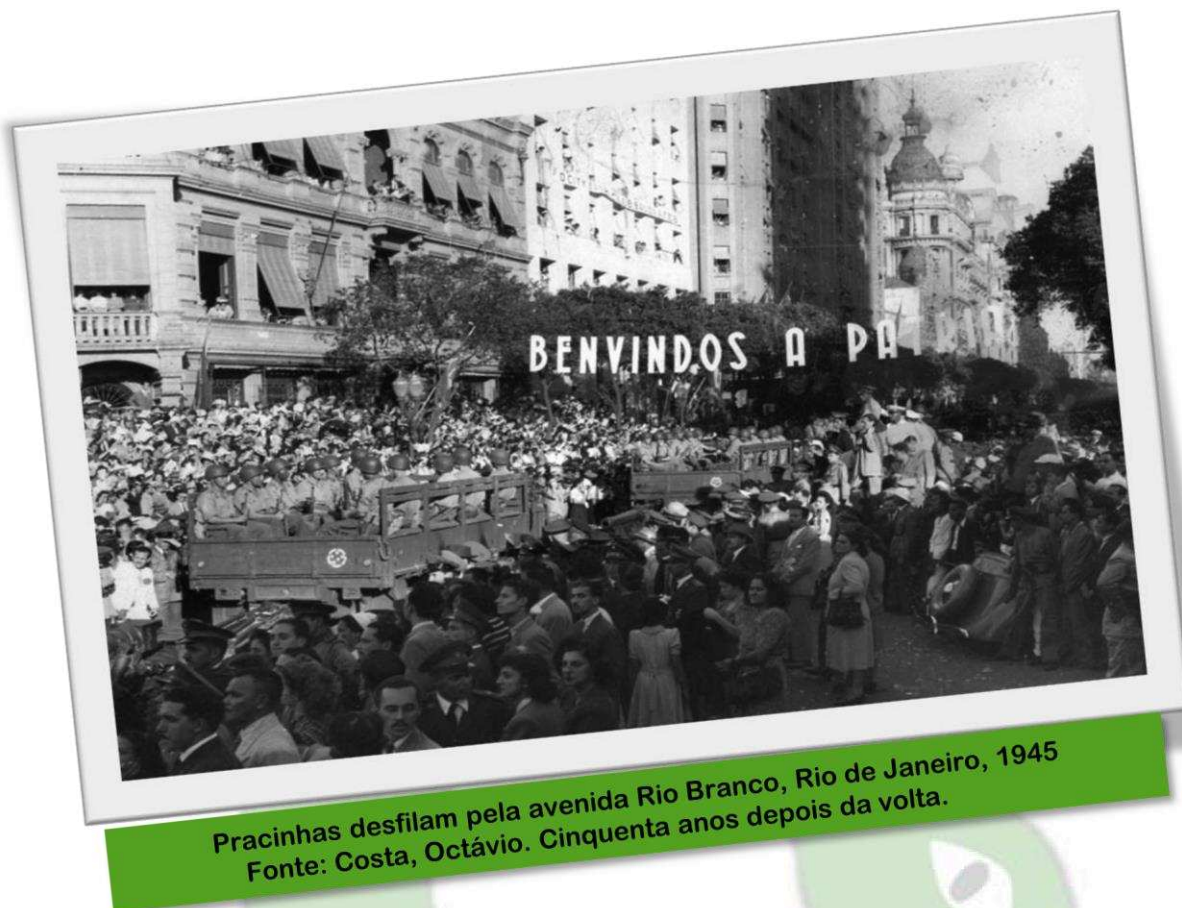
Aqueles homens lutaram uma guerra e traziam na bagagem além das várias histórias que iriam, a partir dali, atrair a atenção dos espectadores interessados naquela epopeia, o pioneirismo.

O Brasil, com todas as dificuldades que cercaram a formação e envio da FEB para a Itália, se convertia no primeiro país sul-americano a participar de um conflito na Europa. Se o curso do rio da história se alteraria a partir dessa atuação, como afirmaria ao jornal cubano *El Mundo*, ainda era cedo para afirmar. Entretanto, a população que emergiu às ruas para receber os pracinhas pouco se importava com isso. Para os pracinhas, o momento era de festa e de lembrar daqueles tantos companheiros que deram sua juventude na guerra e ainda permaneciam sepultados em Pistóia.



Chegada dos expedicionários ao Rio de Janeiro.
Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pracinhas-recebidos-por-multidao-em-delirio>

O clima de festa e de confraternização cívica prosseguia marcando a memória de muitos veteranos da FEB. Os pracinhas, em seu retorno ao Brasil, representavam as aspirações de grande parte da população que os viam como símbolos. O passado em comum desses homens, que estiveram em combate na Itália, fomentaria uma identidade social pautada nessa experiência comum que seria, em grande parte, utilizada para embasar a existência das associações de veteranos, tema principal do trabalho que originou esse material.



Pracinhas desfilam pela avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1945
Fonte: Costa, Octávio. Cinquenta anos depois da volta.

A guerra com os alemães terminou naquele 08 de maio de 1945, os pracinhas jamais escutariam novamente os assobios dos morteiros, as explosões das bombas ou o riso da Lurdinha, mas para aqueles homens outra guerra estava apenas começando.

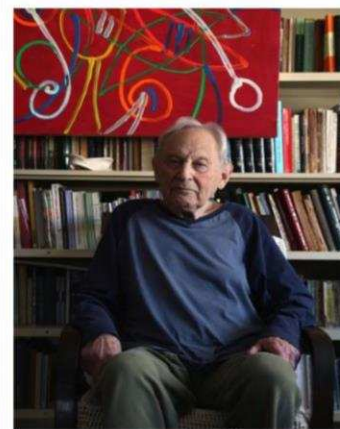
A desmobilização abrupta da FEB ocasionou uma série de problemas para esses homens. Segundo o veterano Antônio de Pádua Inhan: “Eles nos deram baixa na Itália. Nossos certificados foram emitidos na Itália, nós já viemos para o Brasil como civis.” O governo falhou em cumprir as promessas realizadas antes da guerra. A reintegração profissional era dificultada, à medida que, os empregadores se recusavam a contratar os veteranos da FEB.

Para alguma parte da população os soldados da FEB passaram de heróis da pátria para neuróticos, aproveitadores, encrunqueiros e inconvenientes. A sociedade não soube absorver e receber corretamente seus soldados, muito menos os ônus e as experiências obtidas por eles em combate. Os sobreviventes dessa epopeia, se diluíam entre a população e retornavam como podiam para o convívio social.

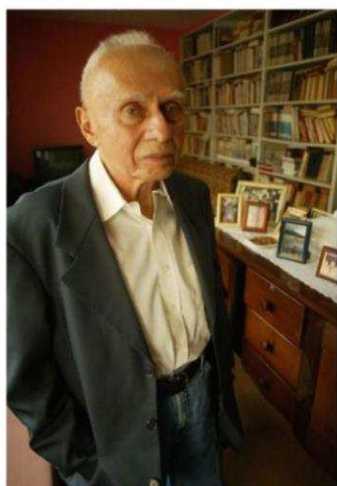
Intelectuais Brasileiros e a FEB

Boris Schnaiderman

Filho de judeus ucranianos Schnaiderman é considerado um dos maiores intelectuais do país. Chegou ao Brasil em 1925, naturalizou-se em 1940 e, para conseguir a validação de sua cidadania, se alistou no exército. Schnaiderman foi o primeiro a traduzir a obra de *Dostoiévsk*, *Os Irmãos Karamasov*, para o português. Serviu como sargento de artilharia na FEB, após seu retorno publicou dois livros sobre sua participação na FEB: *Guerra em Surdina* (1964) e *Caderno Italiano* (2015). Schnaiderman faleceu em 2016 aos 99 anos.



Boris Schnaiderman.
Fonte: epoca.globo.com.



Jacob Gorender.
Fonte: www.folha.uol.com.br.

Jacob Gorender

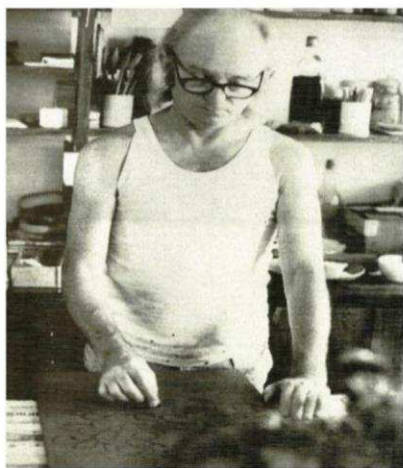
Foi um dos maiores escritores brasileiros cursou direto na faculdade de Salvador e se alistou no exército em 1943. Na Itália, participou de importantes batalhas com a FEB como a de Monte Castelo. Ao fim do conflito, voltou ao Brasil e publicou obras importantes sendo que as principais foram: *O Escravismo Colonial* (1978), *A burguesia brasileira* (1981) e *Combate nas Trevas* (1987). Gorender recebeu título de doutor *Honoris Causa* pela UFBA e chegou a lecionar na USP. Faleceu em 2013.

Clarice Lispector

Escritora e poetisa, Clarice, nasceu na Ucrânia, mas veio para o Brasil ainda jovem no ano de 1922. Clarice Lispector atuou junto ao Corpo de Enfermeiras como voluntária após a guerra, publicou obras como *O Lustre* (1946), *Cidade Sitiada* (1949), *Laços de Família* (1960) entre outras. Clarice Lispector faleceu em 1977.



Clarice Lispector. Fonte: <http://g1.globo.com>.



Carlos Scliar
Fonte: www.gravura.art.br.

Carlos Scliar

Nascido em Santa Maria – RS no ano de 1920, Scliar, foi um importante artista plástico brasileiro. Durante sua atuação junto a FEB trabalhou na redação do jornal *O Cruzeiro do Sul* e também produziu uma série de desenhos que retratavam suas visões do *front*. As obras de Scliar, foram publicados em 1969 sob o título de *Caderno de Guerra*. O artista plástico faleceu em 2001.

Celso Furtado

Celso Furtado foi um economista brasileiro nascido em 1920 no estado da Paraíba. Foi aluno do curso de Direito que concluiu em 1944 pouco tempo antes de ser convocado para lutar com a FEB na Itália. Serviu como Segundo Tenente indo para a Itália, junto com o 5º Escalão, à bordo do navio *General Meigs*. Após a Guerra, Celso Furtado, escreveu o livro *“A Formação Econômica do Brasil”* (1958). Sua carreira como escritor lhe rendeu a eleição para a cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras. Celso Furtado viveu até 2004.



Celso Furtado
Fonte: www.senado.leg.br.

Curiosidades

Por que os soldados da FEB eram chamados de pracinhas?

Não há uma versão oficial de quando o termo “pracinha” passou a ser adotado para designar os soldados da FEB. Entretanto, os meios de comunicação da época (jornais e rádios) passaram a utiliza-lo para se referirem ao soldado brasileiro costume que rapidamente foi adotado pela população. O Termo, possui origem no jargão militar que além de denominar o processo de alistamento “sentar praça” é utilizado para se referir aos militares de baixa patente – “praças”.

Quem eram os Partigianos?

Os *Partisans* italianos eram grupos de resistência armada formados por indivíduos, principalmente comunistas, que se opunham ao regime fascista e a ocupação da Itália pela Alemanha Nazista. Em vários relatos de memória de veteranos da FEB é possível identificar soldados brasileiros e *Partisans* atuando em conjunto em várias missões.



Pracinhas brasileiros se preparando para o embarque para a Itália. Fonte: V de Vitória

O Intercâmbio linguístico da FEB.

A proximidade entre a língua falada pelos soldados brasileiros e o idioma italiano, possibilitou o estreitamento de relações entre esses grupos. Os soldados brasileiros aprenderam a se comunicar rapidamente com a população

e, por consequência desse processo, passaram a incorporar no dia-a-dia expressões faladas pelos italianos e que diziam respeito a atuação na guerra.

Quando os italianos se referiam aos alemães exclamavam: “*Tedeschi!*”, os brasileiros aportuguesaram a expressão e passaram a se referir aos alemães como Tedesco. Outra expressão adquirida pelos brasileiros foi “*paura*” que em italiano significa medo.

Monumentos e Comemorações à FEB na Itália

De acordo com Mário Pereira, guardião do Monumento Votivo de Pistóia, na Itália existem cerca de 50 pontos, entre monumentos em placas, que ressaltam a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Mais importante deles é o antigo cemitério militar brasileiro

sediado na cidade de Pistóia.

Esse marco abrigou os restos mortais dos 468 mortos da FEB sendo transformado, após a transladação dos corpos para o Rio de Janeiro em 1960, em um Monumento Votivo.

Devido a importância da atuação do exército Aliado na Itália todos os anos, entre os

dias 18 a 25 de abril, é realizado na cidade de Montese o festiva *Tri Amici* (Entre Amigos). A inciativa dessa comemoração é do Ministério da Defesa, Turismo e das Relações Exteriores como uma forma de divulgar a cultura brasileira e comemorar a passagem das tropas da FEB pela Itália. O ritual Cívico-Militar, conta atualmente com a presença de descendentes de veteranos da FEB, entusiastas da participação da FEB na guerra e alguma parte da população das cidades por onde a FEB passou.



Vista do Monumento Votivo de Pistóia
Fonte: www.vivipistoia.it.

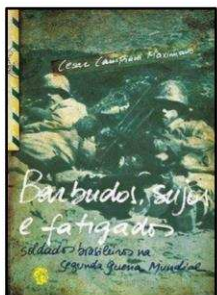
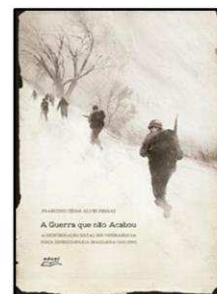


Crianças de Montese homenageando os soldados da FEB
Fonte: <https://olapaazul.com/tag/montese/>



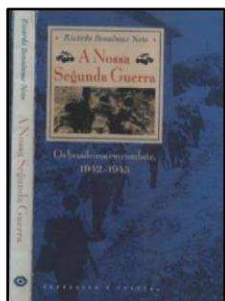
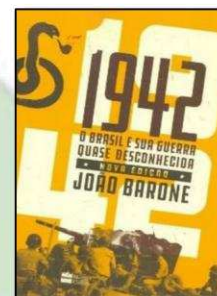
Para Ler

A Guerra Que Não Acabou: A reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira, foi escrito pelo pesquisador e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Francisco César Alves Ferraz. A obra, se tornou referência para muitos pesquisadores que se interessam não só pela participação da FEB na Guerra, mas também pelos ocorridos no conturbado processo de desmobilização da FEB.



Escrito por Cesar Campiani Maximiano pesquisador sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial desde a década de 1980 **Barbudos Sujos e Fatigados** traz, além da análises de fontes e materiais escritos, uma gama de relatos orais e entrevistas com os próprios pracinhas da FEB. A obra editada, em 2010 pela editora Grua, aborda a epopeia brasileira nos Apeninos italianos desde o seu início, com o processo de convocação e seleção até os ataques e ofensivas das quais os brasileiros participaram na Itália.

João Barone, autor deste livro, é, além de músico na banda Paralamas do Sucesso, pesquisador da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, filho do veterano da FEB João de Lavor Reis e Silva. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida** já está em sua segunda edição trazendo além de imagens colorizadas, boxes com textos que auxiliam o leitor a que auxiliam o leitor a entender melhor a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.



Ricardo Bonalume Neto, foi repórter da Folha de São Paulo e um dos mais renomados pesquisadores sobre a participação da FEB na Guerra. Bonalume Neto é o autor do livro **A Nossa Segunda Guerra Mundial: Os brasileiros em combate** que é uma das referências fundamentais para entender a FEB, suas ações e batalhas compreendendo-as no interior do esforço aliado e como peça chave para o sucesso das batalhas contra o exército alemão.



Para Ver

Filme: A Estrada 47

Direção: Vicente Ferraz

Elenco: Daniel de Oliveira, Francisco Gaspar, Ivo Canelas, Júlio Andrade, Richard Sammel, Sergio Rubini e Thogun.

Ano: 2015

Duração: 107 min.

Sinopse: Depois de sofrerem um ataque alemão os soldados Guimarães, Piauí, Laurindo e o Tenente Penha se perdem de seu pelotão e, quando se reúnem, precisam decidir se retornam à sua companhia correndo o risco de enfrentar a corte marcial acusados de deserção, ou se voltam à posição da noite anterior para enfrentar um possível ataque alemão. Tomada a decisão, muito ainda estava por acontecer e a Guerra, ainda estava longe de terminar.



Documentário: O “Lapa Azul”: Os homens do III Batalhão do 11º RI na Segunda Guerra Mundial.

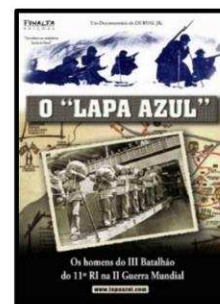
Direção: Durval Jr.

Ano: 2007

Duração: 60 min.

Equipe de Produção: Mauro Pianta, Adriana Rezende, Juliane Nazareth, Alessandro Ribeiro e Fernando Barreto.

Sinopse: Contando com uma série de depoimentos dos ex-integrantes do 11º RI durante a Segunda Guerra Mundial o documentário, é excelente dica para quem quer entender a atuação da FEB pela voz de seus próprios agentes de memória.



Para Navegar

Você também pode pesquisar sobre a FEB em vários sites e plataformas disponíveis na internet como:

- Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>

- Site da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

<http://www.portalfeb.com.br/anvfeb/>

- Página “V de Vitória” no Facebook.

https://www.facebook.com/vdevitoriabr/?ref=br_rs

- Página da “ANVFEB-JF” no Facebook.

<https://www.facebook.com/Associa%C3%A7ao-Nacional-dos-Veteranos-da-FEB-Juiz-de-Fora>

- Página “Museu da FEB BH” no Facebook.

<https://www.facebook.com/museudafebbh/?ref>



Para Ouvir

Recentemente o órgão de notícias BBC, tornou público os áudios captados pelo correspondente de Guerra da seção brasileira Francis Hallawell. O “Chico da BBC”, como ficou conhecido, captou o talento de muitos expedicionários que durante um show de calouros, trouxeram suas impressões da Guerra em forma de samba e muita descontração.

Você pode ouvir os áudios captados pelos “Chico da BBC” no link:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43385807>



Referencias Bibliográficas

ANVFEB-JF. “Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmos”. Juiz de Fora, 1981.

CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Volume – 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107 – 144.

COSTA, Octávio. Cinquenta anos depois da Volta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. p. 76.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000). Londrina: Eduel, 2012.

LIMA, Rui Moreira. Senta a pua. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1980.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. Memórias. 2º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

PIOVEZAN, Adriane. Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate. Curitiba: CRV, 2017.

RODRIGUES, Agostinho José. Terceiro Batalhão: O Lapa Azul. São Paulo, Ed. das Américas, 1976.

ROSA, Celso. O Espírito da FEB In: O pracinha na Guerra. São Paulo: Café Editora Expressa, 2000.p. 214.

ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a construção do futuro: Os monumentos da FEB em seus contextos. In. Militares e Política, nº 3 (Julho a Dezembro. 2008). p. 07-17. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_03.pdf. Acesso em: 01/07/2019.

SCHNAIDERMAN, Boris. Guerra em Surdina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1964.



ANEXOS

Ilustrações



Figura 1 - Descobrimento do monumento
Fonte: Acervo da ANVFEB-JF, 2018.



Figuras 2 - Ex-combatentes à Frente do Monumento na inauguração
Fonte: Acervo ANVFEB-JF, 2018.



Figura 3 – Aspecto do monumento ao expedicionário
Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 4 – Aspecto lateral do monumento
Fonte: Acervo do autor, 2019.

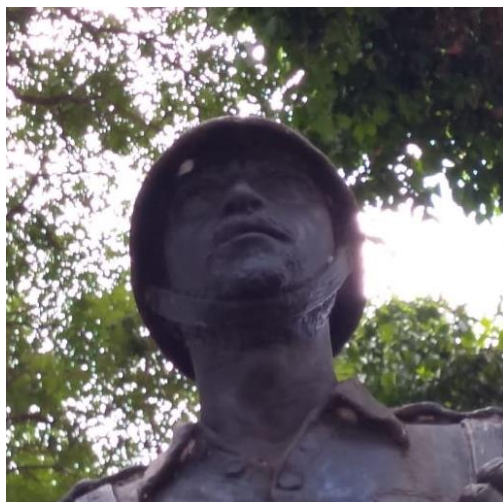


Figura 5 - Detalhe monumento
Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 6 – Referência a comissão diretora da AECB
Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 7 – Dedicatória do monumento
Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 8 – Fotomontagem do detalhe da coroa de flores
 Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 9 – Homenagem prestada ao monumento ao expedicionário em julho de 1955
 Fonte: Blog “Maurício Resgatando o passado” Disponível em:
<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/03/monumentos-1-fotos.html>. Acesso:
 22/02/2019.



Figura 10 – Homenagem ao soldado prestada no monumento ao expedicionário em Juiz de Fora, maio de 1971.

Fonte: Blog “Maurício Resgatando o passado” Disponível em: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/03/monumentos-1-fotos.html>. Acesso: 22/02/2019.



Figura 11 - Aspecto Geral do Monumento às Armas
Fonte: Acervo do autor, 2018.



Figura 12 – Fotomontagem dos brasões das Forças Armadas no monumento
 Fonte: Acervo do autor, 2018.

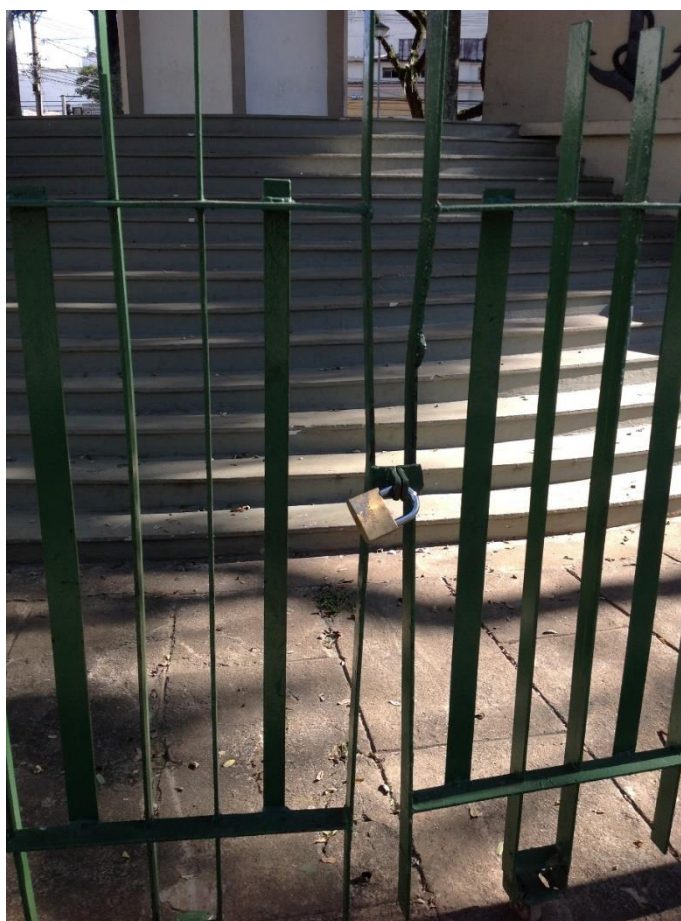


Figura 13 – Detalhe das grades que cercam o monumento.
 Fonte: Acervo do autor, 2018.



Figura 14 - Carro de Combate na “Praça do Canhão” em Juiz de Fora.

Fonte: Acervo do autor, 2019.



Figura 15 - Monumento aos Pracinhas – Heróis Brasileiros na II Guerra Mundial

Fonte: Acervo do autor, 2019.

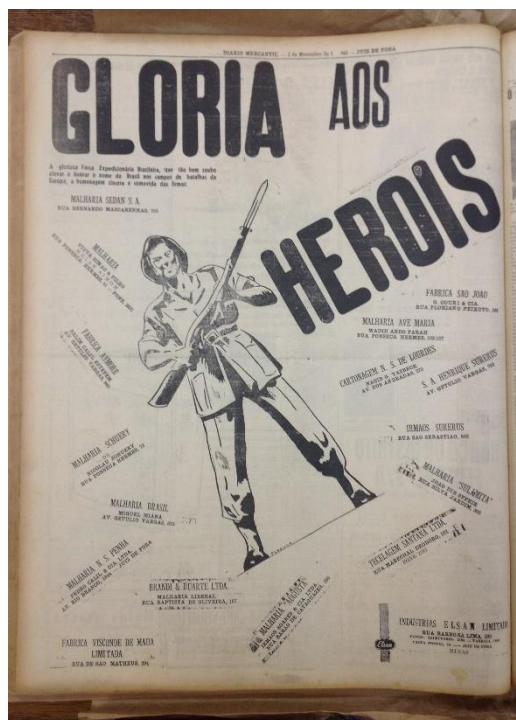


Figura 16 – Homenagem dos comerciantes da cidade aos expedicionários
 Fonte: Diário Mercantil, 01 de novembro de 1945. Ano. XXXIV. Num. 9904. S/p.
 Acervo: Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de For

Fontes documentais

Fontes Orais

Ana Maria Reis Schreider. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.
 Antônio De Pádua Inhan. Juiz de Fora, 10 de junho de 2019.
 Fátima Regina Inham. Juiz de Fora, 18 julho. 2018.
 José Maria da Silva Nicodemos. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.
 Maria Isalete Brito Leal. Viçosa, 09 abril. 2019.
 Maria Margareth Henriques da Silva Nicodemos. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.
 Wilson Carlos Abrantes de Lacerda. Viçosa, 06 abril. 2019.

Fontes Impressas

**Arquivo da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira –
 Seção de Juiz de Fora**

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Juiz de Fora (AECB-JF)

Livros de Atas das Reuniões da Diretoria (1947 – 1989)
Livros de Atas das Assembleias Gerais (1947 – 1989)

Associação dos Veteranos da FEB – Seção Juiz de Fora (ANVFEB-JF)

Livros de Atas das Reuniões da Diretoria (1971 – 2004)
Livros de Atas das Assembleias Gerais (1971 – 2004)
Livro de Registros Históricos da ANVFEB-JF (1979)

Material de Divulgação interno e externo às associações (Panfletos, Cartazes e Informativos diversos)

Hemeroteca

Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Jornal Diário Mercantil (1945 – 1974)

Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A manhã (maio – 1945)
Jornal do Brasil (maio a outubro – 1945)
Diário de Notícias (julho -1945)
Última Hora (abril – 1964)

Arquivos Particulares

Arquivo particular do Sr. Wilson Abranches de Lacerda.

Correspondência Eletrônica

Mário Pereira. Viçosa, 05 de Abril de 2019.

Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA

Arquivos referentes ao processo n.3022/00 - Que dispõe sobre o tombamento do Monumento ao Expedicionário.

Arquivos referentes ao processo n.008378/2009 – Que dispõe sobre o tombamento do monumento aos pracinhas – Heróis Brasileiros da Segunda Guerra Mundial.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, dez. 1994. ISSN 2178-1494.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1984>>. Acesso em: 01 Jul. 2019.

ANDERSON, Benedict R. O'g. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Claro enigma: poesia*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995, p.21.

ANDRADE, Vera Cabana. Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino. In: MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

ANDREAS, Huyssen. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.p. 14-15.

ANVFEB-JF. *Histórias de “pracinhas” contadas por eles mesmo*. Juiz de Fora, 1981.

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: UNICAMP, 2011, p.15

BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: A luta pela recordação em psicanálise. In: *Revista Brasileira de Psicanálise*. Volume 41, n. 1, p. 16, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. (PCN's). Ensino Médio. Parte IV: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAYNER, F. de Lima. *A verdade sobre a FEB* (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo De Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALIKEVSTZ, Viviane Regina. *Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira – FEB*. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, 2017.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Volume – 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107 – 144.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 12.reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 55.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação e Nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares. Coord. *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 09-39.

Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 31/08/2018.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª. Ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. Ed. Lisboa: Celta Editora, 1999.

COSTA, Octávio. *Cinquenta Anos depois da Volta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. p. 76.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um militar exemplar. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ed. 116. Maio de 2015.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

FERRAZ, Francisco César Alves. As guerras Mundiais e seus Veteranos: Uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, 2008. p. 436 – 486. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/10.pdf>. Acesso em 01/07/2019.

FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Paulo de Tarso. Memória: Jacob Gorender – O PCB, a FEB e o Marxismo. In: *Teoria e Debate* nº 11; julho a setembro de 1990. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/ediçõesanteriores/memoria-jacob-gorender-o-pcb-feb-e-o-marxis>. Acesso em: 01/09/2018.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir, 1946. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, Ed. da UNICAMP, 1986.

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov.1998. p. 63-201.

MARCOLIN, Neldson. Memórias de Um Ex-Combatente: Entrevista com Boris Schnaiderman. In: *Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo, outubro de 2015. p. 24-29. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2015/10/024-029-Entrevista-Boris-236NOVO.pdf>. Acesso em: 01/07/2019.

MATTOS, J. B. *Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze*. Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960.

MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas. In: Paulo Knauss (Org.). *Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999. pp. 53-73.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v. 34, 1992. p. 09-23.

MONTEIRO, Ana Maria. “Professores e Livros Didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *A História na Escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MORAES, J.B. Mascarenhas de, 1883 – 1968. *Memórias*. 2º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

NALESSO, Victório, et al. *Diário de um Combatente: As Recordações de um pracinha sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial*. Itapetininga: Gráfica Regional, 2005.

NASS, Sirlei de Fátima. *Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)*, Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. p. 07-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 ago. 2018.

OLIVEIRA, Bárbara Vital de Matos. *A Câmara Municipal de Juiz de Fora no Período Autoritário (1964-1985): Impactos sobre a instituição e a dinâmica político eleitoral*, Dissertação (Mestrado em História) – Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

OLIVEIRA, Dennison. Poder militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira. In: *História: Questões & Debates*,

Curitiba, n.35, 2001. p. 117-154. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2677/2214>. Acesso em: 01/07/2019.

OLIVEIRA, Dennison. Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960). *Militares e Política* (UFRJ), v. 9, 2012. p. 08-23. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/Reintegracao_social_do_ex-combatente.pdf. Acesso em 01/07/2019.

PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na Guerra: A sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 201, jul. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 26 Ago. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 01 Jul. 2019.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. *Em Luto e Luta: Construindo uma memória da FEB*. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Rio de Janeiro.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Agostinho José. *Terceiro Batalhão: O Lapa Azul*. São Paulo, Ed. das Américas, 1976.

ROSA, Celso. *O pracinha na Guerra*. São Paulo: Café Editora Expressa, 2000.

ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a construção do futuro: Os monumentos da FEB em seus contextos. In: *Militares e Política*, nº 3 (Julho a Dezembro. 2008). p. 07-17. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_03.pdf. Acesso em: 01/07/2019.

ROSENHECK, Uri. Re-Carving the Stone: reinterpreting world war II monuments in Brazil. In: MALLETT, Derek R. (Org.). *Monumental Conflicts: twentieth-century wars and the evolution of public memory*. New York: Barnes & Noble, 2018, p. 56-68.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1964.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002. p.425-438. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>. Acesso em: 01/07/2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed., 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Leandro Gracioso de Almeida e. *Memórias de um ofício: os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2016.

THOMPSON, Aliastar. Quando a Memória é um Campo de Batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. Trad: Simoni Geraldês. In: *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em história*, São Paulo, fev. 1998. p. 277-296. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11182/8193>. Acesso em: 01/07/2019.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.